

# Relatório de Gestão Integrado MPO

**2025**

Ano-base 2024

**ANUAL**

# Ministério do Planejamento e Orçamento

## Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

## Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

## Secretário-Executivo Adjunto

Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

## Secretário de Orçamento Federal

Clayton Luiz Montes

## Secretária Substituta de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

Viviane Vecchi Mendes Muller

## Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

Sergio Pinheiro Firpo

## Secretário de Articulação Institucional

João Victor Villaverde de Almeida

## Secretária Nacional de Planejamento

Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula

## Consolidação

### SAGE/SE

Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

Lorena Cavalcanti Pompeu

Ricardo de Assis Teixeira

Jones Junior Daros

Carla Cristina Araújo

Lilian Chaves Maluf Faúla

## Revisão

### SE

Secretaria Executiva

Marcus Thulio Rocha Bezerra

Priscilla Rosa Pimentel Sganzerla

Vinícius Fialho Reis

## Arte

### SE

Secretaria Executiva

## Projeto Gráfico

Viviane Barros

## Diagramação

Douglas Saymom

Micer Santos

Ivan Sasha

## Siga nas redes sociais



@MinPlanejamento



@planejamentoeorcamento

**Última alteração:** 7 de Março de 2025.

*\*É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.*

Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Relatório de Gestão Integrado MPO : 2025 : ano-base 2024 / Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Executiva, Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica. – 2024- . – Brasília : Coordenação- Geral de Gestão Estratégica/SAGE/SE/MPO, 2025.  
v. : il.

Anual.  
ISSN 3085-7112

1. Relatório de gestão. 2. Prestação de contas. 3. Transparência. 4. Desempenho organizacional. 5. Governança. I. Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento.

CDU - 354.23(81)(05)

# Sumário

## 1

### Governança MPO

Visão Geral do MPO	08
Estrutura Organizacional	09
Organograma do MPO	10
Alta Liderança	11
Funções Essenciais	12
Contexto Externo ao MPO	14
Estrutura de Governança	16
Gestão de Riscos e Integridade Pública	19
Materialidade	28
Planejamento Estratégico Institucional	29
Mapa Estratégico	31
Cadeia de Valor	32
Identidade Organizacional	33
Resultados-chave e Projetos	34
Resultados-chave por Objetivos Estratégicos	35
Primeira revisão do Plano Estratégico Institucional	38

## 2

### Desempenho da Gestão

<b>Plano Estratégico Institucional (PEI)</b>	<b>39</b>
<b>Perspectiva de Processos Internos</b>	<b>40</b>
Destaques	42
Desenvolvimento da Perspectiva	43
Gráficos por perspectiva	56
Projetos Estratégicos	58
<b>Perspectiva de Capacidades Institucionais</b>	<b>79</b>
Destaques	81
Desenvolvimento da Perspectiva	82
Gráficos por perspectiva	87
Projetos Estratégicos	89
<b>Plano Plurianual (PPA)</b>	<b>97</b>
<b>Publicações do MPO</b>	<b>108</b>

## Sumário

### 3

#### Conformidade e Eficiência da Gestão

Declaração da Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica	111
Gestão Orçamentária e Financeira	111
Instâncias de Governança	111
Gestão de Pessoas	111
Gestão de Serviços e Contratações	111
Gestão de Logística	111
Gestão de Tecnologia da Informação	111
Relatório de Gestão Integrado	111
Plano Estratégico Institucional	111
Supervisão, Controle e Correição	111

### 4

#### Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	114
----------------------------------------------------	-----



## Mensagem da Ministra



Encerramos 2024 firmes no nosso propósito de unir o país que vivemos, conciliando compromisso social e responsabilidade fiscal, sem jamais abandonar o diálogo e a transparência. Enquanto planejamos, mostramos que não aceitamos qualquer destino. Este é um ato de coragem e esperança que exige de nós visão de futuro, compromisso com a realidade do hoje e capacidade de trilhar rotas que transformam desafios em oportunidades. Com orgulho do que já construímos neste Ministério do Planejamento e Orçamento, reafirmo nossa missão de trabalhar por um Brasil mais justo, sustentável e preparado para as próximas gerações.

O ano de 2024 nos desafiou e nos impulsionou. Atravessamos este período sabendo que reconstruir um país exige não apenas revisitar o passado, mas estar aberto para aprender com ele e erguer democraticamente as pontes do nosso amanhã. Sempre com ambição e responsabilidade.

O Relatório de Gestão Integrada (RGI) do MPO é o registro dessa visão, daquilo que fizemos e escolhemos ser, através de cada processo interno e de todas as capacidades institucionais dessa equipe com que tenho prazer de contar. Nesta edição de 2024, trazemos para a sociedade um retrato fiel do nosso desempenho, consolidando avanços e identificando desafios para nós mesmos. O que você encontrará a seguir vai além de uma prestação de contas: é o nosso compromisso renovado com uma gestão pública que serve, escuta e se reinventa. Mais do que um documento técnico, temos aqui um projeto de país: um país que planeja, olha para frente e não se curva às dificuldades, mas que as enfrenta com estratégia e coragem.

Convido cada cidadão, cada gestor e parceiro a conhecer os resultados aqui apresentados. Que este Relatório seja um ponto de encontro entre o que já fizemos e aquilo que ainda temos a conquistar pelo Brasil.

Boa leitura!

**Simone Nassar Tebet**  
*Ministra do Planejamento e Orçamento*

## Introdução

O Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), criado pelo [Decreto nº 11.353, de 1º de janeiro de 2023](#), comemora seu segundo ano de atividade com conquistas significativas a celebrar. Superados os primeiros desafios, de estruturação do órgão e definição das bases estratégicas, o exercício de 2024 foi marcado por um salto em desenvolvimento quanto à governança e pela realização das metas pactuadas para o período.

Em sua missão institucional, o MPO é responsável por planejar o desenvolvimento do País a longo prazo; avaliar os impactos socioeconômicos das políticas públicas; gerenciar os sistemas cartográficos e estatísticos nacionais; e elaborar, acompanhar e avaliar o Plano Plurianual (PPA), a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e a lei orçamentária anual (LOA). Além disso, o MPO se encarrega de buscar novas fontes de recursos para o governo, coordenar financiamentos externos e atuar como órgão central na coordenação do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal (SIPOF).

Para prestar contas à sociedade sobre o desempenho da gestão, em observância à [Instrução Normativa nº 84/2020](#), do Tribunal de Contas da União, o MPO publica o Relatório de Gestão Integrado (RGI), com periodicidade anual, conforme estabelece o art. 8º, §4º, do normativo. A presente edição se apresenta aos órgãos de controle e ao cidadão, com os resultados globais de 2024.

Em acréscimo ao RGI, os Relatórios de Gestão Trimestrais (RGT), uma inovação promovida pelos líderes, gestores e colaboradores do Ministério, são oferecidos ao cidadão com o intuito de promover a transparência ativa e de dialogar com a sociedade, de forma a convidá-la a participar, ao longo do ano, do monitoramento dos projetos estratégicos e dos resultados-chave propostos como alvo. As três edições do RGT referentes ao ano de 2024 podem ser acessadas [aqui](#).

O RGI tem como principal objetivo apresentar a avaliação da execução da estratégia institucional detalhada no [Plano Estratégico Institucional \(PEI\)](#) para o período 2024-2027, [aprovado pelo Comitê Ministerial de Governança do MPO](#), em 2023. Os resultados dessa avaliação são apresentados sob duas perspectivas: Processos Internos e Capacidades Institucionais<sup>1</sup>. Dentro de cada perspectiva, são detalhados os objetivos estratégicos correlacionados e os respectivos projetos, acompanhados da análise das métricas que evidenciam seu desempenho.

Para avaliar a eficiência na execução da estratégia institucional, são utilizados indicadores que metrificam i) o grau de obtenção dos resultados-chave estabelecidos para cada objetivo estratégico; e ii) o percentual de avanço no cronograma de cada projeto, em comparação com o planejado. Também são apresentados neste Relatório: i) os principais acontecimentos relacionados aos objetivos delineados no Mapa Estratégico do MPO para o quadriênio 2024-2027; ii) informações sobre a conformidade e a gestão do MPO; e iii) dados sobre a execução orçamentária, financeira e contábil do MPO em 2024.

O RGI reúne os esforços empreendidos nos lançamentos trimestrais, de forma concisa e atualizada, e consolida as informações de desempenho da gestão no exercício. Como quarto lançamento da série, em compilação anual, o RGI completa o conjunto das publicações voltadas à transparência na gestão dos recursos públicos e à implementação estruturada do PEI. Ao permitir que a sociedade acompanhe, ao longo de todo o ano, os resultados da gestão ministerial, o MPO se coloca na vanguarda da administração pública e reforça seu compromisso com a gestão por resultados, com foco no cidadão.

Boa leitura!

1 | A perspectiva Resultados para Governo e Sociedade admite, na estratégia institucional, valores de natureza programática, de forma a nortear a materialização das entregas definidas para as outras duas perspectivas, detalhadas em projetos e resultados-chave.



# 1

## GOVERNANÇA do MPO

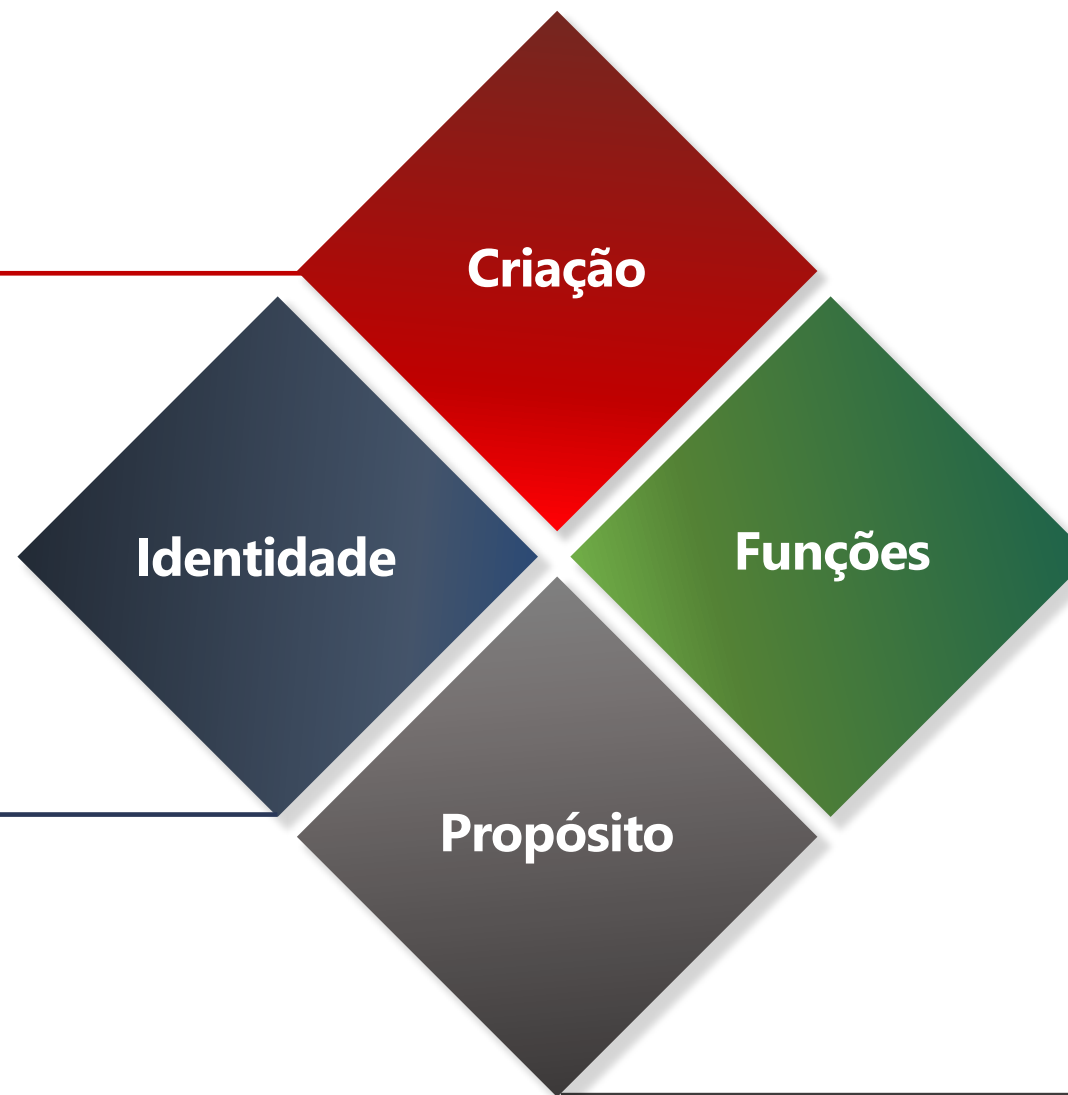
---

## Visão geral do MPO

Com a **extinção do Ministério da Economia**, o **MPO viu seu renascimento em 2023**, por meio da publicação da **Lei nº 14.600**, de 19 de junho de 2023.

Este marco sinaliza um **compromisso forte com o planejamento do futuro do Brasil** e com a eficiência na alocação de recursos públicos para gerar desenvolvimento social e econômico.

O Ministério do Planejamento e Orçamento é **órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal** (SIPOF), conforme dispõe a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001.



O **Decreto nº 11.353**, de 1º de janeiro de 2023, elencou competências para o MPO, em especial de **coordenar o planejamento nacional, o orçamento público, a avaliação de políticas públicas e a formulação de diretrizes e avaliação de financiamentos externos de projetos públicos** com organismos multilaterais e com agências governamentais.

Promover o **planejamento, a avaliação e a alocação de recursos** de forma **eficiente, transparente e participativa**, para o **desenvolvimento e crescimento sustentável** e inclusivo do País.

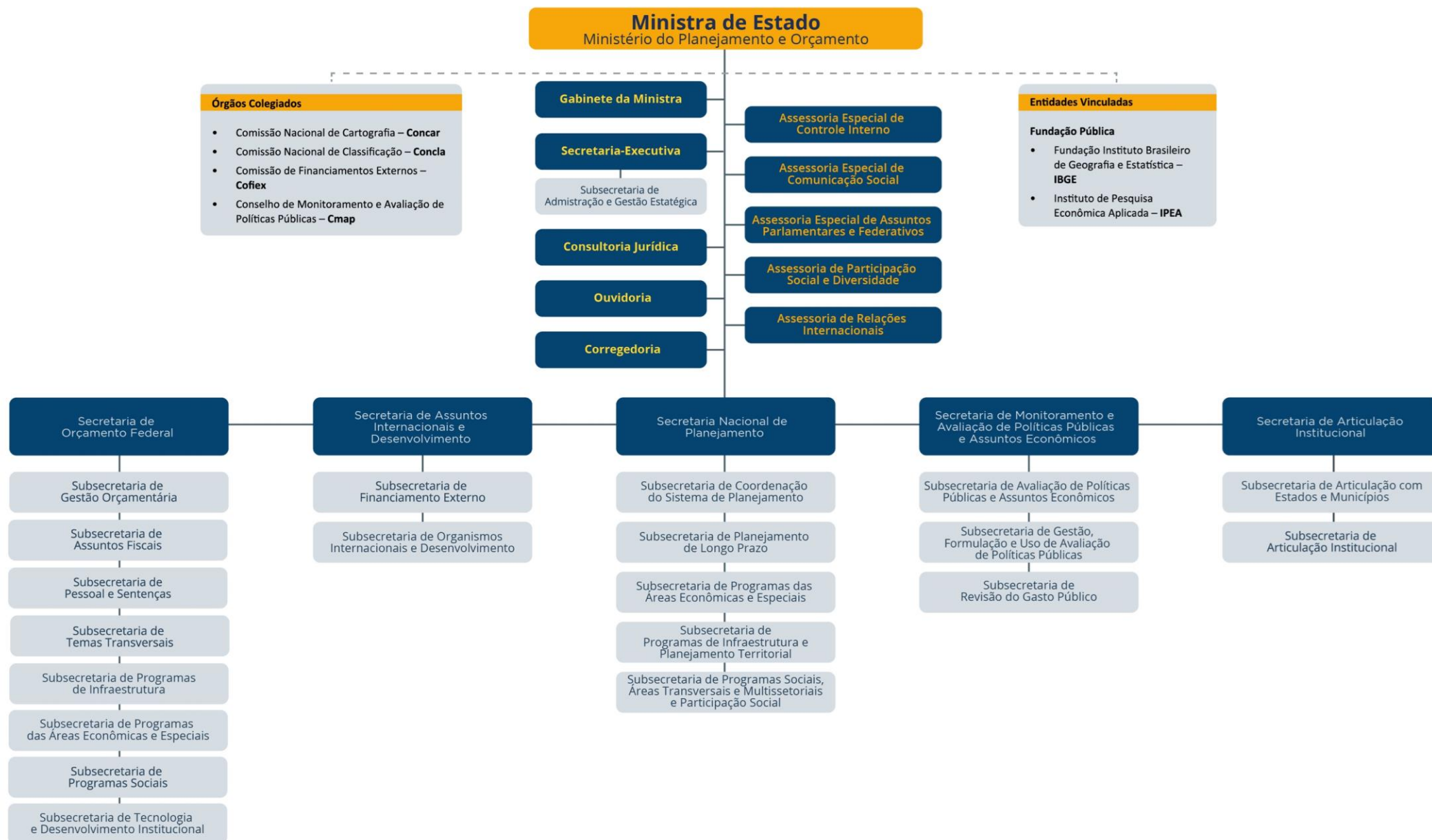
## Estrutura organizacional

A **Estrutura Organizacional** do MPO, definida pelo [Decreto nº 11.353/2023](#), encontra-se dividida nas seguintes Secretarias:

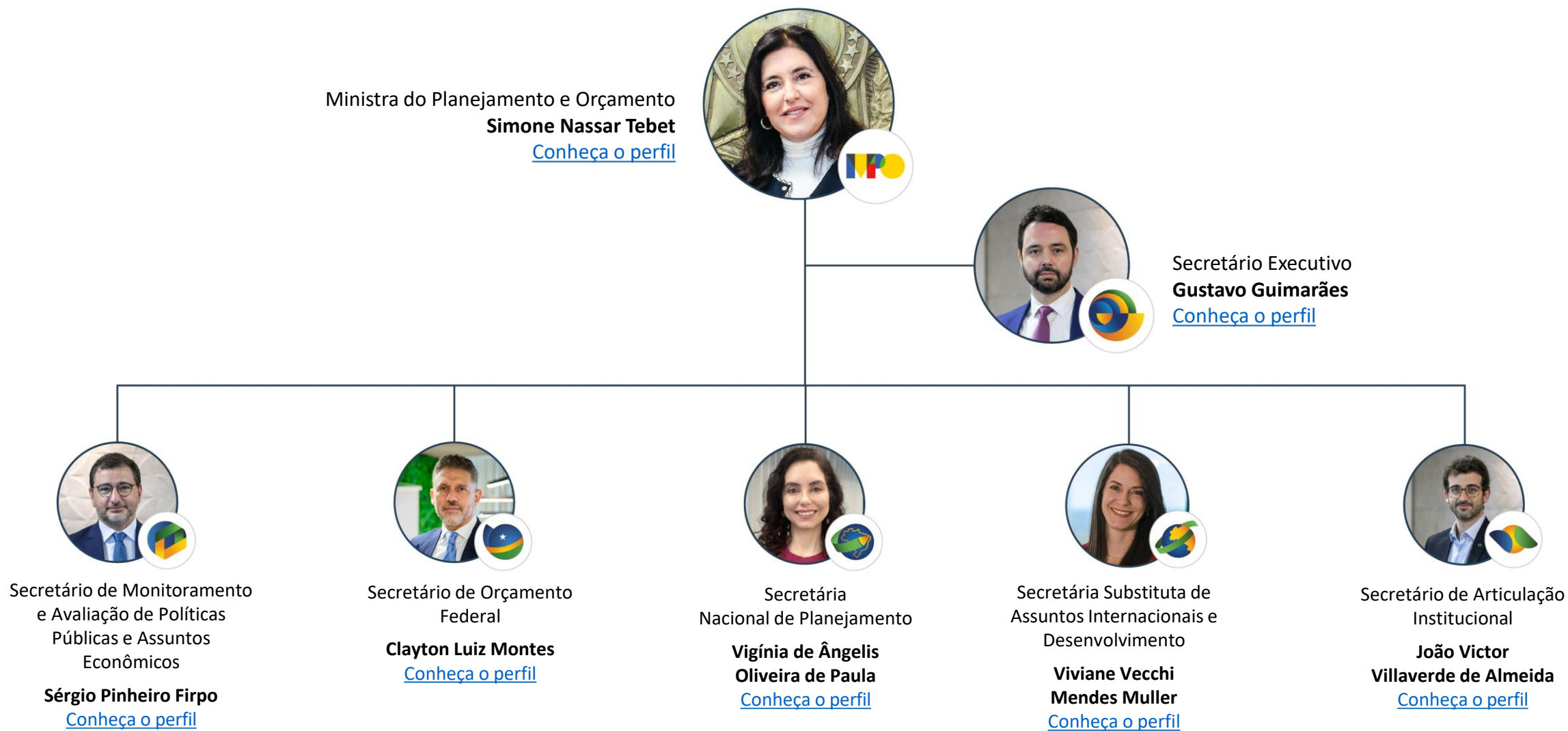




# Organograma do MPO



## Alta liderança



## Funções essenciais



### Planejamento Nacional

O MPO, por meio da Secretaria Nacional de Planejamento, desempenha um papel crucial na condução estratégica e integrada do desenvolvimento do País. As atribuições da SEPLAN abrangem desde a coordenação do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal, até a articulação junto aos entes federados, buscando o alinhamento dos planos locais com o planejamento nacional. Além disso, a articulação entre órgãos governamentais para a formulação e gestão das agendas transversais e multissetoriais são partes essenciais do seu escopo de trabalho. Entre as principais responsabilidades da SEPLAN estão a coordenação do planejamento de longo prazo, a elaboração e acompanhamento do plano plurianual e o apoio ao monitoramento e à avaliação das políticas públicas. E esse trabalho não se restringe apenas ao âmbito federal: há ainda uma busca pelo alinhamento desses instrumentos de planejamento com os de outros entes federados, promovendo coesão entre os diferentes níveis de governo.



### Orçamento Federal

A gestão do orçamento federal, atribuída à Secretaria de Orçamento Federal (SOF), representa um conjunto robusto de responsabilidades para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da política orçamentária do país. Essa gestão envolve desde a coordenação e supervisão da elaboração da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária da União até a articulação com entidades públicas e privadas para avaliar a qualidade do gasto público, passando pelo estabelecimento de normas, classificações e acompanhamento minucioso da execução orçamentária. A SOF guia tecnicamente órgãos setoriais nas questões orçamentárias, atua na coordenação do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, em conjunto com a Secretaria Nacional de Planejamento, e elabora subsídios para a formulação de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento sustentável nacional, por meio do orçamento federal.



## Funções essenciais



### Articulação Institucional

O MPO, por meio da Secretaria de Articulação Institucional (SEAI), atua na coordenação de iniciativas para fortalecimento da integração e do desenvolvimento sul-americano. Contando com uma atuação articulada, a SEAI busca integrar, planejar, coordenar e monitorar iniciativas, estudos e pesquisas, visando aprimorar a compreensão e efetividade das políticas regionais. Isso implica na sistematização de dados sobre integração e desenvolvimento sul-americano, oferecendo subsídios à alta administração ministerial. Além disso, a SEAI desempenha papel crucial na articulação com outros órgãos governamentais, para debater, acompanhar e promover assuntos de interesse do Ministério. Para aprimorar a busca por soluções adequadas aos desafios regionais, a SEAI coordena o Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano, com a participação de diversos órgãos públicos e a colaboração da sociedade civil, o que permite a adoção de uma abordagem abrangente e eficaz para promover o desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.



### Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

A atuação do MPO, por meio da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID), se destaca pela sua amplitude e importância estratégica. As responsabilidades da SEAID incluem formular diretrizes para a negociação de programas e projetos, a partir de informações prestadas no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos – Cofix, coordenar a participação do MPO em órgãos colegiados interministeriais e em negociações e foros internacionais nos temas de comércio exterior de bens e serviços e coordenar o processo de pagamento das integralizações de cotas e das contribuições voluntárias e obrigatórias a organismos internacionais. Sua relevância reside na possibilidade de elaborar estratégias, participar ativamente de discussões econômicas e financeiras com outras nações e representar o país em fóruns multilaterais, nos temas de competência do MPO.



### Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

O processo de avaliação de políticas públicas assume um papel central e crucial para o desenvolvimento e efetividade das ações governamentais, contando com a Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA) como responsável por propor, coordenar e aprimorar métodos de avaliação. A avaliação minuciosa do impacto financeiro, social e econômico das políticas, aliada à constante análise de indicadores, não apenas fundamenta decisões futuras, mas também abre portas para a constante evolução e otimização das políticas vigentes. Mais do que isso, essa abordagem respaldada em evidências e estudos é um alicerce para a promoção de políticas mais eficazes, favorecendo a transparência e a prestação de contas à sociedade.

## Contexto Externo ao MPO

O ano de 2024 foi marcado por desafios e oportunidades que moldaram as atividades do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). O contexto externo apresentou desafios que demandaram ações estratégicas e inovadoras para atender às demandas sociais e econômicas do País.

De um lado, o Brasil enfrentou um cenário de restrição fiscal, que exigiu uma gestão criteriosa e eficiente dos recursos públicos. A necessidade de equilibrar o controle das contas públicas com a ampliação de benefícios sociais representou um dos maiores desafios do MPO. Nesse contexto, o órgão desempenhou um papel central na busca de soluções para garantir o financiamento sustentável de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades e ao fortalecimento do bem-estar social.

Neste contexto, o MPO empenhou-se em um amplo processo de revisão de gastos públicos, buscando repriorizar ações e programas governamentais para maximizar o impacto social e econômico dentro dos limites fiscais. Esse esforço envolveu a análise detalhada de algumas despesas, com foco em identificar ineficiências, eliminar sobreposições e redirecionar recursos para iniciativas prioritárias. A agenda de revisão de gastos está sendo gradativamente expandida no MPO. Para 2025, a estimativa de economia com a agenda de revisão já soma R\$ 25,9 bilhões – entre revisões e reprogramações – e pode alcançar montantes ainda maiores com as novas medidas que serão estudadas.

A implementação da orçamentação de médio prazo foi outra iniciativa adotada pelo MPO para tornar a gestão do orçamento público mais eficiente, buscando conciliar responsabilidade fiscal com proteção social. Essa abordagem amplia o planejamento para além do ciclo anual, permitindo que as decisões atuais sejam acompanhadas de projeções de médio prazo. Com isso, torna-se possível identificar gastos insustentáveis e aproveitar melhor os espaços fiscais disponíveis.

Retomar o planejamento nacional como importante estratégia de desenvolvimento do País foi outro desafio. Em 2024, iniciou-se a execução do Plano Plurianual (PPA 2024-2027). Este processo trouxe um novo modelo de construção coletiva, no qual cidadãos, organizações e especialistas puderam contribuir para a definição das prioridades nacionais. Com a aprovação do PPA, o MPO iniciou o monitoramento rigoroso das metas e ações previstas, assegurando que os objetivos estratégicos sejam acompanhados de perto.

O MPO também deu início à Estratégia Brasil 2050, um compromisso com o desenvolvimento sustentável focado em mudanças climáticas, inovação tecnológica e inclusão social. Essa iniciativa integra um conjunto de ações que reforçam que o Brasil é um país seguro para investimentos, comprometido com a economia verde e o bem-estar de sua população. Além disso, a iniciativa busca inserir o planejamento de longo prazo na administração pública, trazendo previsibilidade para as ações de governo.

## Contexto Externo ao MPO

No cenário internacional, o Brasil está retomando sua posição como protagonista regional e global. Houve uma retomada ativa de negociações com bancos regionais de desenvolvimento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

A quitação de dívidas com organismos multilaterais também foi um marco, restaurando a credibilidade do País junto à comunidade internacional. Além disso, o Projeto de Rotas de Integração Sul-Americana destacou o Brasil como um articulador-chave para a integração econômica e logística no continente, promovendo o desenvolvimento regional e fortalecendo os laços com os países vizinhos.

No campo de avaliação de políticas públicas, o Brasil ainda enfrenta desafios, apesar de avanços nas últimas décadas. A pauta carece de maior institucionalização como instrumento essencial na gestão pública. Em muitos casos, o ciclo de políticas públicas adotado pelos órgãos da administração pública não contempla a avaliação, dificultando a retroalimentação e o aprendizado institucional. A ausência de métodos e abordagens sistemáticas também é outro problema frequentemente encontrado.

Para fortalecer a cultura de avaliação de políticas públicas, o MPO tem adotado diversas estratégias, como debates públicos, elaboração de guias metodológicos, criação de instrumentos de autoavaliação, formação de redes de monitoramento e avaliação e a realização de avaliações *ex-ante* e *ex-post*, entre outras iniciativas.

A Metodologia de Avaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP), em desenvolvimento no MPO, promete dar escala às avaliações de políticas públicas. A metodologia permitirá uma avaliação a partir de referências padronizadas, possibilitando a sua expansão. A previsão é de que sejam feitas 240 aplicações da metodologia para 120 políticas públicas no primeiro semestre de 2025.

Nesse contexto, o MPO desempenhou um papel essencial na coordenação de pautas muito importantes para o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo do País. O equilíbrio entre as restrições econômicas e as necessidades sociais, aliado à retomada do protagonismo no cenário internacional, marcou um período de crescimento e maior maturidade na gestão do órgão.

## Estrutura de Governança<sup>1</sup>

A estrutura de governança do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) foi reforçada pela edição da [Portaria GM/MPO nº 116, de 3 de maio de 2023](#), atualizada pela [Portaria GM/MPO nº 162, de 19 de junho de 2023](#), que cria o Comitê Ministerial de Governança (CMG) e diversos subcomitês internos de apoio.

Conforme previsão normativa, as ações do CMG fundamentam-se em:

- auxiliar a alta administração na implementação e na manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes da governança de que trata o Decreto nº 9.203, de 2017;
- incentivar e promover iniciativas que busquem implementar o acompanhamento de resultados no órgão, que promovam soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório;
- promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança definidos pelo Comitê Interministerial de Governança - CIG em seus manuais e em suas resoluções; e
- elaborar manifestação técnica relativa aos temas de sua competência.

Atualmente, o MPO conta com os seguintes subcomitês internos de apoio à governança: <sup>2</sup>

- Subcomitê de Governança Digital e Segurança da Informação; e
- Subcomitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade.

Tais subcomitês atuam como instâncias internas de apoio ao CMG no exercício de suas funções e ainda podem ser responsáveis pela elaboração de políticas e diretrizes nas suas áreas de atuação.

### Instâncias Internas de apoio à Governança do MPO

#### Subcomitê de Governança Digital e Segurança da Informação - SGD-SI

O Subcomitê de Governança Digital e Segurança da Informação - SGD-SI foi criado pela [Portaria GM/MPO nº 116, de 2023](#), posteriormente alterada pela [Portaria GM/MPO nº 162, de 2023](#), para, no âmbito do CMG, definir, aprovar, monitorar e avaliar os planos, políticas, planejamentos e projetos de tecnologia da informação e de segurança da informação.

#### [SAIBA MAIS!](#)

<sup>1</sup> Maiores informações sobre o CMG/MPO podem ser visualizadas [aqui](#).

<sup>2</sup> O Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano encerrou suas atividades em meados de 2024, com a entrega do seu segundo relatório, disponível [aqui](#).

## Estrutura de Governança

O SGD-SI do Ministério do Planejamento e Orçamento exerce o papel do comitê de que trata o art. 2º do Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, e do comitê previsto no inciso IV do art. 15 do Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018.

### São competências do SGD-SI:

- definir princípios e diretrizes e aprovar planos, políticas, planejamentos e projetos de tecnologia da informação e de segurança da informação;
- estabelecer a alocação eficiente dos recursos de tecnologia da informação e segurança da informação;
- monitorar e avaliar os resultados obtidos com a implantação das

ações de tecnologia da informação, de Governo Digital e de segurança da informação, promovendo a transparência ativa, resguardadas as hipóteses legais de sigilo;

- deliberar sobre os assuntos relativos à Política Nacional de Segurança da Informação - PNSI;
- promover cultura de segurança da informação no Ministério; e
- deliberar sobre os assuntos relativos à Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas.

Em 2023, o SGD-SI aprovou o [Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação](#) do MPO para o biênio 2024-2025.

### Subcomitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade – SRTCI

O Subcomitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade do Ministério do Planejamento e Orçamento (SRTCI) é um órgão colegiado criado para propor medidas para o aprimoramento da gestão de riscos, transparência, controle e integridade do MPO.

### [SAIBA MAIS!](#)

O SRTCI foi criado por meio da [Portaria GM/MPO nº 116, de 2023](#), atualizada pela [Portaria GM/MPO nº 162, de 2023](#).

### São competências do SRTCI:

- aprovar metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização das políticas e diretrizes emanadas pelo Subcomitê;
- apoiar o estabelecimento, a execução, o monitoramento e a avaliação periódica da Política de Gestão de Riscos do Ministério;
- propor ao CMG o Programa de Integridade do Ministério e de suas entidades vinculadas;
- propor à Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento o Plano de Integridade do Ministério;
- monitorar e avaliar periodicamente os resultados obtidos com a implementação do Programa de Integridade;
- emitir recomendações para o aprimoramento da gestão de riscos, transparência, controle e integridade no Ministério; e
- promover cultura de gestão de riscos, transparência, controle, integridade e acesso à informação no Ministério.

## Estrutura de Governança

Durante o ano de 2024, o SRTCI produziu as seguintes deliberações e produtos:

- [Resolução SRTCI/MPO nº 2/2024, institui diretrizes da Política de Gestão de Riscos](#)
- [Resolução SRTCI/MPO nº 3/2024, institui o Fórum das Instâncias com Funções de Integridade](#)
- [Guia Metodológico para Gestão de Riscos](#)
- [Relatório de Monitoramento do Plano de Integridade do MPO](#)

### Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano – SIDA/MPO

O Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano do Ministério do Planejamento e Orçamento - SIDA/MPO foi criado pela [Resolução GM/MPO nº 1, de 7 de junho de 2023](#), para, no âmbito do Comitê Ministerial de Governança, fomentar políticas, ações e iniciativas sustentáveis que propiciem avanços regionais multidimensionais e estimulem investimentos conectando o Brasil aos países da América do Sul.

#### [SAIBA MAIS](#)

### São competências do SIDA/MPO:

- integrar, planejar, coordenar e monitorar as iniciativas, estudos e pesquisas relacionados ao tema afeto ao Subcomitê, no âmbito dos órgãos específicos singulares e entidades vinculadas do Ministério;
- sistematizar dados e informações relativos à integração e desenvolvimento sul-americano para assessoramento da alta administração do Ministério;
- auxiliar a alta administração do Ministério na articulação dos assuntos objetos do Subcomitê junto aos demais órgãos do Poder Executivo Federal, aos Poderes Legislativo e Judiciário, aos entes federados, à sociedade civil organizada e demais entidades ou colegiados relacionados;
- elaborar manifestação técnica relativa aos temas de sua competência; e
- propor normativos e atos necessários à consecução dos seus objetivos de que trata o art. 2º, da Resolução GM/MPO nº 1/2023.

Em 2024, o SIDA/MPO registrou como avanço em sua pauta estratégica a apresentação do projeto Rotas de Integração Sul-Americana a diversos países, além de autoridades nacionais – notadamente, na Assembleia Anual dos Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ocorrida de 7 a 10 de março, e no Seminário Empresarial Brasil-China, em 5 de junho, dentre outros marcos no Brasil e no exterior. Neste ano, também foi criada a Comissão Interministerial para a Infraestrutura e o Planejamento da Integração da América do Sul, por meio do [Decreto nº 12.034, de 28 de maio de 2024](#), o que deu novo impulso ao projeto. Em novembro, foi lançado o [Relatório 2024 do projeto Rotas de Integração Sul-Americana](#). O documento detalha as 190 obras de infraestrutura que integram o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), contemplando os onze Estados brasileiros de fronteira. O relatório, por fim, apresenta um balanço da atuação governamental nas regiões limítrofes do Brasil com seus vizinhos sul-americanos.



## Gestão de Riscos e Integridade Pública

### Gestão de Riscos

A gestão de riscos é uma ferramenta essencial para o uso eficiente dos recursos públicos. Em 2024, as Secretarias finalísticas do MPO implementaram as diretrizes da [Política de Gestão de Riscos](#), regulamentada pela [Resolução SRTCI/MPO nº 2, de 29 de fevereiro de 2024](#). Foram selecionados Objetos Prioritários (projetos ou processos) com base em critérios de materialidade, criticidade, relevância e inovação.

A Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) apoiou todas as etapas do processo, oferecendo capacitações e orientações aos pontos focais das Secretarias. Em junho e outubro de

2024, a AECI realizou oficinas sobre o [Guia Metodológico para Gestão de Riscos do MPO](#), detalhando as etapas do processo e os produtos esperados. Também promoveu reuniões com a alta gestão para apresentar o progresso e esclarecer dúvidas.

Como produto, as Secretarias elaboraram Planos de Tratamento para os riscos de maior impacto ou probabilidade. Esses planos serão implementados de forma estruturada para apoiar a tomada de decisão, alinhando-se ao planejamento estratégico do MPO. A maioria dos riscos identificados já está incluída no Plano de Tratamento aprovado pelas lideranças em 2024.



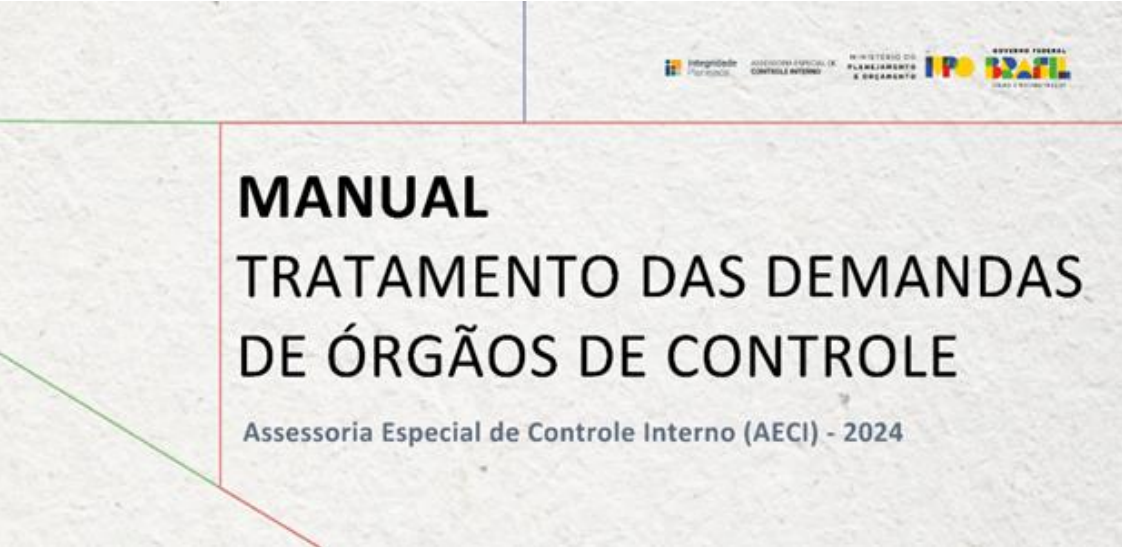
### Controle Interno

A AECI do MPO é responsável por atuar como elo com os órgãos de controle interno (CGU) e externo (TCU).

O fluxo para atender solicitações e acompanhar a implementação de recomendações foi regulamentado pela [Portaria GM/MPO nº 17, de 2023](#).

Em 2024, para esclarecer e formalizar o atendimento às demandas desses órgãos, a AECI publicou o [Manual de Tratamento das Demandas de Órgãos de Controle](#), oferecendo às Secretarias do MPO orientações claras sobre os fluxos e processos realizados, na interlocução com os órgãos de controle.

# Gestão de Riscos e Integridade Pública



## Principais fiscalizações iniciadas pelo TCU em 2024 de interesse do MPO

Em 2024, o TCU iniciou 12 fiscalizações nas quais houve pedidos direcionados ao MPO, que contribuiu fornecendo subsídios, participando de reuniões ou atendendo deliberações de acórdãos resultantes dessas ações.

Tabela 1: Fiscalizações iniciadas em 2024 pelo TCU de interesse do MPO

Auditorias finalizadas		
TC	Fiscalização	Assunto
017.469/2024-4	135/2024	Resultados Fiscais e Execução Orçamentária e Financeira da União - 3º Bimestre 2024
010.329/2024-2	100/2024	Resultados Fiscais e Execução Orçamentária e Financeira da União - 2º Bimestre 2024
007.639/2024-4	64/2024	Acompanhamento - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) da União para o exercício financeiro de 2025
007.523/2024-6	60/2024	Acompanhamento da implementação PPA 2024-2027 nos programas relevantes à atuação da AudAgroAmbiental
007.029/2024-1	45/2024	Resultados Fiscais e Execução Orçamentária e Financeira da União - 1º Bimestre 2024
Auditorias em andamento		
TC	Fiscalização	Assunto
026.101/2024-6	3/25	Relatórios de Gestão Fiscal (RGFs) - 3º Quadrimestre de 2024
026.099/2024-1	228/2024	Resultados Fiscais e Execução Orçamentária e Financeira da União - 5º Bimestre 2024
022.115/2024-2	180/2024	Resultados Fiscais e Execução Orçamentária e Financeira da União - 4º Bimestre 2024
019.698/2024-0	167/2024	Conformidade fiscal do Projeto de Lei Orçamentária Anual da União para o exercício financeiro de 2025 (PLOA 2025)
016.247/2024-8	121/2024	Auditoria operacional sobre subsídios e outros incentivos prejudiciais ao meio ambiente
008.257/2024-8	78/2024	Levantamento sobre inclusão digital da população PCD
007.714/2024-6	66/2024	Relatório de acompanhamento das licitações e contratações realizadas com recursos públicos federais e paraestatais mediante análises e métodos <i>data driven</i>

Fonte: Conecta TCU



## Gestão de Riscos e Integridade Pública

### Principais acórdãos TCU encaminhados ao MPO para cumprimento ou ciência

Em 2024, o TCU notificou o MPO sobre 64 Acórdãos, dos quais 9 contêm recomendações, 4 trazem determinações e 5 incluem alertas ao Ministério ou ao Poder Executivo.

Do quadro abaixo, destaca-se que a AECl encaminhou ao TCU manifestações das áreas técnicas do MPO relativas às determinações exaradas, não restando providências adicionais.

Tabela 2: Acórdãos com determinações envolvendo o MPO

TC	Acórdão	Colegiado	Assunto	Status do TC
012.951/2021-8	369/2024	Plenário	Fundo Constitucional do Distrito Federal	Aberto Enviado para pronunciamento do Ministro Antonio Anastasia
006.311/2023-7	678/2024	Plenário	Fundo Social do pré-sal	Encerrado
040.306/2019-4	1103/2024	Plenário	Teto de Gastos do Ministério Público da União	Encerrado Cumprimento de objetivo
003.602/2022-2	105/2024	Plenário	Fundo Constitucional do Distrito Federal (Monitoramento Acórdão 1895/2019-PL)	Aberto Acórdão 2392/2024-PL não prevê providências para o MPO

Fonte: Sistema de Controle de Demandas (Siscod).

### Principais processos do TCU acompanhados pelo MPO

Assunto	Processo	Detalhes
Consulta do MPO feita ao TCU a respeito da interpretação a ser dada a dispositivos da LDO/2024 quanto ao contingenciamento.	TC 002.080/2024-9	Aguarda-se julgamento da matéria na sessão plenária TCU, de 5/2/2025.
Pedido de reexame da AGU contra o Acórdão 521/2024-PL defendendo que inclusão das despesas com o abono salarial na programação orçamentária encontra-se regular.	TC 012.649/2021-0	Aguarda-se julgamento da matéria pelo TCU.
Pedido de reexame da AGU contra o item 9.1 do Acórdão 1691/2023 (Renúncias de Receitas e Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado – DOCC - Exercício 2021).	TC 043.192/2021-1	Processo julgado pelo TCU, por meio do Acórdão 2489/2024-PL, de 27/11/24, transformando em recomendação a ciência para regulamentar quando de rejeição de veto pelo Poder Legislativo e passando o tema da observância de compensação para geração das despesas de pessoal para análise no âmbito do GT DOCC.
Auditoria Operacional Sistema de Contas Econômicas Ambientais (SCEA).	TC 020.665/2023-7	Aguarda-se julgamento pelo TCU do Relatório Preliminar que prevê recomendações ao MPO, ao IBGE e ao MMA.
Levantamento do TCU sobre práticas de governança integradas a práticas socioambientais (ESG).	iESGo	O MPO conquistou 6º lugar, entre os Ministérios, no índice do TCU que avalia práticas de governança e sustentabilidade. A AECl preparou um relatório analítico, identificando as oportunidades de melhoria, que servirá de subsídio para aprimorar as práticas de gestão e impulsionar o desempenho organizacional.

# Gestão de Riscos e Integridade Pública

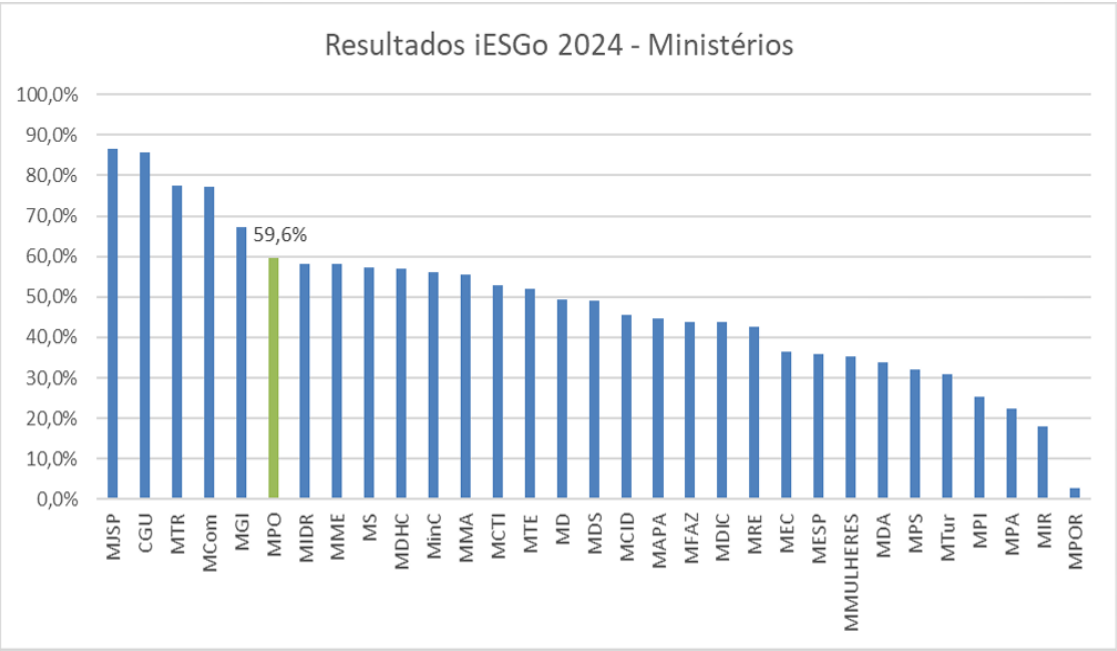
O levantamento [iESGo 2024](#) - Índice ESG (*Environmental, Social and Governance*), aferido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), é uma iniciativa de controle externo criada para avaliar o nível de adesão das organizações públicas federais em relação às boas práticas de governança e gestão, aliadas à sustentabilidade ambiental e à social.

No resultado geral, o MPO alcançou 59,6% de adesão às práticas de governança e sustentabilidade, o que representou a 6ª melhor posição entre os Ministérios.

Considerando-se a recente recriação do MPO, pelo Decreto nº 11.353, de 2023, após a dissolução do antigo Ministério da Economia, os números alcançados no ranking do iESGo 2024 demonstram um notório esforço da gestão em qualificar sua estrutura de governança.

A média geral obtida pelas 387 organizações avaliadas é de 57%, enquanto a média obtida pelos ministérios é de 48,2%. O MPO obteve resultado de 59,6%, acima de ambas as médias.

O comprometimento das organizações com as práticas ESG indicam a adoção de bases sólidas para uma gestão mais eficiente, com custos reduzidos e possibilidades de investimento em novas frentes.



Fonte: [Relatório Analítico AECI/MPO](#).

# Gestão de Riscos e Integridade Pública

## Orientação técnica aos gestores para aprimoramento dos controles internos

Em 2024, a AECI apoiou os gestores do MPO no aprimoramento dos controles internos, elaborando informes e relatórios para as áreas técnicas, a Secretaria-Executiva e o Gabinete da Ministra. A iniciativa teve como objetivo fornecer insumos e embasar decisões estratégicas.

Destinatário	Documento
Gabinete da Ministra	Informes sobre as Pautas e julgados do TCU
Secretaria Executiva	Relatório Gerencial mensal com os destaques sobre controle interno, gestão de riscos, integridade e transparência
SAGE/SE	Informes sobre os julgados do TCU envolvendo licitação.
Secretários	E-mails quinzenais sobre as demandas dos órgãos de controle em andamento, sobre as pautas e os Acórdãos do TCU, e sobre as agendas do período.
SOF/MPO	<div>- Informe Tema Avaliação de Receitas e Despesas Primárias;</div> <div>- Informe Tema Conformidade fiscal do Projeto de Lei Orçamentária Anual da União;</div> <div>- Informe Tema Renúncias de Receitas e Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;</div> <div>- Informe Tema Acompanhamento Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias;</div> <div>- Informe Tema Prestação de Contas do Presidente da República.</div>
SEPLAN/MPO	Informe com os temas da Secretaria no TCU

## Integridade Pública

O [Programa Integridade Planejada](#), que reúne o Ipea e o IBGE, respeitando as características e a autonomia administrativa de cada entidade vinculada, foi aprovado em 2023 no Subcomitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade (SRTCI) e no Comitê Ministerial de Governança (CMG). O programa comemorou seu 1º aniversário com um evento realizado de 16 a 19 de setembro.



A mesa de abertura contou com a presença da Ministra Simone Tebet, do Secretário-Executivo Gustavo Guimarães, do Ministro da CGU, Vinicius Marques, e da Ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck.

No primeiro dia, participaram também o Presidente do IBGE, Marcio Pochmann, e a Presidenta do Ipea, Luciana Servo. Os dias seguintes abordaram temas relacionados às atividades de ouvidoria, com foco em ações preventivas para apoiar os gestores, e correição, destacando o papel das corregedorias no fortalecimento da cultura de integridade e na promoção de um ambiente ético e responsável.

# Gestão de Riscos e Integridade Pública

A Ministra Simone Tebet ressaltou exemplos de integridade, como a consulta popular que resultou no Plano Plurianual participativo e no projeto de Rotas de Integração Sul-americana. Também foram mencionados avanços significativos, como a criação de um sistema técnico e objetivo para a escolha de projetos financiados pelo Cofix, além de melhorias no Bolsa Família que eliminaram ineficiências e incluíram milhões de famílias necessitadas.

Aprovado na 4ª Reunião do CMG, o [Plano de Integridade](#) do Ministério para o biênio 2024-2025 foi elaborado de forma colaborativa, com a participação de todas as suas unidades. O plano inclui 62 ações a serem implementadas em 2024, sob responsabilidade de diversas Secretarias e unidades. Até o monitoramento realizado no terceiro trimestre de 2024, 70% das ações estavam concluídas, conforme a tabela abaixo:

Item do plano de Integridade	Número de ações	Ações entregues 3º trimestre	Percentual
Prevenção e detecção	14	9	65%
Responsabilização e sanções	3	3	100%
Transparência e acesso à informação	32	24	75%
Promoção da democracia e diversidade	4	2	50%
Parcerias externas	3	3	100%
Monitoramento e avaliação	6	2	33%

A implementação das ações do Plano de Integridade do MPO tem fortalecido os mecanismos de controle interno e transparência, essenciais para o planejamento, orçamento e avaliação de políticas públicas, além de melhorar a inserção do país em organismos internacionais.

## Fórum das Instâncias com Funções de Integridade – Foint

O Fórum das Instâncias com Funções de Integridade (Foint), criado pela [Resolução SRTCI/MPO nº 3, de 29 de fevereiro de 2023](#), é um órgão permanente com a missão de promover a articulação e o compartilhamento de boas práticas entre o MPO e suas entidades vinculadas.

Composto por unidades responsáveis pela integridade no MPO, no Ipea e no IBGE, o Foint se organiza em grupos de trabalho temáticos, divididos nos seguintes eixos: I - Ouvidoria; II - Correição; III - Ética Pública; e IV - Gestão da Integridade, Gestão de Riscos e Controles Internos.

Em 2024, o Foint realizou 3 reuniões ordinárias e encontros dos grupos de trabalho, onde foram apresentadas as ações das unidades participantes e discutidas parcerias, como a celebração de um Acordo de Cooperação Técnica entre as corregedorias, auditorias compartilhadas, o uso de um questionário de percepção sobre integridade pública e diversas capacitações sobre o tema.



## Gestão de Riscos e Integridade Pública

### Comissão de Ética

A Comissão de Ética (CE) do MPO, criada pela [Portaria GM-MPO nº 67, de 22 de março de 2023](#), e alterada pela [Portaria GM/MPO nº 126, de 6 de maio de 2024](#), faz parte do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, vinculado à Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

Em dezembro de 2024, com a nomeação dos membros e do Secretário Executivo, a Comissão realizou sua reunião inaugural, elegendo seu Presidente, conforme as orientações da CEP. A [Portaria de Pessoal SE/MPO nº 745, de 24 de outubro de 2024](#), e a [Portaria de Pessoal SE/MPO nº 313, de 20 de setembro de 2024](#), atualizaram a composição da Comissão de Ética.

No encontro de abertura, a Comissão iniciou a elaboração de seu regimento Interno e discutiu o fluxo para tratamento das consultas sobre conflito de interesses e pedidos de autorização para exercício de atividade privada por servidores ou empregados públicos em exercício no MPO. A partir dessas discussões, foi elaborada e publicada a Portaria GM/MPO nº 507, de 27 de dezembro de 2024.

Sua principal função é promover os princípios de conduta ética dos servidores, tanto nas relações com os cidadãos quanto com colegas e superiores, além de zelar pelo

patrimônio público. Embora não faça parte formalmente da estrutura do MPO, sua atuação é essencial para a integridade do órgão. O fortalecimento e a divulgação de suas atividades estão contemplados no Plano de Integridade do MPO 2024-2025.

Com base no Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, a Comissão de Ética tem dois papéis principais: atuar como consultora para dirigentes e servidores do MPO e decidir sobre pedidos de autorização e consultas relacionados a possíveis conflitos de interesse em atividades privadas. Esses processos são realizados por meio do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses (SeCI).

A análise desses pedidos agora contará com a participação da Corregedoria do MPO, como apoio às decisões da Comissão. Até dezembro de 2024, uma comissão provisória analisou 7 consultas e pedidos de autorização relacionados à atuação de servidores no setor privado.

Para 2025, a Comissão de Ética busca consolidar-se como referência permanente na discussão e promoção da ética e da integridade no Ministério. Suas ações planejadas incluem campanhas de sensibilização, iniciativas preventivas e educativas, a elaboração de um Código de Conduta, e medidas voltadas ao enfrentamento de práticas como assédio e discriminação.



## Gestão de Riscos e Integridade Pública



### Transparência e Acesso à Informação

A AECl, designada como autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI), é responsável por garantir o cumprimento das normas e acompanhar a sua implementação, consolidando os resultados no [Relatório Anual de Monitoramento 2024](#) (ano-base 2023).

Segundo a avaliação da CGU, publicada no [Boletim de Apoio às Setoriais de Integridade, Transparência e Acesso à Informação \(BASI\)](#) do segundo quadrimestre de 2024, o MPO obteve altos índices de Integridade e Transparência Pública, demonstrando seu comprometimento com a prestação de informações. Em relação à Transparência das Agendas dos Agentes Públicos, uma comparação com o primeiro boletim, referente ao primeiro quadrimestre de

2024, mostra que o MPO melhorou ainda mais a pontualidade na publicação das agendas dentro do prazo de 7 dias, subindo de 85,6% para 89,8%. Como resultado, o percentual de registros feitos após 7 dias caiu de 14,4% para 10,2% no segundo quadrimestre.

Esses dados mostram que o MPO foi mais eficiente e pontual na publicação das agendas públicas, refletindo seu esforço para alcançar patamares cada vez mais altos de transparência nas agendas dos Agentes Públicos Obrigatórios (APO).

Quanto ao tema Engajamento em Atividades de Integridade Pública, o MPO contou com a participação de 2 representantes na Comunidade de Integridade Pública, que é uma plataforma dedicada a gestores e equipes de integridade, que possibilita

o compartilhamento de informações, experiências e boas práticas em integridade pública. Ademais, o órgão também participou do 1º ciclo de Autoavaliação de Integridade Pública com base no [Modelo de Maturidade em Integridade Pública - MMIP](#).

Em relação à Transparência Pública, destaca-se que os 95 pedidos de acesso à informação no primeiro quadrimestre e os 107 no segundo foram respondidos dentro do prazo. O cumprimento do prazo também se aplicou aos 9 pedidos de recurso no primeiro quadrimestre e aos 8 no segundo, evidenciando o compromisso em atender aos prazos estabelecidos pela [Lei de Acesso à Informação](#). Esse indicador está relacionado à Transparência Passiva, referindo-se aos pedidos de informações feitos pelo cidadão por meio do [Fala.BR](#) ao órgão público.

## Gestão de Riscos e Integridade Pública

Em relação à Transparência Ativa, desde o final de 2023, o MPO mantém 100% de cumprimento nos itens avaliados, que correspondem às informações que os órgãos públicos devem disponibilizar de forma proativa, sem a necessidade de solicitação, de acordo com as normas estabelecidas.

O Ministério contribui para a divulgação de informações públicas e, por isso, publicou as atividades programadas no [Plano de Dados Abertos](#). Como previsto, a Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA) publicou o [Orçamento de Subsídios da União \(OSU\)](#), que consolida informações sobre subsídios tributários, financeiros e creditícios no âmbito federal. O objetivo é aumentar a transparência e o controle social sobre essas fontes de financiamento de políticas públicas.

Além disso, a Secretaria Nacional de Planejamento (SEPLAN) publicou em sua página o Plano Plurianual 2024-2027, as cinco Agendas Transversais que compõem o Plano e os cadernos de Prioridades do PPA. Buscando maior transparência, foi desenvolvido o painel de dados do Plano - PPA Aberto, que possibilita ao cidadão construir consultas detalhada sobre os programas do PPA.

Destaca-se, ainda, a publicação do relatório “Planejamento orientado à Agenda 2030”, que apresenta como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) se refletem no Plano Plurianual 2024-2027. Foram publicados também o Relatório de Participação Social no processo de elaboração do Plano, o Relatório da Agenda 2030 nos Governos Estaduais e o livro "Reconstrução do Planejamento Nacional", o qual aborda as inovações e os desafios enfrentados na construção do PPA 2024-2027.

Encontra-se disponível também a página da Estratégia Brasil 2050, estratégia nacional de longo prazo em construção, que conta com parcerias institucionais e um processo participativo que inclui o setor público e privado, a sociedade civil e a academia.

Assim, o Ministério continua avançando e reafirmando seu compromisso com a Integridade Pública, Transparência e Acesso à Informação.

### Destaque

Em 2024, o MPO se manteve no primeiro lugar do ranking da CGU, junto com outros órgãos e entidades, de cumprimento de 100% dos itens de transparência ativa, exigidas pelo Guia de Transparência Ativa do Poder Executivo Federal, reforçando seu compromisso contínuo no campo da transparência e do acesso à informação.



Extraído dia 13/12/2024 do [Painel da Lei de Acesso à Informação](#).

## Materialidade

*O conteúdo deste Relatório foi desenvolvido pelas unidades do MPO considerando a relevância, o potencial de gerar valor público e a vinculação das matérias ao Planejamento Estratégico para o ciclo 2024 a 2027. Considerou-se, ainda, a estrutura básica prevista nas orientações do Tribunal de Contas da União a respeito de prestação de contas integrada e em experiências anteriores desta natureza. A elaboração do conteúdo foi realizada de forma descentralizada, considerando as competências institucionais de cada área. A produção deste Relatório de Gestão, no formato integrado, busca apresentar à sociedade o trabalho desempenhado pelo MPO em 2024 de maneira objetiva, transparente e acessível.*



# Planejamento Estratégico Institucional



O Plano Estratégico Institucional (PEI) para o período 2024-2027 é o instrumento principal do planejamento institucional do MPO, contendo:

- a identidade organizacional, traduzida pelo propósito, futuro desejável e valores institucionais;
- o diagnóstico estratégico institucional; e
- os objetivos estratégicos, com seus respectivos indicadores e metas.

A **identidade organizacional** serve como um guia para orientar as estratégias, objetivos, políticas e práticas da organização. Nesse sentido, por exemplo, este Relatório auxilia na avaliação da execução do propósito do MPO, que é *promover o planejamento, a avaliação e a alocação de recursos de forma eficiente, transparente e participativa, para o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo do país*.

O **diagnóstico estratégico institucional** buscou identificar os principais fatores internos e externos que impactam o funcionamento do Ministério e apontar os maiores desafios para o aprimoramento institucional.

Nesse sentido, por exemplo, este Relatório auxilia na avaliação dos avanços alcançados na solução de um dos problemas que o MPO busca resolver, que é a *melhoria da qualidade do gasto público, por meio de uma gestão mais eficiente e criteriosa dos recursos, buscando maximizar os resultados e impactos das políticas públicas implementadas*.

Os **objetivos estratégicos** são os fins definidos pelo MPO para o cumprimento do seu propósito e para a observância dos valores e do futuro desejável que integram a identidade organizacional do Ministério. Para mensurar os 14 objetivos estratégicos definidos, foram fixados 34 resultados-chave (*key results*), organizados sob três perspectivas: i) resultados para a sociedade e governo, com 3 objetivos; ii) processos internos, com 7 objetivos e 23 resultados; e iii) capacidades institucionais, com 4 objetivos e 11 resultados. Por fim, para garantir que esses resultados serão alcançados, foram definidos 29 projetos, representados por atividades conectadas, limitadas temporalmente e vinculadas ao alcance de um dos resultados pretendidos.

## Planejamento Estratégico Institucional

Nesse sentido, este Relatório detalhará a evolução dos resultados e dos projetos em 2024 e a revisão da carteira para o exercício seguinte, de forma a avaliar a execução dos objetivos estratégicos do MPO.

O Mapa Estratégico do MPO, representado na próxima página, é um dos pilares fundamentais do PEI. Na sequência também é ilustrada a Cadeia de Valor e a Identidade Organizacional do MPO.

*“O planejamento estratégico é um processo de análise, criação de alternativas e tomada de decisão sobre o que é a organização, o que ela faz, e porque ela faz. Além de alocar recursos, essas decisões servem para alinhar propósitos, programas e projetos, pessoas, estruturas e suporte político, bem como gerar aprendizagem organizacional. O produto do planejamento estratégico é um plano, que documenta os desafios, a missão, a visão, os valores, os objetivos, os indicadores, as metas e as ações necessárias para alcançá-las.”*

Referência: [Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão - Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília; ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020.](#)



# Mapa Estratégico | 2024-2027

## Propósito

Promover o planejamento, a avaliação e a alocação de recursos de forma eficiente, transparente e participativa, para o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo do país.

## Futuro Desejável

Planejamento, orçamento e avaliação de política públicas integrados, transparentes e fortalecidos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País.

## Valores

Ética e  
Integridade

Comprometimento

Transparência

Eficiência e  
Excelência

Sustentabilidade

Democracia

Colaboração e  
Cooperação

Diversidade

## Resultados para Governo e Sociedade

**OE 01** - Melhorar a qualidade das políticas públicas por meio do planejamento, avaliação e alocação eficiente de recursos

**OE 02** - Promover a distribuição eficiente de recursos públicos, visando a redução das desigualdades sociais e econômicas

**OE 03** - Fortalecer a transparência e eficiência na elaboração e execução do ciclo orçamentário, alinhando-se às tendências globais de desenvolvimento sustentável e governança

## Processos Internos

**OE 04** - Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A

**OE 05** - Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados

**OE 06** - Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União

**OE 07** - Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável

**OE 08** - Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal

**OE 09** - Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais

**OE 10** - Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano

## Capacidades Institucionais

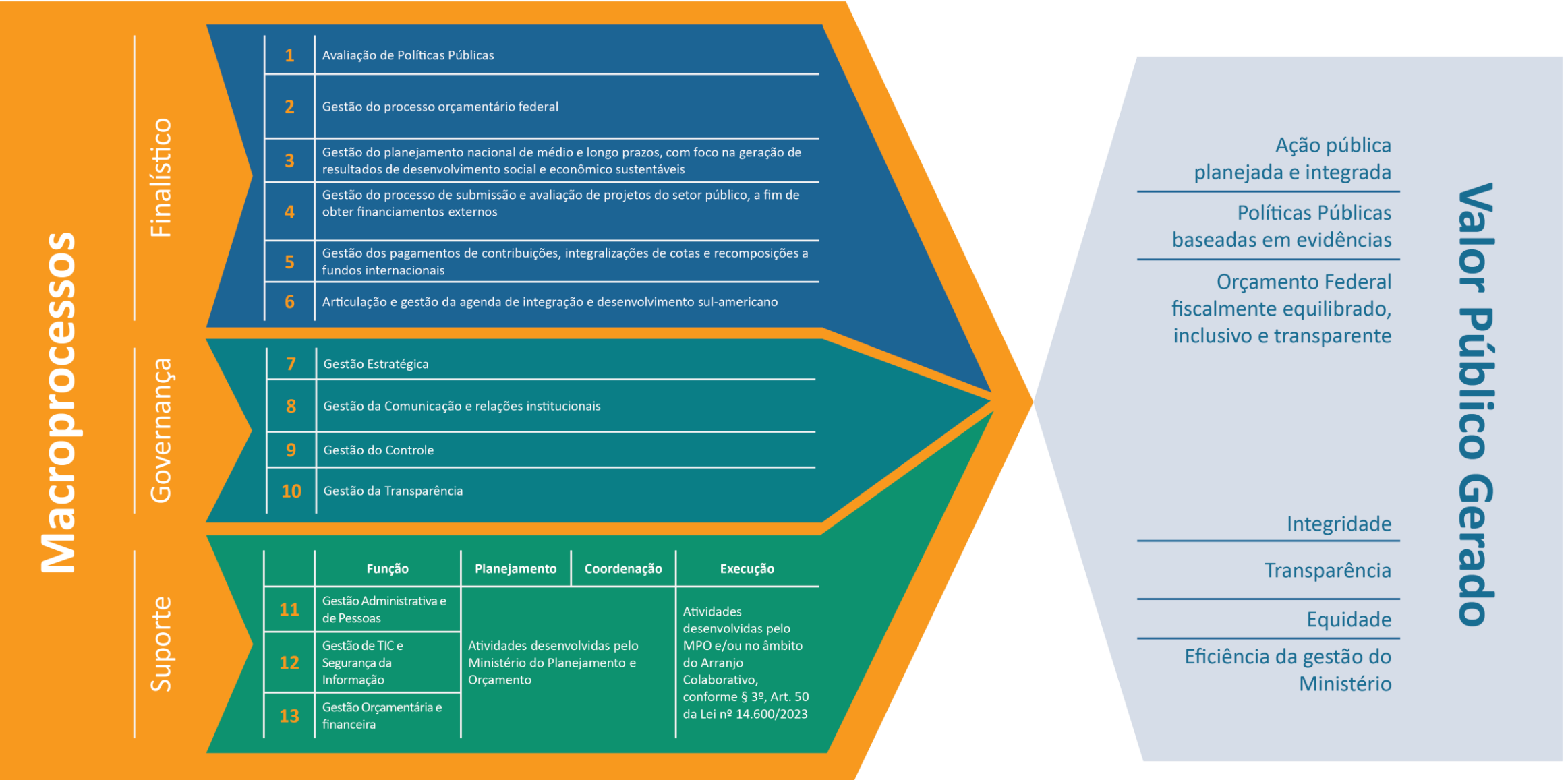
**OE 11** - Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas

**OE 12** - Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas

**OE 13** - Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital

**OE 14** - Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional

Cadeia de Valor



## Identidade Organizacional | Como o PEI nos move



### Propósito

#### O que buscamos?

Promover o planejamento, a avaliação e a alocação de recursos de forma eficiente, transparente e participativa, para o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo do País.



### Futuro Desejável

#### Onde queremos chegar?

Planejamento, orçamento e avaliação de políticas públicas integrados, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusive do País



### Valores

#### Como faremos?

- Ética e integridade
- Comprometimento
- Transparência
- Eficiência e Excelência
- Sustentabilidade
- Democracia
- Colaboração e Cooperação
- Diversidade



### Valor Público

#### O que vamos gerar?

- Ação pública planejada e integrada
- Políticas Públicas baseadas em evidências
- Orçamento Federal fiscalmente equilibrado, inclusivo e transparente
- Integridade
- Transparência
- Equidade
- Eficiência da gestão do Ministério

Aprovada pelo **Comitê Ministerial de Governança (CMG) do MPO, em 31.05.2023**, a identidade organizacional compreende o estabelecimento da cultura e da razão de ser da instituição, traduzida pelas declarações de propósito, futuro desejável e valores.

Maiores informações sobre o PEI/MPO podem ser visualizadas em <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/comite-ministerial-de-governanca/planejamento-estrategico-e-institucional-pei-1>.

## Resultados-chave e Projetos

Para acompanhar e avaliar o alcance dos resultados-chave e dos projetos a eles vinculados, o Ministério do Planejamento e Orçamento desenvolveu o sistema informatizado **Veredas**, no qual as Secretarias responsáveis podem incluir mensalmente informações sobre o andamento dos seus projetos. Dessa forma, é possível avaliar o progresso dos indicadores e o andamento das tarefas de cada cronograma.

O monitoramento proporcionado pelo Veredas permite que os servidores e as lideranças do MPO tenham uma visão abrangente e precisa sobre o desenvolvimento da estratégia institucional, permitindo ajustes nas equipes ou nas ações planejadas para que os objetivos estratégicos traçados sejam alcançados ao final do período.

Além disso, o Veredas facilita a comunicação à sociedade, por meio dos relatórios trimestrais, dos avanços e das dificuldades identificados, garantindo a transparência e incentivando o controle social. Nesse sentido, monitorar e avaliar continuamente os projetos e resultados-chave é essencial para aumentar as chances de entregar à sociedade melhores serviços e políticas públicas mais eficientes.

Os resultados-chave de cada um dos objetivos estratégicos são apresentados nos próximos *slides*.



*“Indicadores são instrumentos que permitem observar, identificar e mensurar aspectos relacionados à evolução de um determinado objeto que, no caso da gestão estratégica, pode ser um objetivo, um processo ou um projeto. Ao prover informações de forma sumarizada, os indicadores reduzem a necessidade de informações para ilustrar com precisão uma situação e permitem comunicar um fenômeno complexo de forma simples para as partes interessadas, mas sem explicar por que a mudança ocorreu.”*

Referência: [Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão - Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília; ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020.](#)



# Resultados-chave por Objetivos Estratégicos

## Processos Internos

OE 04	OE 05	OE 06
Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
<ul style="list-style-type: none"><li><b>R01</b> - Concluído o ciclo CMAP 2024, seguindo um ciclo curto, com todas as avaliações executivas entregues e recomendações aprovadas;</li><li><b>R02</b> - Elaborado relatório técnico com recomendações para embasar a concepção do projeto de lei complementar (PLP);</li><li><b>R03</b> - Garantido que até o final de 2024, tenham sido realizados no mínimo seis eventos da série ‘Avaliação e melhoria do gasto público’, com o lançamento de ao menos seis boletins; e</li><li><b>R04</b> - Executadas, pelo menos, 20 avaliações ex-ante de políticas públicas até o final de 2024.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li><b>R05</b> - Regulamentada a implementação de quatro inovações do PPA 2024-2027 (Agendas Transversais; Prioridades; Integração com os Planos Regionais de Desenvolvimento e Participação Social);</li><li><b>R06</b> - Publicado Painel com acompanhamento periódico dos Indicadores-Chave Nacionais e dos resultados dos 88 programas do Plano Plurianual 2024 – 2027; e</li><li><b>R07</b> - Incorporadas avaliações de uma agenda transversal (ambiental) e uma prioritária (climática) nas revisões do PPA, com vistas ao aperfeiçoamento e integração de instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li><b>R08</b> - Aumentado para 20% o percentual de ações orçamentárias vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais;</li><li><b>R09</b> - Promovida a transparência ativa do orçamento nas agendas transversais e multissetoriais por meio da publicação de cinco relatórios anuais;</li><li><b>R10</b> - Aprimorada a atuação governamental por meio da análise e publicação anual dos resultados vinculados às cinco Agendas Transversais e seis prioritárias;</li><li><b>R11</b> - Aprimorada a atuação governamental por meio da análise e publicação anual dos resultados vinculados aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ao PPA Participativo;</li><li><b>R12</b> - Integrado o PPA 2024- 2027 com os Planos Regionais de Desenvolvimento, por meio da pactuação de 778 ações executadas em conjunto;</li><li><b>R13</b> - Aperfeiçoada a identificação dos gastos de uma Agenda Transversal (ambientais e climáticos) no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União.</li></ul>

Resultados-chave por Objetivos Estratégicos

Processos Internos

OE 07	OE 08	OE 09	OE 10
Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais	Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano
<ul style="list-style-type: none"> <li>R14 - Melhorada a coordenação federativa e setorial por meio da publicação de um Plano Nacional de Longo Prazo; e</li> <li>R15 - Melhorada a tomada de decisão no presente, por meio da publicação de quatro relatórios contendo análises prospectivas e recomendações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>R16 - Revisados todos os produtos de ações orçamentárias na elaboração do PLOA e no processamento de pedidos de créditos;</li> <li>R17 - Proposto o texto de uma Nova Lei de Finanças Públicas;</li> <li>R18 - Promovida a qualidade do gasto público por meio da publicação de no mínimo dois relatórios específicos e singulares de revisão de gastos do ano em curso; e</li> <li>R19 - Implementada a plurianualidade em 100% das ações orçamentárias até 2027.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>R20 - Simplificada e aumentada a transparência e previsibilidade em 100% dos processos de autorização para preparação de projetos no âmbito da Cofix; e</li> <li>R21 - Disponibilizadas para a sociedade informações detalhadas e atualizadas sobre 100% dos pagamentos a organismos internacionais dos quais o Brasil faz parte.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>R22 - Contribuído com a institucionalização da governança da Integração e Desenvolvimento Sul- Americano; e</li> <li>R23 - Apoiada a construção de uma nova Carteira de Projetos prioritários de Integração da Infraestrutura Regional Sul- Americana.</li> </ul>



# Resultados-chave por Objetivos Estratégicos

## Capacidades Institucionais

OE 11	OE 12	OE 13	OE 14
Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas	Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
<ul style="list-style-type: none"><li>R24 - Elaborado um diagnóstico integrado contendo recomendações conjuntas para fortalecimento das relações institucionais</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>R25 - Realizado um diagnóstico de qualidade de vida e bem-estar no MPO;</li><li>R26 - Alcançada a adesão de 30% dos servidores nas trilhas de capacitação; e</li><li>R27 - Lançada a 1ª Turma do mestrado aplicado ao Planejamento e Orçamento Público.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>R28 - Publicada a Política de Transformação Digital do MPO;</li><li>R29 - Disponibilizados, pelo menos, dois produtos digitais (Intranet e Portal de Colegiados); e</li><li>R30 - Acelerada a transformação digital, por meio da pactuação de pelo menos uma parceria estratégica.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>R31 - Publicada a metodologia de gestão de projetos;</li><li>R32 - Publicada a metodologia de gestão de processos;</li><li>R33 - Realizado 40% das ações previstas no Plano de Integridade; e</li><li>R34 - Tratados 35% dos riscos priorizados no Plano de Gestão de Riscos.</li></ul>

## 1ª Revisão do PEI

O PEI/MPO 2024 -2027 foi aprovado pela [Resolução nº 2 CMO/MPO, de 13 de novembro de 2023](#), e alinha-se ao [Plano Plurianual](#) (PPA) do mesmo ciclo. Está baseado nas metodologias Balanced Scorecard (BSC) e Objectives and Key Results (OKR), em sua elaboração, com a participação efetiva de integrantes de todas as unidades do Ministério.

Seus objetivos estão materializados em projetos estratégicos e em resultados-chave, renovados anualmente. Em cada revisão, esses elementos devem ser avaliados e adaptados para cada exercício, conforme as pautas e estratégias institucionais das unidades do MPO.

A atualização do PEI é uma determinação regulamentar prevista no art. 5º da [Instrução Normativa nº 24 SEDGG/SEGES/ME, de 18 de março de 2020](#), segundo o qual o plano estratégico institucional deverá ser revisado pelo menos uma vez por ano e, se for necessário, atualizado. A revisão deve considerar os resultados obtidos no ciclo anterior, ao avaliar a evolução dos indicadores estratégicos e sua relação com as metas previamente definidas.

Em observância às determinações do normativo, foram revistos e atualizados os projetos estratégicos e os respectivos resultados-chave associados à camada gerencial vigente desde a [Reunião Extraordinária do CMG/MPO](#), de 6 de novembro de 2023. Na edição de 2024, a camada gerencial do PEI/MPO 2024-2027 estava organizada em 14 objetivos estratégicos, 29 projetos e 34 resultados-chave.

No mês de outubro de 2024, as unidades do MPO foram recepcionadas pela Secretaria-Executiva, em encontros individualizados, e, após as rodadas de reuniões, encaminharam suas propostas à SAGE/SE/MPO, nos termos das orientações técnicas recebidas, para a programação referente ao exercício de 2025, conforme rege o art. 4º da Resolução nº 2 CMO/MPO, de 13 de novembro de 2023.

Como resultado das deliberações, a [revisão do PEI/MPO 2024-2027](#) culminou na atualização da camada gerencial para 2025, por objetivo estratégico, aprovada na última reunião do CMG/MPO no ano corrente, ocorrida no dia 17/12/2024. O encontro contou com a presença da Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e lideranças das Secretarias.

Após a primeira revisão, concretiza-se a edição 2025 com um acréscimo de 34% no número de projetos estratégicos e de 44% no número de resultados-chave. A carteira de 2025 está composta por 39 projetos estratégicos, dos quais 19 são novos, e 50 resultados-chave, dos quais 43 são novos.

A evolução do número de projetos estratégicos por unidade, em relação ao primeiro ano de exercício da gestão, reflete o amadurecimento das estratégias institucionais de gestão e o encontro dos líderes da alta administração com novas oportunidades de aprofundamento em suas pautas finalísticas, com projeção de entregas de valor ainda mais benéficas para a sociedade.

# 2

## DESEMPENHO DA Gestão

---

2

Desempenho da Gestão

PEI

Plano Estratégico Institucional

# Perspectiva de Processos Internos

---

Processos internos

Essa perspectiva está relacionada à identificação dos principais processos da organização necessários para cumprir suas atribuições finalísticas, garantindo o atendimento das necessidades e das demandas da sociedade.

OE 04	OE 05		OE 06	
Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados		Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União	
OE 07	OE 08	OE 09		OE 10
Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais		Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano

## Destaques

MPO APRESENTA

### Avaliação de Políticas Públicas

MPO apresenta ao Congresso Nacional Resultados das avaliações de Políticas Públicas

ECONOMIA

Revisão de gastos gera economia de

**R\$ 25,9bi**

DECRETO INSTITUI

### Comissão Interministerial

para a Infraestrutura e Planejamento da Integração da América do Sul

MPO PUBLICA

### 5 Relatórios

Agendas Transversais do PPA 2024-2027

COFIEX APROVA

### Preparação de 49 projetos

Que somam US\$ 11 bi



## Processos internos

A pauta finalística do MPO, representada na perspectiva de Processos Internos no Mapa Estratégico, apresentou importante avanço no primeiro ano de vigência do PEI 2024-2027.

Dos resultados-chave planejados para essa perspectiva em 2024, dez foram alcançados, o que representa 43% do total. Das atividades previstas nos cronogramas dos projetos, 65% foram concluídas dentro do prazo previsto. Alguns dos resultados não alcançados em 2024 foram inseridos no planejamento para 2025, demonstrando o compromisso do MPO com os resultados previamente assumidos.

De modo complementar, os eventos indicados na sequência confirmam o compromisso do MPO com seus objetivos estratégicos. Assim, importantes passos foram dados em direção ao futuro desejado constante da identidade organizacional do Ministério, que é **planejamento, orçamento e avaliação de políticas públicas integradas, transparentes e fortalecidos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País**.

*“Essa perspectiva [de Processos Internos] identifica os processos internos críticos para criar e entregar a proposta de valor aos clientes, beneficiários e usuários dos produtos e serviços da organização. Esses processos devem ser monitorados continuamente para garantir o alcance dos resultados da organização. A identificação e diagnóstico desses processos é fundamental para definir as competências-chave das pessoas e determinar as necessidades de tecnologia, informação e recursos para executar as atividades da organização.”*

Referência: [Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão - Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília; ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020.](#)

### OE 04

Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de Monitoramento e Avaliação - M&A.

A avaliação de políticas públicas é um instrumento essencial para a melhoria contínua da gestão governamental, pois permite analisar a efetividade, a eficiência e o impacto das ações estatais. Por meio dela, o governo identifica falhas, aprimora estratégias e garante maior transparência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos.

Além de contribuir para a tomada de decisões mais informadas, a avaliação fortalece a governança e o controle social, proporcionando subsídios para o aprimoramento das políticas e programas públicos. Dessa forma, o processo de avaliação se torna um elemento estratégico na busca por uma gestão pública mais eficaz, inclusiva e orientada a resultados.

Em 2024, o "Seguro Rural no Brasil" foi tema de debate. O evento foi realizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e o Banco Central. Nesse evento, discutiu-se a necessidade de enfrentamento de riscos naturais e de mercado na produção rural, exacerbados pelas mudanças climáticas, e a importância de coberturas de risco mais adequadas para garantir decisões produtivas eficientes.

Também foram abordados os desafios enfrentados pelos programas Proagro e PSR, que, apesar de auxiliarem os produtores a obter seguros, apresentam limitações, como risco moral, sobreposição de benefícios, necessidade de ajustes no Zoneamento Agrícola de Risco Climático e a falta de cálculos atuariais precisos. Para além do seminário, o MPO produziu o Boletim nº 7 - Programas de Mitigação de Risco do Proagro e PSR, que trouxe análises mais aprofundadas sobre os desafios dessas políticas. Como desdobramento, o MPO incluiu na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 uma estimativa de economia associada à revisão de despesas do Proagro.

## Processos Internos

Outro aspecto relevante foi o esforço do MPO para aprimorar o acompanhamento e a transparência dos subsídios concedidos pela União. Um estudo revelou que, em 2023, os subsídios representaram 5,96% do PIB, totalizando R\$ 647 bilhões, o que indica estabilidade em relação a 2022. O programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) mereceu destaque, com um aumento expressivo de subsídios, que saltaram de R\$ 0,7 bilhão em 2022 para R\$ 9,3 bilhões em 2023.

O MCMV foi apontado como uma política eficaz na redução das condições inadequadas de moradia e na melhoria dos indicadores de saúde infantil. Nesse contexto, o MPO lançou a [8ª edição do Orçamento de Subsídios da União \(OSU\)](#) e disponibilizou um [painel digital](#) interativo que permite consultas detalhadas sobre subsídios desde 2003, reforçando o compromisso com a transparência e a acessibilidade das informações públicas.

No ciclo de avaliação 2023-2024, o MPO também apresentou ao Congresso os resultados das avaliações realizadas pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) sobre políticas financiadas por subsídios e gastos diretos, como estabelece a Lei nº 13.971/2019.

O [Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas](#), encaminhado ao Congresso, contemplou a análise de seis importantes políticas: Wi-Fi Brasil, Operação Carro-Pipa, Combate ao Desmatamento, Lei de Incentivo ao Esporte, Operação de Usinas Termoelétricas e Fundo Clima. O relatório utilizou árvores de problemas e modelos lógicos, facilitando a compreensão das dificuldades e dos mecanismos de funcionamento de cada política. Como resultado, foram elaboradas 33 propostas de aprimoramento para essas políticas, formuladas em colaboração entre avaliadores e

coordenadores, reforçando a importância de um processo de avaliação participativo e voltado à melhoria contínua.

O Grupo de Trabalho (GT) de M&A, lançado durante o [XCI Fórum Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento](#), em parceria com o Itaú Social e o Conselho Nacional de Secretários de Planejamento (CONSEPLAN), gerou discussões que resultaram na **formulação de uma proposta de ato normativo para a criação de um Plano Nacional de Monitoramento e Avaliação**. Além disso, foi elaborado um guia prático de gestão da avaliação de políticas públicas, que pretende facilitar a estruturação da pauta de M&A nos estados.

O GT segue para o próximo ano como importante embrião para o Sistema Nacional de Monitoramento e Avaliação. Dentre as atividades previstas para o próximo ano, destaca-se a possibilidade de realizar, em caráter piloto, uma avaliação envolvendo as três esferas federativas, bem como o desenvolvimento de estratégias para engajar os municípios nos diálogos promovidos.

A inclusão de uma perspectiva racial nas análises de políticas públicas também foi uma inovação relevante no contexto do OE 04. O [3º Seminário de Avaliação e Melhoria do Gasto Público](#), promovido em parceria com o Ministério da Igualdade Racial (MIR), abordou o tema da perspectiva racial no monitoramento e avaliação de políticas. Durante o evento, foi ressaltada a importância de tratar a questão racial de forma explícita nas políticas públicas - um avanço que se consolidou com a avaliação da **Lei de Cotas** pelo CMAP.

## Processos Internos

O [1º Fórum Nacional de Avaliação](#), com o tema “Equilíbrio fiscal, justiça social e resiliência climática”, destacou a importância de uma cultura avaliativa de políticas públicas para aumentar a eficiência dos gastos públicos. Os debates lançam luz sobre a ideia de que, além de avaliar, é preciso orientar os gestores a partir do resultado das avaliações. A restrição do abono salarial, anunciada no [plano de ajuste fiscal](#), é um exemplo de medida tomada a partir de avaliações técnicas.

O destaque no ano de 2024 no campo da avaliação de políticas públicas foi o desenvolvimento de uma **Metodologia Padronizada de Avaliação de Políticas Públicas (MAPP)**. Essa metodologia visa unificar critérios, instrumentos e diretrizes, permitindo uma abordagem mais estruturada e objetiva nas análises. O objetivo é gerar evidências consistentes que sirvam de base para decisões de governo mais eficazes, promovendo a eficiência do gasto público e o fortalecimento da gestão baseada em evidências.

O Objetivo Estratégico 04 incluiu os projetos “Novo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) - ciclos 2023-2024”, “Avaliação da efetividade do CMAP durante os ciclos 2019-2021”, “Criação da rede de monitoramento e avaliação”, “Série Avaliação e Melhoria do Gasto Público”, e “Apoio à Formulação de Políticas Públicas e Projetos de Governo (Avaliações *Ex ante*)” em seu portfólio em 2024.

No mesmo ano, 25% dos resultados-chave previstos foram alcançados. O OE segue em 2025, mas com novos projetos: implementação da MAPP; atualização dos guias de análise *ex-ante* e *ex-post*;



## Processos internos

Catálogo de Políticas Públicas; Avaliação e Melhoria do Gasto Público e Institucionalização do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SM&A).

O conjunto de ações promovidas em 2024 no campo da avaliação de políticas públicas foram essenciais para fortalecer a capacidade do MPO de promover o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio de avaliações robustas, maior transparência e incorporação de novos enfoques, como a perspectiva racial.

### OE 05

Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados

O ano de 2024 foi marcado por avanços significativos no aperfeiçoamento da governança do sistema de planejamento governamental, com destaque para o fortalecimento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão. A elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 em 2023 e sua publicação em 2024 consolidaram o processo de resgate do planejamento governamental na Administração Pública Federal. Este plano foi construído com ampla participação popular e seu desenvolvimento está documentado no livro “Reconstrução do Planejamento Nacional”, que registra a memória institucional dessa iniciativa.

Em 2024, o aprimoramento da governança foi impulsionado pela publicação do Decreto nº 12.066, de 18 de junho de 2024, que regulamenta a gestão do PPA 2024-2027. O decreto estabelece normas para o monitoramento, a avaliação e a revisão das ações descritas no plano, com ênfase na integração entre o PPA e o orçamento, promovendo a transparência e a eficiência na execução das políticas públicas. O decreto também reforça a necessidade de cooperação interinstitucional e o diálogo federativo, garantindo a participação ativa da sociedade e dos entes subnacionais.

Em complemento ao decreto, a Portaria SEPLAN/MPO nº 191/2024 aprovou o Manual de Gestão do PPA 2024-2027 e definiu prazos e processos para monitoramento, avaliação e revisão do Plano. Essas medidas foram amplamente divulgadas em evento realizado no dia 20 de junho de 2024, reunindo representantes de ministérios e órgãos setoriais, o que

promoveu a disseminação do conhecimento e o alinhamento institucional.

A governança também foi reforçada com o lançamento do “Painel PPA Aberto”, uma ferramenta interativa que permite o acompanhamento da execução dos programas do PPA 2024-2027. O painel oferece à sociedade informações detalhadas sobre o desempenho de metas e objetivos, fortalecendo o controle social e a transparência. Essa plataforma, que em uma fase futura incluirá dados sobre Agendas Transversais, Prioridades e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), contribui para a democratização do acesso às informações governamentais.

No âmbito internacional, o MPO apresentou o relatório “Planejamento Orientado à Agenda 2030” durante o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável da ONU, em Nova York. O relatório detalha a convergência entre o PPA 2024-2027 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), evidenciando as ações previstas no PPA que possuem correlação com as 169 metas dos 17 ODS. Essa articulação reforça o compromisso do Brasil com a Agenda 2030 e amplia a visibilidade internacional das iniciativas nacionais.

Finalizando o ciclo de gestão do PPA 2020-2023, o MPO apresentou ao Congresso Nacional o Relatório Anual de Monitoramento, referente ao ano-base de 2023. O relatório destaca os avanços na execução das políticas públicas federais, permitindo uma análise abrangente dos programas finalísticos. Essa iniciativa reforça a transparência e o controle social, permitindo que a sociedade acompanhe o cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo.

Ratificando seu compromisso com a transparência e com o acesso à informação, o MPO disponibilizou a base de dados do PPA 2024-2027 no Portal de Dados Abertos. A base contempla dados sobre cadastro de programas, objetivos, indicadores, metas e medidas institucionais. A iniciativa é mais uma opção para que a sociedade e órgãos de controle acessem e avaliem as informações sobre o principal instrumento de planejamento governamental.

O Objetivo Estratégico (OE) 05 incluiu os projetos “Novo Modelo do Ciclo de Gestão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027”; “Painel PPA Aberto”; e “Avaliação integrada à revisão do planejamento” em seu portfólio em 2024. No mesmo ano, 67% dos resultados-chave previstos foram alcançados.

## Processos Internos

A execução dos projetos vinculados ao OE 05 apresentou avanços consistentes, com o cumprimento de resultados-chave importantes: R05 - Regulamentadas a implementação de 04 inovações do PPA 2024-2027 (Agendas Transversais; Prioridades; Integração com os Planos Regionais de Desenvolvimento e Participação Social); e R06 - Publicado Painel com acompanhamento periódico dos Indicadores-Chave Nacionais e dos resultados dos 88 programas do Plano Plurianual 2024 – 2027.

Os resultados obtidos reforçaram a transparência, promoveram a integração dos esforços e permitiram maior controle sobre os objetivos estratégicos do governo. O aperfeiçoamento dos instrumentos normativos, o incentivo à participação social e a convergência das agendas estratégicas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) evidenciam o compromisso com a boa governança pública e o desenvolvimento sustentável do Brasil.

O OE segue em 2025, com a continuidade dos projetos “Gestão do PPA 2024-2027” e “Painel PPA Aberto”, que vão buscar aperfeiçoar as iniciativas de participação social, transparência e avaliação do PPA. Os projetos “Reestruturação da Comissão Nacional de Cartografia, transformando-a em Comissão Nacional de Geoinformação” e “Novo Modelo de Ações Não Orçamentárias do PPA 2024-2027” foram incluídos na carteira para 2025.

### OE 06

Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União

A gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais, eixo fundamental do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e dos Orçamentos da União, consolidou-se ao longo do ano de 2024 como uma das principais inovações no planejamento público federal. Esse processo, que visa integrar esforços em temas prioritários, promoveu avanços significativos na coordenação interministerial e na transparência das ações governamentais.

Os esforços para vincular ações orçamentárias às Agendas Transversais foi destaque, alcançando 27% de vinculação, superando o resultado-chave previsto de 20%. Esse feito permitiu uma visão mais precisa e global do orçamento destinado a cada

agenda, reforçando o compromisso com a integração e transparência no uso dos recursos públicos.

Uma [série de publicações sobre temas transversais](#) do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 foi lançada, contemplando assuntos como Crianças e Adolescentes, Meio Ambiente, Mulheres, Povos Indígenas e Igualdade Racial, trazendo uma visão clara e acessível sobre as entregas, metas e objetivos do Governo Federal para essas políticas.

Adicionalmente, foi publicado relatório sobre a agenda prioritária “Neoindustrialização”, que destaca as iniciativas do governo federal em 46 dos 88 programas do PPA 2024-2027, focadas na industrialização do Brasil com inovação, sustentabilidade e inclusão social. A integração do PPA com a nova política de desenvolvimento industrial (Nova Indústria Brasil) e as políticas de trabalho, emprego e renda visa garantir coerência, coordenação e monitoramento de resultados para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Integram a [série de publicações sobre as Agendas Prioritárias](#) os relatórios sobre “Combate à Fome e Redução das Desigualdades”, “Educação Básica”, “Prioridade Saúde – Atenção Primária e Atenção Especializada” e “Combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática”, que detalham ações estratégicas para reduzir a pobreza e a desigualdade, promover a inclusão social, garantir segurança alimentar, fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e promover a proteção ambiental.

Estruturados em dimensões específicas, como segurança alimentar, educação democrática, cidadania, acesso à renda, produção sustentável, saúde pública e proteção ambiental conciliada com desenvolvimento econômico e justiça social, os relatórios apresentam metas, indicadores e iniciativas coordenadas entre ministérios, reforçando a integração e eficiência na execução de políticas públicas. As publicações visam oferecer uma visão clara e acessível sobre as principais iniciativas do governo, promovendo transparência, controle social e compromisso com um país mais justo e inclusivo.

O [Financiamento da Primeira Infância no Orçamento Federal – ano-base 2023](#) também foi tema de publicação, que detalha a destinação de R\$ 56,1 bilhões – em valor total empenhado - para políticas voltadas a crianças de 0 a 6 anos, reforçando o compromisso com a superação das vulnerabilidades sociais.



## Processos Internos

O relatório destaca que, segundo dados do censo demográfico de 2022 e outras fontes de dados oficiais, o Brasil tem 18,1 milhões de crianças de 0 a 6 anos, representando 9% da população, com mais da metade dessas crianças vivendo em pobreza ou pobreza extrema. Isso sublinha a vulnerabilidade deste grupo em termos de acesso à educação, saúde e exposição à violência.

A agenda transversal "Meio Ambiente" recebeu uma proposta para identificar e classificar os gastos climáticos nos Orçamentos da União, como parte do projeto "Classificadores do Gasto Público em Mudança Climática, Gestão de Riscos e Biodiversidade". A proposta foi apresentada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao MPO.

A proposta desenvolvida pelo BID já é utilizada em países da América Latina e Caribe para a Classificação das Funções de Governo (Cofog), no intuito de identificar tanto os gastos voltados diretamente ao clima quanto aqueles com impacto significativo. A proposta continua em análise. A perspectiva é que em 2025 esteja em vigor uma metodologia de identificação dos gastos da agenda transversal ambiental no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União.

Em um esforço contínuo para promover a agenda de Orçamentação Sensível ao Gênero, o Brasil apresentou a experiência brasileira à OCDE, no qual os representantes do MPO destacaram sua abordagem inovadora que integra a perspectiva de gênero nos processos orçamentários, destacando a importância de assegurar que o planejamento fiscal e a alocação de recursos públicos atendam às necessidades específicas de mulheres e outros grupos vulneráveis. Esse esforço busca ampliar o impacto das políticas públicas, especialmente no que diz respeito à equidade de gênero, no planejamento e execução orçamentária.

Em continuidade a esse trabalho, o MPO também lançou em novembro de 2024 um guia prático - [Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas, no Plano e no Orçamento](#) – e um [relatório](#) sobre a orçamentação sensível ao gênero, com o objetivo de fomentar o debate e aprofundar a implementação dessa prática no Brasil. Esses documentos oferecem diretrizes técnicas para a adaptação do orçamento federal, a fim de que as políticas públicas sejam mais inclusivas e equitativas. O lançamento ocorreu em um evento com a presença de especialistas, gestores

públicos e representantes de organizações civis, que discutiram os desafios e as oportunidades dessa abordagem no contexto brasileiro.

Integrar considerações de gênero na gestão pública tem sido um esforço contínuo do MPO, de modo a garantir que a distribuição de recursos não apenas atenda às demandas gerais da população, mas também promova a equidade entre homens e mulheres. A colaboração com organismos internacionais e o lançamento de materiais técnicos reforçam a liderança do Brasil na promoção de uma gestão pública mais justa e inclusiva, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Essas iniciativas ratificam o compromisso do Governo Federal com a promoção de políticas públicas integradas e eficazes, proporcionando soluções para desafios sociais, econômicos e ambientais complexos. O progresso constante na gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais consolida o PPA 2024-2027 como um marco na construção de um Brasil mais inclusivo, sustentável e transparente.

O Objetivo Estratégico 06 incluiu os projetos “Agendas transversais e multissetoriais no orçamento”; “Agendas transversais e prioridades do PPA”; “Integração entre PPA e Planos Regionais de Desenvolvimento” e “Elaboração de referencial metodológico das agendas transversais e multissetoriais” em seu portfólio em 2024. No mesmo ano, 67% dos resultados-chave previstos foram alcançados.

O OE segue em 2025, com a continuidade dos seguintes projetos: Agendas transversais no PPA; Integração entre PPA e Planos Regionais de Desenvolvimento; Elaboração de Referencial Metodológico das Agendas Transversais e Multissetoriais; e Agendas Transversais e Multissetoriais no Orçamento.

*“A fim de assegurar a garantia de direitos de forma equitativa na sociedade, é necessário mover estruturas e promover a reparação de violações de direitos e a superação de desigualdades históricas enfrentadas pela população negra. É fundamental garantir a igualdade de acesso a bens e serviços, eliminando o racismo em todas as esferas da vida em sociedade.” Ministras Simone Tebet e Anielle Franco, Relatório de Igualdade Racial, p.11.*



## Processos Internos

### OE 07

Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável

Em 2024, alcançaram-se marcos significativos no planejamento de longo prazo para o Brasil, com foco na construção da Estratégia Brasil 2050 e no desenvolvimento do Módulo de Longo Prazo do Observatório do Planejamento. Esses projetos visam identificar desafios e oportunidades que o País enfrentará nos próximos 25 anos, por meio de estudos, pesquisas e construção de cenários que subsidiam a elaboração de uma visão de futuro para 2050.

“Estamos virando uma página muito importante da história do Brasil”, disse a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, no lançamento do livro [“Reconstrução do Planejamento Nacional”](#), no “Seminário Internacional de Boas Práticas de Planejamento de Médio e Longo Prazo”. O evento reuniu experiências de diversos países, contribuindo para o fortalecimento das práticas nacionais. A governança do processo foi formalizada com a publicação da [Portaria GM/MPO nº 244, de 2024](#), que definiu as diretrizes, prazos e responsabilidades para a elaboração da Estratégia Brasil 2050.

A metodologia de construção da Estratégia Brasil 2050 foi inspirada no modelo do Plano Plurianual Participativo (PPA 2024-2027) e estruturada em três questões centrais: “Que país somos hoje?”, “Que país queremos ser em 2050?” e “Como chegaremos lá?”. O plano está dividido em três eixos principais: desenvolvimento social, desenvolvimento econômico sustentável e fortalecimento das instituições democráticas. O objetivo é orientar o país na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

A Estratégia Brasil 2050 vem sendo elaborada com o apoio de um amplo diálogo nacional, envolvendo o governo, a sociedade civil, o setor produtivo e a academia. O processo de participação social se estenderá até o final do primeiro semestre de 2025, com o objetivo de alinhar as expectativas e compromissos de todos os setores. A Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, em sua fala na [primeira](#)

[reunião de Secretários-Executivos](#) sobre o plano, destacou a importância do plano para traçar soluções aos desafios atuais e para projetar o futuro do país, em consonância com o artigo 3º da Constituição Federal, tendo como objetivo garantir o desenvolvimento nacional sustentável e inclusivo, por meio da redução das desigualdades sociais e regionais, redução da extrema pobreza, a fim de construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Etapa importante para subsidiar a elaboração da Estratégia Brasil 2050, o [“Inventário de Estudos e Publicações de Longo Prazo”](#), sistematiza as produções de conhecimento sobre o tema, reforçando a base técnica para a formulação de políticas públicas. Desenvolvido no processo de formulação da Estratégia Brasil 2050, o inventário reúne, de forma interativa, documentos qualificados de diversas fontes, proporcionando uma visão integrada de diferentes perspectivas.

Uma série de debates foi iniciada para elaboração da Estratégia Brasil 2050. No segundo semestre de 2024, o MPO reuniu representantes do setor público e privado, governos subnacionais, sociedade civil e academia. As discussões, realizadas por meio de oficinas temáticas, focaram em temas como adaptação às mudanças climáticas, transição demográfica e energética, aumento da produtividade, previdência e assistência social, erradicação da pobreza e redução das desigualdades.

O processo de elaboração da estratégia envolve uma análise situacional, definição de cenários e identificação de megatendências, além de contar com a participação ativa dos ministérios e de diferentes setores da sociedade para construir um modelo inclusivo e de longo alcance. Para construção da Estratégia Brasil 2050, foi celebrado um [Acordo de Cooperação Técnica](#) entre o MPO e o BNDES, além das parcerias firmadas com outras entidades para a elaboração de estudos estratégicos e estudos setoriais.

Os debates para apoiar a elaboração da Estratégia Brasil 2050 também ocorreram na Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPd), reunindo representantes do MPO, IPEA, IBGE e da Secretaria-Geral da Presidência da República. O encontro teve como foco a transição demográfica, abordando o envelhecimento populacional e seus impactos de longo prazo, além de temas como mudanças climáticas, transformação digital e urbanização. A importância de uma abordagem estruturada e colaborativa para garantir um futuro sustentável e inclusivo foi destacada.

## Processos Internos

No **XCI Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento**, o MPO defendeu o alinhamento dos planos estaduais à **Estratégia Brasil 2050**, buscando coordenar ações e diretrizes para o desenvolvimento sustentável a longo prazo. A Secretaria Nacional de Planejamento enfatizou a necessidade de complementar as estratégias nacionais com os planos locais, respeitando as especificidades regionais.

O evento discutiu temas como adaptação às mudanças climáticas, transição energética e inclusão social. A integração dos estados foi vista como essencial para um planejamento coeso e eficaz.

O Grupo de Trabalho de Planejamento de Longo Prazo, formado no âmbito do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento (Conseplan), deu início às discussões sobre o tema e constituirão um plano de trabalho para desenvolver a temática. Para enfrentar os desafios e alinhar os estados à Estratégia 2050, temas como governança estratégica, diretrizes metodológicas, e desenvolvimento de modelos que alinhem estratégias multiníveis foram definidos como prioritários.

Foi iniciada a rodada de conversas com ministros sobre o planejamento de Longo Prazo, tendo como primeira entrevistada a Ministra Simone Tebet. Trata-se de coletar mais insumos que permitam identificar os desafios, oportunidades e transformações que irão impactar o país até 2050. Como parte dessa iniciativa, estão previstas entrevistas envolvendo relevantes atores com profundo conhecimento em gestão pública e experiência no planejamento brasileiro.

Assim, o ano de 2024 consolidou as bases para a elaboração de uma estratégia integrada e participativa, com a perspectiva de promover um desenvolvimento mais equitativo, sustentável e alinhado às demandas sociais. De modo participativo, a agenda de longo prazo do País pretende estabelecer diretrizes que orientarão as políticas públicas e o desenvolvimento nacional até 2050.

O Objetivo Estratégico 07 incluiu os projetos “Plano Nacional de Longo Prazo (Estratégia Brasil 2050)” e “Observatório do Planejamento - Módulo de Longo Prazo” em seu portfólio. O OE segue em 2025, com a continuidade do desenvolvimento dos projetos mencionados.



# Processos Internos

## OE 08

### Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal

Importantes avanços foram alcançados nas iniciativas de revisão de despesas e de modernização orçamentária. Com foco na eficiência e na responsabilidade fiscal, as ações priorizaram a realocação e a repriorização dos gastos públicos, resultando na otimização do uso dos recursos e na eliminação de desperdícios.

O projeto de revisão de gastos públicos, denominado “Spending Review”, consolidou-se como ferramenta essencial para a institucionalização de mecanismos de controle e melhoria da qualidade do gasto público. Criado com base na Portaria GM/MPO nº 253, de 12/09/2023, que instituiu o Grupo de Trabalho de Revisão de Gastos Federais, o projeto promoveu uma forte integração entre as áreas de orçamentação e avaliação de políticas públicas, fomentando o alinhamento com o OE 04, voltado ao aperfeiçoamento das políticas públicas por meio do fortalecimento do Monitoramento e Avaliação (M&A).

Entre os principais resultados, destaca-se o bloqueio orçamentário de 0,14% do limite total de despesas para 2024, percentual inferior ao inicialmente previsto. Além disso, a inclusão das informações de impacto fiscal das recomendações de avaliações de políticas públicas no Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2025, em especial o item IV.5, configurou-se como um marco importante.

Esta ação responde a desafios centrais, como: (1) reduzir a pressão das despesas obrigatórias, que têm previsão de crescimento, por força legal e de movimentos sociodemográficos, maior do que das despesas discricionárias; (2) garantir recursos para financiar a expansão de políticas existentes e a criação de novas a partir do ganho de eficiência no que hoje é implementado; e (3) aumentar, em termos relativos, a participação de programas mais efetivos e equitativos no volume total do orçamento.

O trabalho conjunto entre a Secretaria de Monitoramento e Avaliação (SMA) e a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) gerou ganhos expressivos, especialmente na execução de políticas relacionadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). Medidas foram propostas para aprimorar os processos no INSS e na Dataprev, com projeção de economia atualizadas em R\$ 9,0 bilhões em 2024, mediante um investimento de cerca de R\$ 530,1 milhões. No âmbito do Proagro, as medidas adotadas visam à redução dos custos em R\$ 935 milhões no segundo semestre de 2024 e em R\$ 2 bilhões em 2025.

Outro destaque é o avanço na construção da Nova Lei de Finanças Públicas, uma iniciativa fundamental para modernizar as finanças do Estado brasileiro. A elaboração contou com a participação de diversas secretarias do MPO e também de agentes externos, em um processo participativo de captação de sugestões, que culminou na consolidação das propostas para apresentação de uma versão preliminar do anteprojeto de lei. A proposta visa substituir a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, modernizando a gestão das finanças públicas brasileiras.

# Processos Internos

No âmbito do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2025, a previsão de um superávit primário de R\$ 3,7 bilhões reflete o compromisso com o equilíbrio fiscal. O PLOA também contempla o aumento do salário-mínimo para R\$ 1.509,00, fixa o limite de despesas primárias em R\$ 2,249 trilhões e prevê R\$ 60,9 bilhões para o Novo PAC. A proposta evidencia o esforço conjunto de todos os ministérios para aprimorar a eficiência das políticas públicas e reforçar o compromisso com o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

O controle de despesas obrigatórias e discricionárias, com foco no INSS, Bolsa Família e outros benefícios sociais, foi uma diretriz importante. A Lei nº 14.973, de 14 de setembro de 2024, estabeleceu regras mais rígidas para a concessão e revisão de benefícios administrados pelo INSS, com vistas a ampliar as economias projetadas. A iniciativa busca aumentar a eficiência do gasto público e garantir o cumprimento das metas fiscais, sem cessar benefícios sociais.

No campo da transparência, o processo de revisão de gastos foi amplamente discutido em audiências públicas, incluindo a participação da Ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, fortalecendo a governança e a prestação de contas.

Um importante passo na modernização da gestão orçamentária foi dado com a implementação do [Painel do Marco Orçamentário de Médio Prazo \(MOMP\)](#), que consiste em previsões indicativas e desagregadas da despesa pública para exercícios futuros, em nível de detalhamento próximo ao dos orçamentos anuais. O instrumento acompanhou o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2025 (PLOA 2025), em seu Anexo VIII, e está disponível também no Painel do Orçamento Federal, ferramenta que permite consultas personalizadas por qualquer cidadão.

A iniciativa adapta ao contexto brasileiro o conceito internacional do *Medium Term Expenditure Framework* (MTEF), reconhecido como uma das melhores práticas globais de gestão orçamentária. No Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2025 (PLOA 2025), o MOMP incluiu previsões de despesas para 2026, sendo essa a primeira fase de uma implementação gradual, que será expandida nos próximos PLOAs.

Planeja-se, já na peça orçamentária de 2026, ampliar o horizonte temporal do MOMP, que alcançará quatro exercícios (PLOA + três) quando totalmente implementado, permitindo maior previsibilidade da trajetória das despesas e facilitando a adoção antecipada de medidas de ajuste, se houver necessidade.

As medidas descritas sinalizam um esforço contínuo para modernizar as finanças do Estado brasileiro e promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável. O Objetivo Estratégico 08 incluiu os projetos “Metas Físicas”, “Nova Lei de Finanças Públicas”, “Revisão de Gastos” e “Marco Orçamentário de Médio Prazo”. Em 2024, 50% dos resultados-chave elencados para o OE foram alcançados. Todos os projetos mencionados terão continuidade no ano de 2025.

*“Este governo sabe que o único meio para se alcançar o compromisso social é tendo responsabilidade com o dinheiro público, com o gasto público” (...) “Nós não vamos mudar a meta e acabou. O compromisso do governo com a estabilidade fiscal é a única forma de termos inflação baixa. Inflação é o imposto mais perverso na vida dos mais pobres”. Ministra Simone Tebet, em evento a investidores em São Paulo.*

## OE 09

Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais

No âmbito dos financiamentos externos, a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) aprovou em 2024 a preparação de 49 programas e projetos com recursos externos, totalizando cerca de US\$ 11 bilhões em investimentos para entes subnacionais, empresas públicas federais e para a União.

## Processos Internos

Entre os projetos aprovados, destacam-se o Programa de Urbanização e Mobilidade de Fortaleza, o Programa de Bioeconomia e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, projetos de drenagem urbana e adaptação climática em Porto Alegre, desenvolvimento urbano sustentável em Porto de Galinhas, e parcerias público-privadas para o Metrô em São Paulo. Essas iniciativas abrangem áreas essenciais como mobilidade urbana, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento social.

Somam-se aos projetos aprovados iniciativas relevantes para as regiões Sul, Norte e Nordeste, com foco na resiliência climática e no desenvolvimento sustentável. No Sul, destacam-se os programas de Guaíba (GUAÍBA+RESILIENTE) e Cachoeirinha (Desenvolvimento Cachoeirinha), financiados pelo Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), além do Programa de Desenvolvimento e Resiliência para a Região Sul (BRDE) e o Programa de Segurança Hídrica do Paraná.

A Cofix também aprovou o financiamento de 8 projetos voltados à integração do Brasil com os países vizinhos. Localizados em áreas de fronteira e regiões de menor IDH, esses projetos contarão com US\$ 70 milhões em recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM). Ademais, foi publicada a Portaria SEAID/MPO nº 220, de 9 de julho de 2024, que abriu o prazo para o envio de propostas de Estados, Distrito Federal e Municípios para concorrerem ao sublimite específico anual de R\$ 2,7 bilhões, destinado a projetos alinhados à agenda ambiental.

As iniciativas destacadas impulsionam o papel do Brasil nas discussões sobre economia verde e desenvolvimento sustentável com os países vizinhos. Além disso, abrem oportunidade para captação de recursos para financiamento de projetos estratégicos no País, abrangendo mobilidade urbana, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento social.

Para potencializar a governança do financiamento externo, houve avanço nos trabalhos de desenvolvimento dos Portais de Financiamentos Externos (PFE) e de Pagamentos a Organismos Internacionais (POPOI). Esses projetos visam automatizar a gestão e dar maior transparência às informações acerca dos financiamentos e pagamentos internacionais, otimizando o acompanhamento de fluxos financeiros e facilitando a tomada de decisão. A [primeira versão do PFE](#) já está em operação, representando o alcance de um importante resultado.

O PFE é uma plataforma digital que permitirá que estados, municípios e órgãos federais acompanhem, de forma mais eficiente, as etapas de contratação e execução de projetos financiados por organismos internacionais, facilitando o acesso a informações atualizadas e promovendo maior eficiência na utilização dos recursos externos.

O sistema POPOI está sendo desenvolvido para gerenciar pagamentos a organismos internacionais, auxiliando o planejamento orçamentário e a coordenação desses pagamentos pelo MPO. O *software* permitirá o controle de recursos e de todos os requisitos legais, como a manifestação da Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais (Cipoi). As fases de planejamento e desenvolvimento do sistema terão continuidade na carteira de 2025.

No âmbito multilateral, o Brasil assumiu a liderança em duas importantes posições nas relações com os países da América Latina e Caribe. A Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento, Renata Amaral, assumiu a presidência da [Assembleia de Governadores do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata \(Fonplata\)](#) e do [Conselho de Governadores do Banco de Desenvolvimento do Caribe \(BDC\)](#). A 55ª Reunião do BDC está marcada para ocorrer em junho de 2025, em Brasília, o que demonstra o fortalecimento do Brasil à frente dessas instituições e seu destaque na coordenação de esforços para o desenvolvimento regional.

Paralelamente, o Brasil quitou R\$ 1,9 bilhão em compromissos financeiros com organismos internacionais, incluindo R\$ 448,8 milhões destinados à Organização das Nações Unidas (ONU), abrangendo seu orçamento regular, missões de paz e o Mecanismo Residual Internacional para Tribunais Penais. Também foram pagas contribuições a organizações internacionais como UNESCO, OMS, OEA, MERCOSUL, FONPLATA e a diversas convenções ambientais globais.

Os esforços realizados em 2023 para quitar dívidas de anos anteriores permitiram reduzir os pagamentos a organismos internacionais em 2024, destinando maior disponibilidade de recursos às contribuições do ano corrente. Uma gestão criteriosa, com monitoramento cambial e estratégia de pagamentos em momentos favoráveis, minimizou despesas e manteve aportes sustentáveis. Esse cenário reafirma o compromisso do Brasil com o multilateralismo, a cooperação internacional e a integração regional, além de destacar sua responsabilidade fiscal.



## Processos Internos

Para 2025, no âmbito do Objetivo Estratégico 09, as principais ações incluem: coordenação para a elaboração e apresentação de 8 novos projetos brasileiros ao FOCEM; revisão da governança interna da Cofix; aprimoramento do processo de negociação de programas ou projetos financiados por recursos externos; elaboração da proposta brasileira para o mecanismo financeiro do acordo internacional de combate à poluição por plásticos; definição de um quadro estratégico para a relação do Brasil com Bancos Multilaterais de Desenvolvimento de alcance regional; e a presidência brasileira no Conselho de Governadores do Banco de Desenvolvimento do Caribe (2024-2025) e na Assembleia de Governadores do FONPLATA – Banco de Desenvolvimento (2024-2025). Além disso, haverá continuidade dos projetos “Portal de Financiamentos Externos (PFE)” e “Portal de Pagamentos a Organismos Internacionais (POPOI)”, com previsão de lançamento dos portais até o final do ano.

### OE 10

Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano

O projeto das Rotas de Integração Sul-Americana se destacou como uma iniciativa prioritária, tendo recebido apoio de autoridades de diversos países da região e da comunidade internacional. A apresentação do projeto pela Ministra do Planejamento e Orçamento na Assembleia Anual dos Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de 7 a 10 de março, foi um momento marcante, reforçado por reuniões bilaterais e trilaterais com sete países sul-americanos (Argentina, Peru, Equador, Colômbia, Uruguai, Chile e Paraguai) e representantes de bancos de desenvolvimento e agências internacionais.

A criação da Comissão Interministerial para a Infraestrutura e Planejamento da Integração da América do Sul, por meio do [Decreto nº 12.034, de 28 de maio de 2024](#), representou um marco significativo para a governança e coordenação do projeto. Composta por 12 ministérios e presidida pela Ministra do Planejamento, a comissão tem a missão de definir prioridades e medidas regulatórias para fortalecer a integração da infraestrutura física e digital. Sua criação também deu maior robustez à implementação dos compromissos do Consenso de Brasília, promovendo uma escuta ativa com estados fronteiriços e articulando iniciativas entre os países da região.

O projeto das Rotas de Integração tem sido amplamente debatido em eventos internacionais, como o [Grupo de Trabalho de Infraestrutura do G20](#) em Brasília e o [Seminário Empresarial Brasil-China](#), em Pequim. No evento na China, a possibilidade de parcerias com o governo chinês e o setor privado foi destacada, com o objetivo de reduzir o tempo de transporte de mercadorias sul-americanas e aumentar a competitividade dos produtos da região.

No Brasil, o projeto foi discutido em eventos relevantes, como o encontro na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e uma plenária organizada pela revista Carta Capital, que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da Ministra Simone Tebet. Nesses eventos, foi ressaltado o potencial do projeto para dinamizar o comércio exterior, gerar empregos, reduzir desigualdades e aumentar a participação do Brasil nas cadeias globais de valor.

O financiamento das Rotas de Integração também foi uma frente de avanço. Nas 190 obras de infraestrutura identificadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com potencial de contribuir com o processo de integração regional, várias iniciativas já contam com financiamento do BNDES – que chega a US\$ 3 bilhões – e outras estão sendo custeadas com recursos provenientes do Orçamento-Geral da União – que gira em torno de R\$ 4 bilhões.

Além disso, nos países vizinhos vários trechos das rotas são financiados pelos bancos de desenvolvimento, cujo aporte chega a US\$ 7 bilhões. Por fim, também foram identificadas iniciativas executadas pelos 11 estados brasileiros de fronteira, financiadas por recursos próprios ou por financiamento externo.

Com a articulação de governos estaduais, nacionais e internacionais, o Brasil consolidou uma posição de protagonismo na integração e desenvolvimento regional sul-americanos. O compartilhamento de esforços e recursos estão permitindo avanços em diversos aspectos relevantes, como o turismo, o desenvolvimento regional, a integração energética e o comércio exterior. Assim, em 2024, as Rotas de Integração Sul-Americana se firmaram como uma via promissora para o desenvolvimento conjunto e a inserção mais competitiva da América do Sul no mercado global.



## Processos Internos

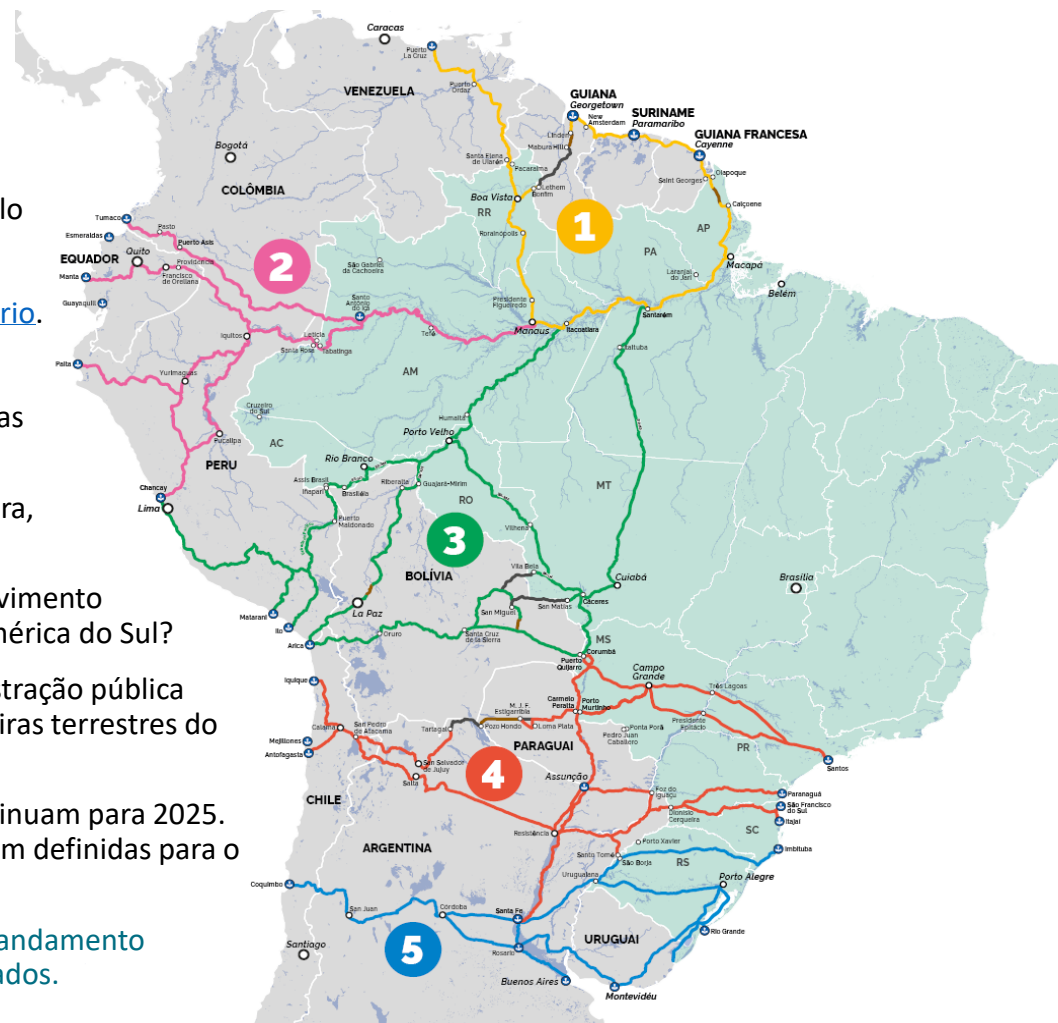
Outro avanço significativo foi a estruturação da governança do projeto, que agora conta com uma carteira de iniciativas com potencial de impactar o processo de integração regional e uma Comissão Interministerial, espaço estratégico para a alta liderança debater seu progresso e direcionamento.

Esses avanços foram viabilizados pelos trabalhos realizados pelo Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano do Ministério do Planejamento e Orçamento, que encerrou suas atividades em 2024 com a entrega do seu [segundo relatório](#). Nele o Subcomitê buscou analisar de forma mais aprofundada três aspectos fundamentais para orientar a atuação do Poder Executivo federal na promoção de iniciativas relacionadas à integração de infraestrutura no âmbito da América do Sul:

- O que está sendo feito no Brasil, em termos de infraestrutura, para fortalecer a integração do País com seus vizinhos?
- O que está sendo feito pelos principais bancos de desenvolvimento regionais para promover a integração entre os países da América do Sul?
- O que está sendo feito pelos órgãos e entidades da administração pública federal para otimizar o fluxo de pessoas e cargas nas fronteiras terrestres do Brasil?

O OE 10 e o projeto “Rotas de Integração Sul-Americana” continuam para 2025. Com 100% dos resultados-chave alcançados, novas metas foram definidas para o próximo ano.

Nas páginas a seguir, são apresentados mais detalhes sobre o andamento dos projetos referentes aos objetivos estratégicos acima indicados.



**Mapa Geral:**  
5 Rotas de Integração

### ROTAS DE Integração Sul-Americana

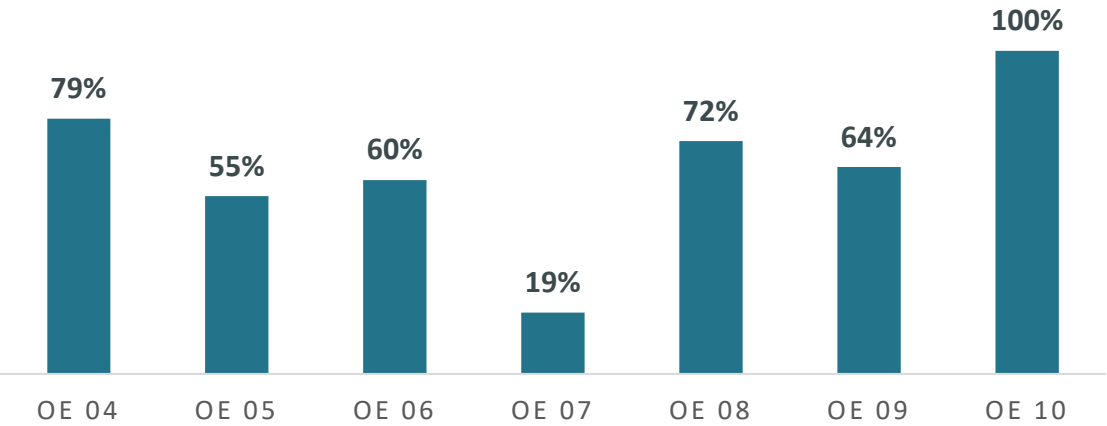
- ROTA 1**  
Ilha das Guianas
- ROTA 2**  
Amazônica
- ROTA 3**  
Quadrante Rondon
- ROTA 4**  
Bioceânica de Capricórnio
- ROTA 5**  
Porto Alegre-Coquimbo

“Estou confiante que cada uma de nossas rotas, que são berço de obras fundamentais e de empreendimentos estruturantes, podem gerar mais oportunidades em um futuro muito próximo, sempre de forma sustentável, já a partir de 2026”. *Ministra Simone Tebet.*

# Processos Internos

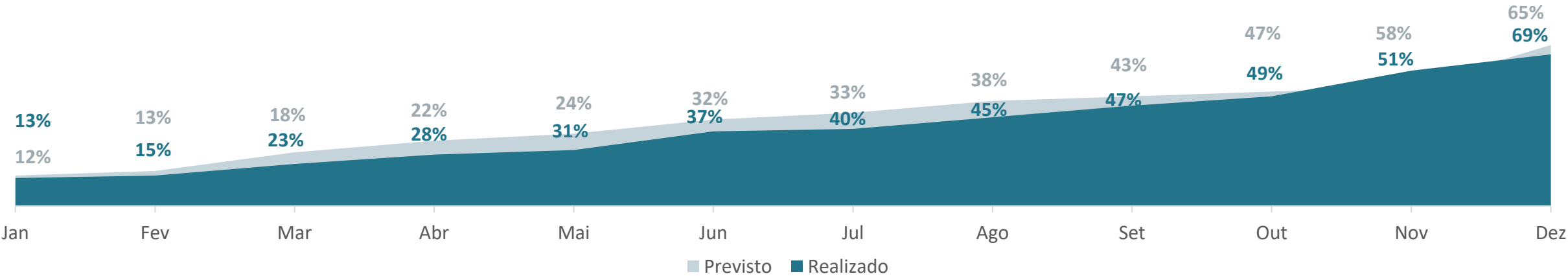
## Desempenho por Objetivo Estratégico

% de tarefa concluída



## Resultados-chave

% alcançado



Processos Internos

Evolução dos Projetos

% executado

Projeto		Evolução	Detalhes
P01		15%	Pág. 58
P02		90%	Pág. 59
P03		100%	Pág. 60
P04		100%	Pág. 61
P05		90%	Pág. 62
P06		79%	Pág. 63
P07		50%	Pág. 64
P08		40%	Pág. 65
P09		50%	Pág. 66
P10		30%	Pág. 67
P11		90%	Pág. 68

Projeto		Evolução	Detalhes
P12		68%	Pág. 69
P13		38%	Pág. 70
P14		0%	Pág. 71
P15		30%	Pág. 72
P16		80%	Pág. 73
P17		97%	Pág. 74
P18		80%	Pág. 75
P19		75%	Pág. 76
P20		53%	Pág. 77
P21		100%	Pág. 78

Projeto com continuidade para 2025

M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P01

Novo CMAP Ciclos 2023 - 2024

Realizar avaliações *ex post* de políticas públicas prioritárias, de forma colaborativa com os setoriais, de modo a alcançar melhorias nas ações e o cumprimento dos compromissos de governo, de forma articulada ao monitoramento do PPA

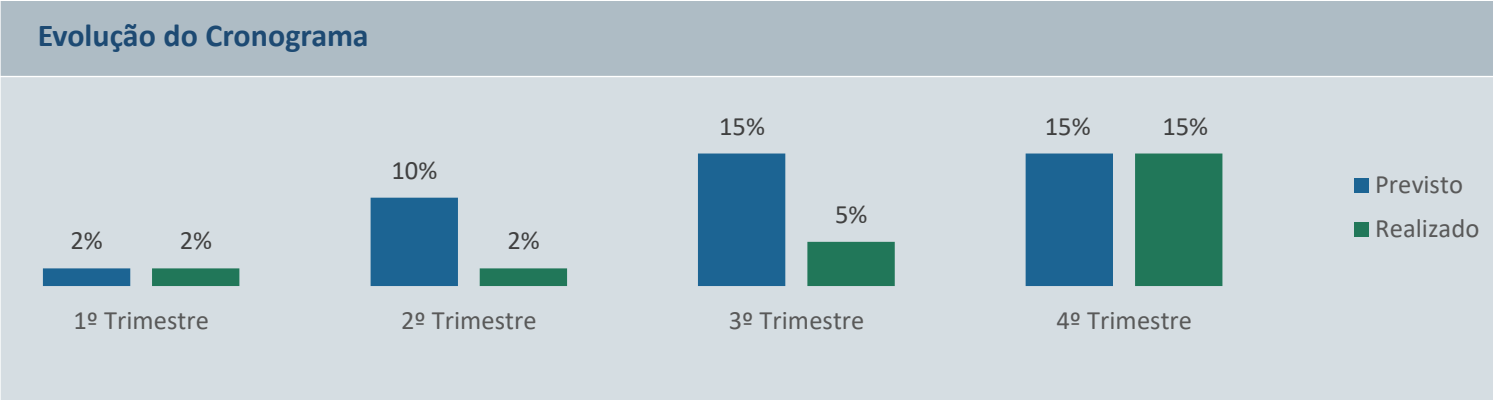
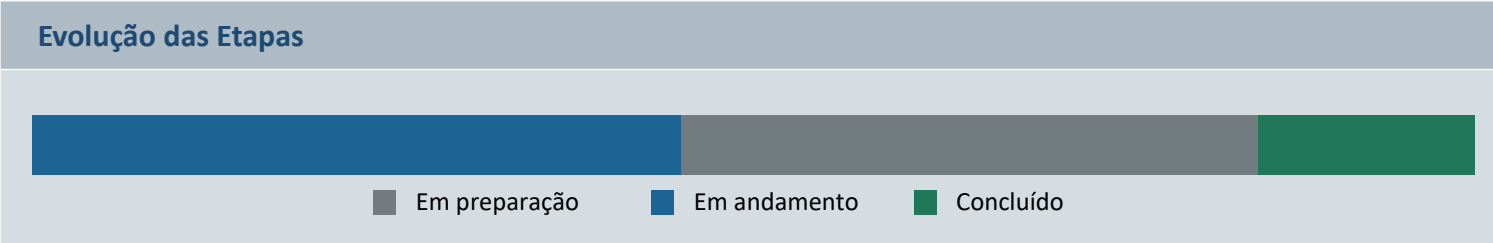
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R01 - Concluído o ciclo CMAP 2024, seguindo um ciclo curto, com todas as avaliações executivas entregues e recomendações aprovadas;		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R02 - Elaborado relatório técnico com recomendações para embasar a concepção do projeto de lei complementar (PLP);		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [CMAP conclui e divulga ciclo de avaliações 2023](#)

Avaliação do Projeto

O MPO encaminhou ao Congresso Nacional o [Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas](#), que apresenta os resultados das avaliações conduzidas no âmbito do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) relacionadas ao ciclo 2023, referente às políticas financiadas por subsídios da União e de políticas ou programas financiados por gastos diretos da União, selecionados a partir dos programas finalísticos do PPA, conforme prevê a Lei nº 13.971/2019. O relatório apresenta a árvore de problemas e modelos lógicos para as seis políticas públicas avaliadas: Wi-Fi Brasil; Operação Carro-Pipa; Combate ao Desmatamento; Lei de Incentivo ao Esporte; Operação de Usinas Termoelétricas; e Fundo Clima. As avaliações contribuem para uma melhor alocação dos recursos públicos, para o aprimoramento da atuação governamental, em compasso com a dinâmica das demandas sociais, econômicas e ambientais. A seleção de programas para o ciclo de avaliação de 2024 do CMAP foi finalizada com base nas diretrizes da [Resolução nº 7/2024](#), que define critérios de priorização (materialidade, criticidade relevância). Além disso, foi celebrada uma parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), que será a principal instituição apoiadora na realização das avaliações e viabilizará a organização de oficinas e pesquisas de evidências para auxiliar na avaliação das políticas públicas pelo CMAP. As avaliações das políticas referentes ao ciclo 2024, previstas no cronograma do projeto, já foram iniciadas. A parceria com a ENAP promete qualificar e acelerar essas avaliações, de modo que elas sejam concluídas em 2025.



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P02

Avaliação da Efetividade do CMAP durante os ciclos 2019 – 2021

Consolidar as lições aprendidas em termos de implementação de recomendações do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) desde 2019, criando as bases para um novo compromisso e nova governança.

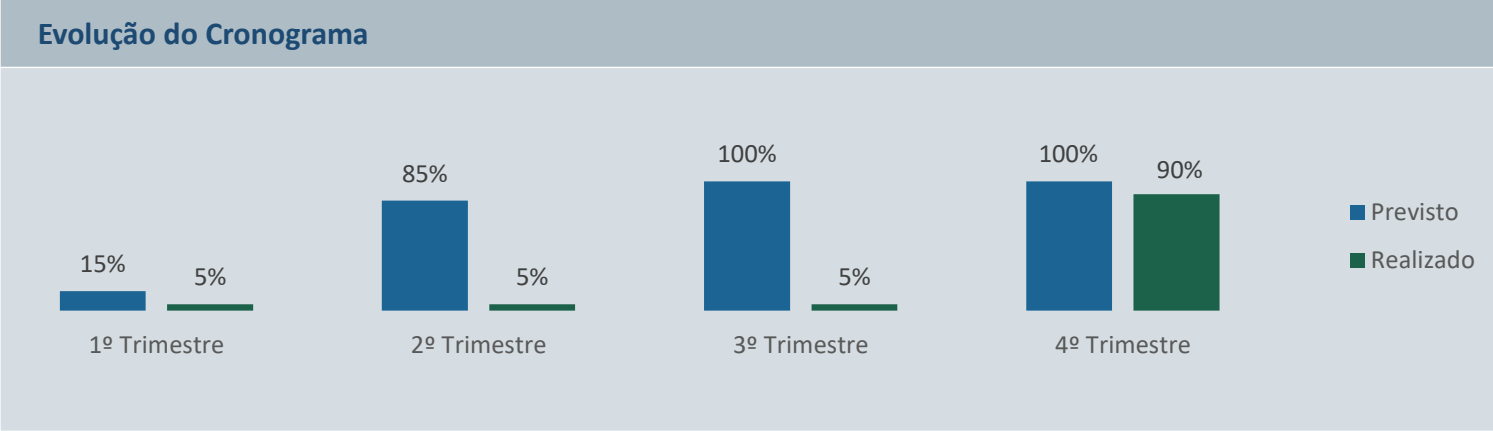
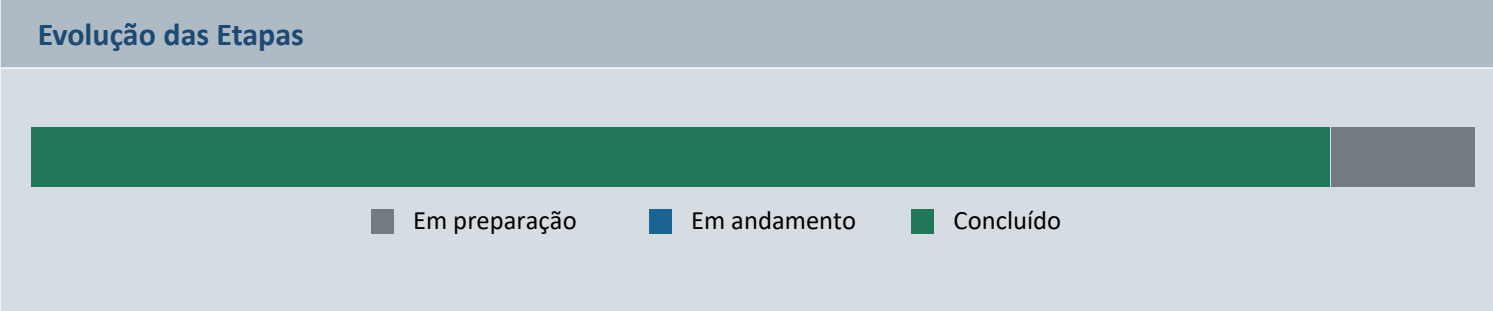
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R01 - Concluído o ciclo CMAP 2024, seguindo um ciclo curto, com todas as avaliações executivas entregues e recomendações aprovadas		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R02 - Elaborado relatório técnico com recomendações para embasar a concepção do Projeto de Lei Complementar (PLP)		

Notícias relacionadas ao Projeto

-

Avaliação do Projeto

Durante o projeto de Avaliação da Efetividade do CMAP nos ciclos de 2019 a 2021, a Secretaria de Monitoramento e Avaliação (SMA) empreendeu um diagnóstico aprofundado para compreender e melhorar a qualidade das recomendações realizadas, que apresentaram uma taxa de implementação de apenas 20% no período. O trabalho incluiu a categorização e análise crítica das recomendações quanto à sua utilidade, pertinência e viabilidade, além de estudos sobre formatos ideais para elaboração e monitoramento. Para acelerar a avaliação de efetividade, foi articulada uma parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que fornecerá suporte técnico para aprimorar a governança e o modelo de avaliação das políticas públicas. Este esforço culminará na apresentação de um novo modelo orientador para recomendações baseadas nas avaliações do CMAP, contribuindo para maior eficiência e impacto nas políticas avaliadas. Está em curso o desenvolvimento, em parceria com a Controladoria-Geral da União, de um novo modelo de acompanhamento e implementação das recomendações do CMAP, visando aprimorar a governança e efetividade do trabalho do Conselho.



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P03

Criação da rede de monitoramento e avaliação (M&A)

Fortalecer uma rede de M&A, unindo órgãos do governo federal e dos entes da federação para trocas, orientações e formações, aproveitando as estruturas atuais com Conseplan e outras.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R02 – Elaborado relatório técnico com recomendações para embasar a concepção do projeto de lei complementar (PLP)		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R03 – Garantido que até o final de 2024, tenham sido realizados no mínimo 06 eventos da série Avaliação e melhoria do gasto público, com o lançamento de ao menos 06 boletins		

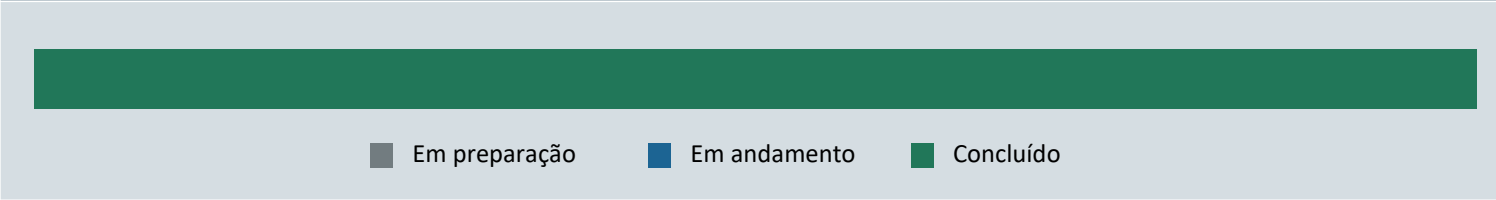
Notícias relacionadas ao Projeto

-

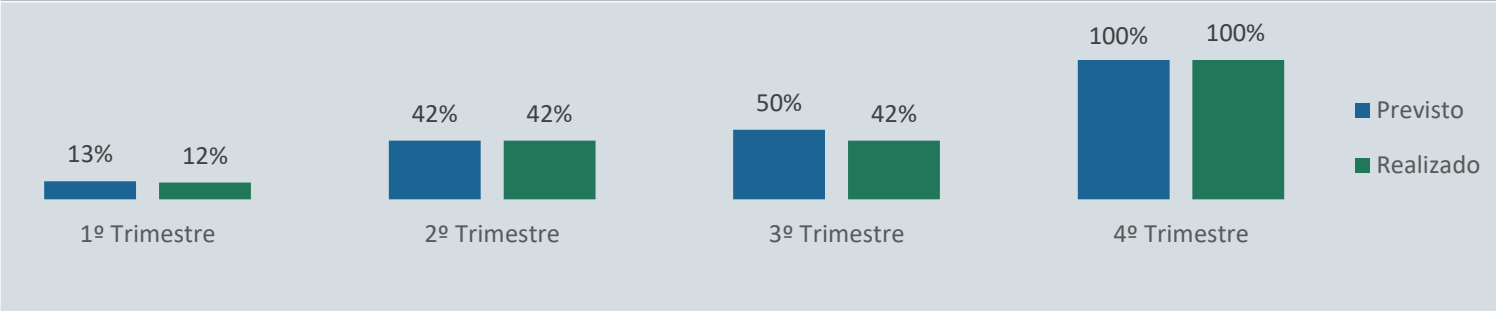
Avaliação do Projeto

O projeto de criação da Rede de Monitoramento e Avaliação (M&A) avançou significativamente ao longo do ano, com a conclusão do “Censo das Unidades de M&A no Governo Federal”, que revelou a presença de células de M&A em 78% dos ministérios e destacou a maturidade da pauta em estados como MG, MA, CE e ES. Em parceria com o Itaú Social e o CONSEPLAN, foi estruturada uma estratégia de integração entre o governo federal e os estados, com a criação de um Grupo de Trabalho (GT) de M&A no CONSEPLAN. Esse GT foi estabelecido para subsidiar a implementação de áreas de M&A nos estados, utilizando estratégias e ferramentas eficazes, e foi lançado durante o XC Fórum Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento. O GT realizou três encontros para capacitar gestores na estruturação de teorias da mudança, promover uma cultura de aprendizagem e abordar desafios da gestão de avaliações. Como resultado, foi desenvolvido um guia prático de gestão da avaliação nos estados, que reúne conteúdos e ferramentas trabalhados nos encontros para orientar o desenvolvimento, a contratação e o uso de práticas de M&A nos Estados. Além disso, o GT gerou discussões que estão subsidiando os debates para a **formulação de uma proposta de lei para a criação de um Sistema Nacional de Avaliação**. As ações para engajar pessoas e instituições no fortalecimento do monitoramento e avaliação seguem em 2025, **por meio do projeto estratégico “P05 - Institucionalização do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SM&A) ”**

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma





M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P04

Série avaliação e melhoria do gasto público

Disseminar para a sociedade e governo (executivo, legislativo e judiciário) os resultados de avaliações, estimulando o debate sobre temas prioritários para o governo, engajando os atores em um processo de tomada de decisão com base em evidências.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R03 – Garantido que até o final de 2024, tenham sido realizados no mínimo 06 eventos da série 'Avaliação e Melhoria do Gasto público', com o lançamento de ao menos 06 boletins		

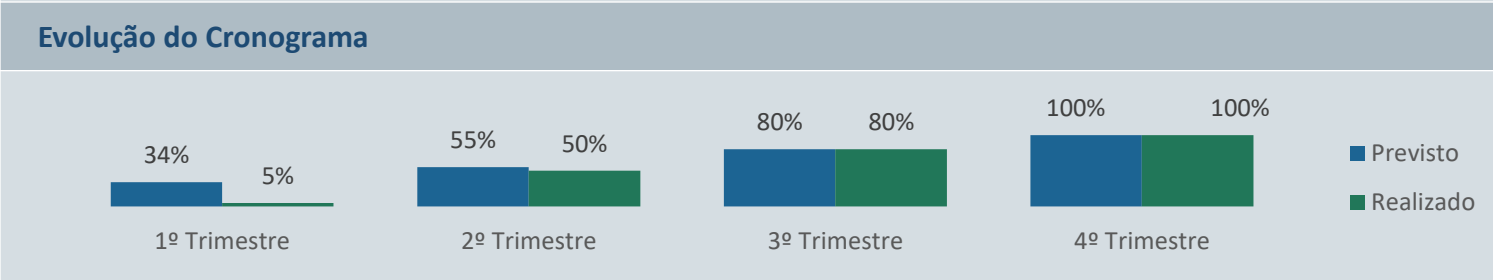
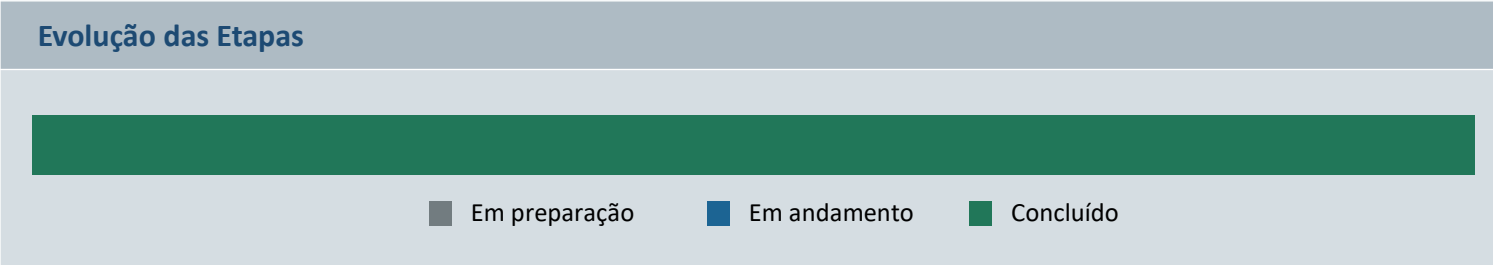
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [1º Fórum Nacional de Avaliação evidencia a importância de uma cultura avaliativa de políticas públicas](#)

>> [Ministérios do Planejamento e da Igualdade Racial discutem a implementação de políticas públicas que priorizem a equidade racial](#)

Avaliação do Projeto

O projeto se desenvolveu ao longo de 2024 promovendo debates estratégicos e disseminando os resultados das avaliações realizadas. No primeiro trimestre, foram realizados dois eventos da série, com foco na [Reforma Tributária](#) e na [Agenda Ambiental](#), além da publicação de quatro [boletins](#) contendo análises sintéticas sobre as políticas públicas avaliadas. No segundo trimestre, o projeto destacou-se no XI Seminário da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação, organizando o painel "Sistema Nacional de Avaliação como estratégia de integração de saberes", em parceria com bancos de desenvolvimento internacionais e outras instituições. No terceiro trimestre, o 3º Seminário da série focou na [Igualdade Racial](#), promovido pelo MPO em parceria com o Ministério da Igualdade Racial (MIR). O evento enfatizou a importância de incorporar a perspectiva racial na avaliação e nos gastos públicos, além de defender a criação de uma estrutura interministerial para monitorar o impacto das políticas sobre a população negra. A participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) reforçou a necessidade de combater o racismo e promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Já no 4º trimestre foi realizado o [1º Fórum Nacional de Avaliação](#), promovido pelo MPO, que destacou a importância de uma cultura avaliativa nas políticas públicas para aprimorar a eficiência dos gastos governamentais. Com o tema "Equilíbrio Fiscal, Justiça Social e Resiliência Climática", o evento reuniu especialistas e gestores públicos para discutir como sistemas de avaliação podem contribuir para a melhoria das políticas públicas, promovendo justiça social e sustentabilidade ambiental. Por fim, a renovação da parceria com o BID prevê a publicação de boletins detalhados sobre as políticas avaliadas pelo CMAP, incluindo um boletim resumo por ciclo, consolidando a transparência e a disseminação dos resultados das avaliações realizadas.



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P05

Apoio à formulação de políticas públicas e projetos do governo (avaliações *ex ante*)

Realizar avaliações ex Ante de políticas públicas em fase de criação ou redesenho, garantindo maior coerência, desenho adequado e plano de M&A com qualidade.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R04 – Executadas, pelo menos, 20 avaliações ex-ante de políticas públicas até o final de 2024		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Fórum do MPO vai debater avaliação de políticas públicas com representantes dos entes subnacionais e da sociedade](#)  
[>> MPO desenvolve metodologia de avaliação padronizada de políticas públicas](#)  
[>> Após dois anos de significativa expansão, subsídios concedidos pela União apresentam estabilidade em 2023](#)

Avaliação do Projeto

Em 2024, o projeto alcançou 14 políticas públicas. Dentre elas, destacam-se Wi-fi Brasil, Operação Carro-Pipa, Combate ao Desmatamento Ilegal, Lei de Incentivo ao Esporte, Subsídios à Operação de Usinas Termoeletricas e Fundo Clima, que constam no [Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas](#), encaminhado ao Congresso Nacional. Outras avaliações *ex ante* de destaque incluem: Política Nacional de Micro e Pequenas Empresas (PNADEMPE), Programa de Capacitação Profissional do Programa de Aceleração do Crescimento (QualificaPAC), análise de retorno socioeconômico da Educação de Jovens e Adultos (EJA), dentre outras. Uma série de publicações está sendo preparada sobre as avaliações realizadas, no intuito de assegurar amplo acesso e transparência aos estudos produzidos. Outra ação de destaque foi o apoio à implementação do programa "Desenrola Brasil", que trouxe importantes insumos sobre os gargalos enfrentados pela população nas renegociações de dívidas. Para a realização do diagnóstico, foram entrevistados mais de 6.000 indivíduos. Além disso, avançou-se no desenvolvimento da Metodologia de Avaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP), uma ferramenta que promete ampliar a escala, agilidade e comparabilidade das avaliações, fortalecendo a capacidade do governo de identificar e implementar melhorias de forma estruturada. A MAPP permite sequenciar o conjunto de respostas em subcritérios, critérios e dimensões. Ao fim, é atribuída uma nota final (*score* de avaliação) e um diagnóstico, que aponta espaços de melhorias, na medida em que é possível identificar quais os itens, subcritérios ou critérios que acabaram por reduzir a nota final.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

15%10%

15%10%

15%10%

15%90%

1º Trimestre

2º Trimestre

3º Trimestre

4º Trimestre

Previsto

Realizado

M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação de Políticas Públicas
M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P06

Novo modelo do ciclo de gestão do PPA 2024 – 2027

Publicar normativos que regulamentam todo o processo do ciclo de gestão do PPA 2024-2027

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R05 – Regulamentadas a implementação de 04 inovações do PPA 2024- 2027 (Agendas Transversais; Prioridades; Integração com os Planos Regionais de Desenvolvimento e Participação Social)		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [MPO encaminha Relatório Anual de Monitoramento do PPA – Ano base 2023 ao Congresso Nacional](#)

>> [Relatório mostra convergência entre o PPA 2024-2027 e os compromissos do Brasil com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)

>> [Relatório “Neoindustrialização, trabalho, emprego e renda” mostra forte presença dessa prioridade no PPA 2024-2027](#)

>> [Políticas públicas e coordenação são fundamentais para combater as desigualdades e a fome](#)

>> [Presidência da República publica decreto que regulamenta a gestão do PPA 2024-2027](#)

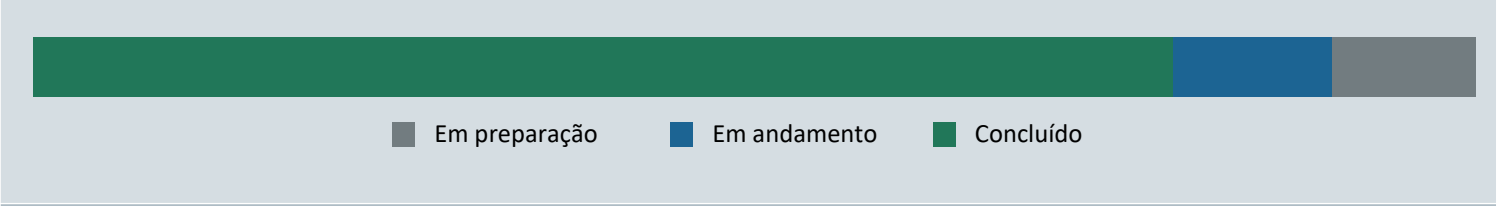
>> [MPO apresenta aos ministérios setoriais os detalhes da gestão e governança do Plano Plurianual 2024-2027](#)

>> [PPA entra na fase de governança e monitoramento após a “reconstrução institucional” do ano passado.](#)

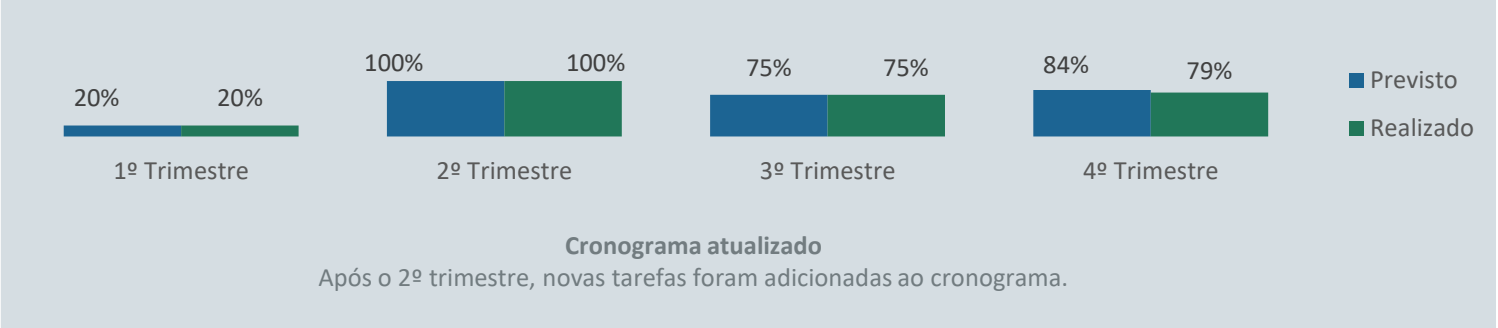
Avaliação do Projeto

Ao longo de 2024, o projeto promoveu avanços significativos na regulamentação, monitoramento e alinhamento estratégico do Plano Plurianual (PPA). No campo da regulamentação, destacam-se o Decreto nº 12.066, de 2024, e o Manual de Gestão, que estabeleceram diretrizes claras para a execução do plano, com ênfase na transparência e no fortalecimento da articulação interinstitucional. No campo do monitoramento, o destaque fica para o lançamento do Painel PPA Aberto, plataforma online que passou a disponibilizar o acompanhamento público do PPA, reforçando a gestão transparente. Além disso, foi implementado o primeiro monitoramento do plano, que incluiu o controle de qualidade das informações e o desenvolvimento de ferramentas para avaliação e revisão contínuas. No que tange ao alinhamento estratégico, destaca-se o relatório "Planejamento Orientado à Agenda 2030", apresentado pelo MPO no Fórum Político da ONU, por meio do qual o Brasil reafirma seu compromisso com a Agenda 2030 e demonstra a sinergia entre o PPA e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A governança do sistema de planejamento governamental continuará a ser aperfeiçoada em 2025, por meio do projeto “P07 – Gestão do PPA 2024-2027”.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P07

Painel PPA Aberto

Garantir a divulgação de informações estruturadas que permitam acompanhar o desempenho do planejamento governamental de médio e longo prazos, assim como dos indicadores-chaves nacionais, por meio do aperfeiçoamento ou da reestruturação do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R06 – Publicado Painel com acompanhamento periódico dos Indicadores-Chave Nacionais e dos resultados dos 88 programas do Plano Plurianual 2024 - 2027		

Notícias relacionadas ao Projeto

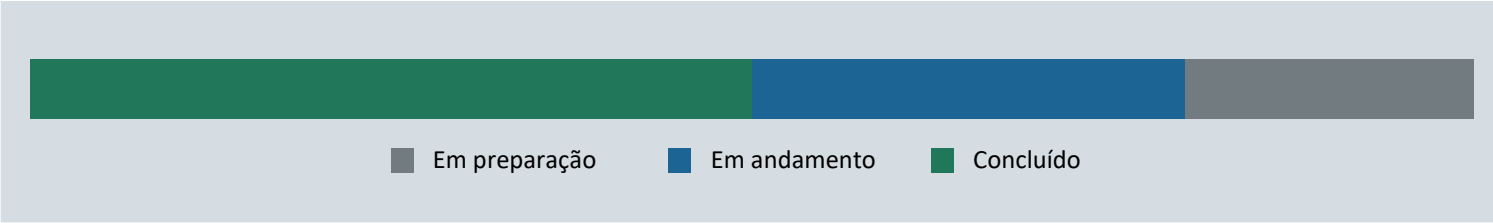
>> [MPO disponibiliza o PPA Aberto, ferramenta que mostra as entregas previstas no Plano Plurianual](#)

>> [PPA entra na fase de governança e monitoramento após a “reconstrução institucional” do ano passado.](#)

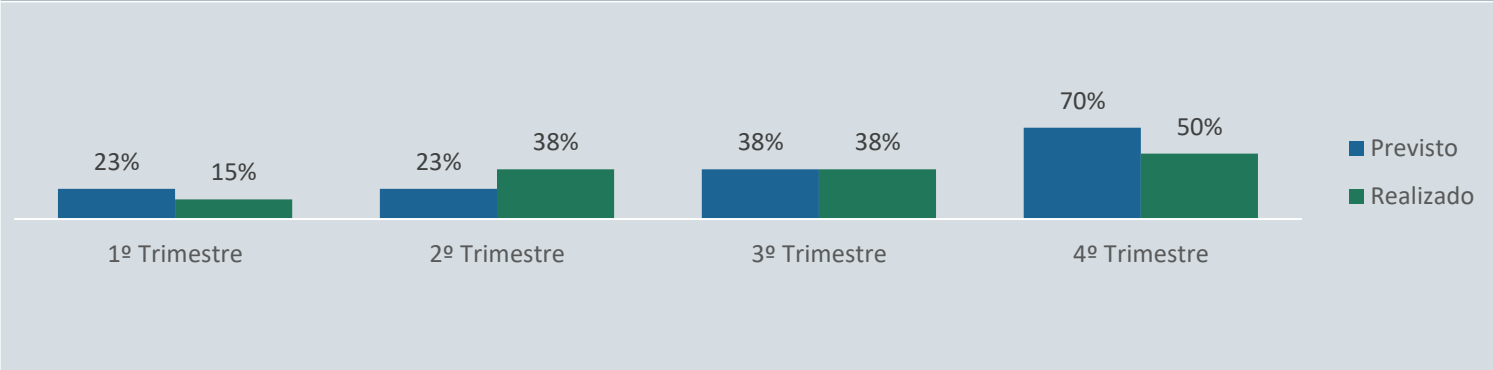
Avaliação do Projeto

Em 2024, o projeto "[Painel PPA Aberto](#)" consolidou-se como uma ferramenta importante para promover a transparência e o engajamento da sociedade no acompanhamento do PPA. No primeiro trimestre, foi definido o planejamento de desenvolvimento e alocados os recursos necessários para o desenvolvimento do Mínimo Produto Viável (MVP), marcando o início do projeto. O segundo trimestre foi dedicado ao desenvolvimento da solução, incluindo a disponibilização da primeira versão do painel para avaliação e coleta de sugestões. Essa etapa envolveu a definição do escopo, prioridades, fluxos e arquitetura tecnológica, além da criação de uma identidade visual para o painel. No terceiro trimestre, ocorreu o lançamento oficial do [PPA Aberto](#). A plataforma interativa permite que cidadãos acompanhem, de forma clara e acessível, a execução dos programas, metas e Eixos Temáticos do PPA, fortalecendo a transparência e o controle social. O projeto terá continuidade em 2025, com foco no desenvolvimento de novos módulos, incluindo informações sobre Agendas Transversais, Prioridades e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN e SMA	Secretaria Nacional de Planejamento e Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P08

Avaliação integrada à revisão do planejamento

Objetivo: elaborar sistemática de incorporação de conclusões das avaliações de políticas públicas no processo de revisão do PPA, de modo a promover a melhoria contínua do planejamento governamental.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R07 – Incorporadas avaliações de 1 agenda transversal (ambiental) e 1 prioritária (climática) nas revisões do PPA, com vistas ao aperfeiçoamento e integração de instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação.		

Notícias relacionadas ao Projeto
-

Avaliação do Projeto

Em 2024, o projeto "Avaliação Integrada à Revisão do Planejamento" consolidou avanços importantes no fortalecimento do ciclo de gestão do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. A avaliação foi integrada de forma estruturada ao processo de planejamento, com destaque para a publicação do [Manual de Gestão do PPA](#), que apresenta diretrizes claras para a análise de desempenho dos programas. Essa regulamentação incluiu um capítulo específico dedicado à avaliação do PPA, prevendo o uso do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP) e promovendo a colaboração entre o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) e os órgãos setoriais. Ao longo do ano, equipes da Secretaria Nacional de Planejamento (SEPLAN) e da Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA) trabalharam intensamente na estruturação de um modelo de autoavaliação do PPA, com o objetivo de identificar gargalos e propor ajustes no desenho e na implementação dos programas. A implementação do modelo de autoavaliação está prevista para 2025, como parte do projeto “P07 - Gestão do PPA 2024- 2027”.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

Previsto

Realizado

0%	0%	0%	0%	40%	35%	90%	40%
1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre				

M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P09

Agendas transversais e multissetoriais no orçamento

Fazer a gestão orçamentária das cinco Agendas Transversais e Multissetoriais identificadas no contexto da elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, a saber: Mulheres, Crianças e Adolescentes, Igualdade Racial, Povos Indígenas e Ambiental

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R08 – Aumentado para 20% o percentual de ações orçamentárias vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R09 - Promovida a transparência ativa do orçamento nas agendas transversais e multissetoriais por meio da publicação de cinco relatórios anuais		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [MPO destaca a importância de considerar a diversidade e as necessidades das pessoas negras no orçamento e planejamento](#)

>> [Representantes do MPO levam à OCDE a experiência brasileira de orçamentação sensível a gênero](#)

>> [Agendas transversais conectam planejamento e orçamento, diz secretário do MPO](#)

>> [Recursos aplicados à primeira infância atingem R\\$ 56,1 bilhões em 2023](#)

>> [OCDE destaca seis pontos prioritários para aumentar a efetividade da orçamentação de gênero no Brasil](#)

Avaliação do Projeto

Em 2024, o projeto alcançou avanços significativos na integração de temas estratégicos ao planejamento e à execução orçamentária federal. Estruturado em quatro etapas principais, o projeto atingiu resultados expressivos ao concluir a etiquetagem de 27% das ações orçamentárias vinculadas às agendas transversais e multissetoriais, superando a meta inicial de 20%. O resultado fortalece a transparência e a capacidade de gestão sobre os recursos destinados a essas agendas no PLOA 2024. A ação ainda contempla a inclusão de um resumo e demonstrativo das vinculações orçamentárias nas Informações Complementares do PLOA 2024. Além disso, foi elaborada uma nota metodológica que subsidiou a compreensão dessas vinculações, e subpainéis dedicados foram disponibilizados no Painel do Orçamento Federal após a publicação da LOA. Os próximos passos incluem a publicação, em abril de 2025, de relatórios sobre a execução orçamentária e físico-financeira das agendas transversais e multissetoriais selecionadas. O projeto terá continuidade em 2025, com os desafios de publicar cinco relatórios de execução orçamentária e aumentar o percentual de ações orçamentárias vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

50%

50%

1º Trimestre

50%

50%

2º Trimestre

50%

50%

3º Trimestre

50%

50%

4º Trimestre

Previsto

Realizado



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

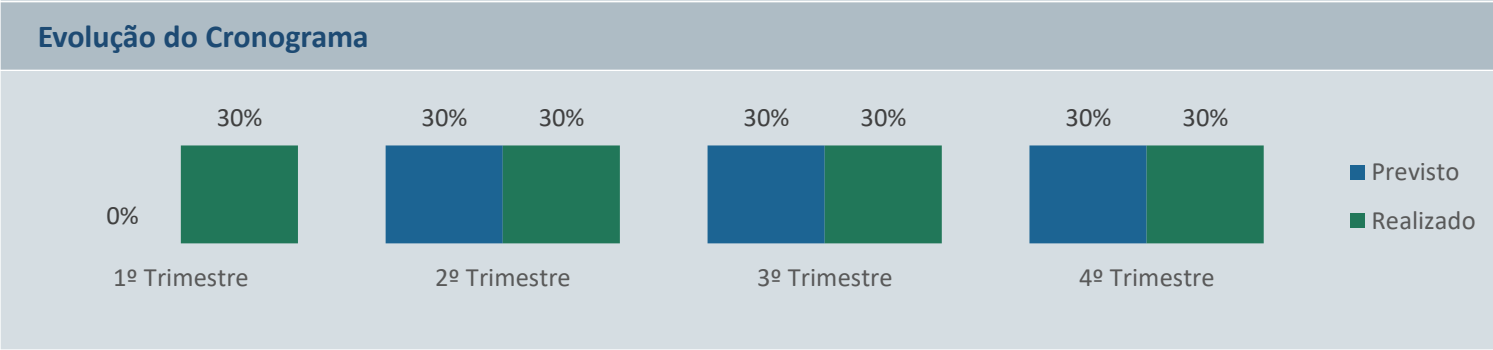
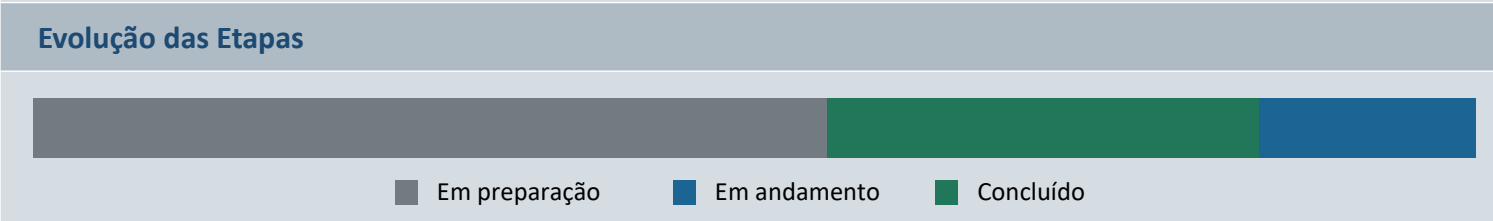
P10	Agendas transversais e prioridades do PPA
Monitorar e avaliar de forma detalhada a execução das metas dos atributos das 5 agendas transversais e 06 Prioridades.	

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R10 – Aprimorada a atuação governamental por meio da análise e publicação anual dos resultados vinculados às 05 Agendas Transversais e 06 Prioridades		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R11 - Aprimorada a atuação governamental por meio da análise e publicação anual dos resultados vinculados aos 17 ODS e ao PPA Participativo		

Notícias relacionadas ao Projeto
>> <a href="#">Série “Planejamento Nacional” – Agendas tranversais e prioritárias</a>
>> <a href="#">MPO promove seminário de Transversalidade da Perspectiva dos Povos Indígenas</a>
>> <a href="#">MPO destaca a importância de considerar a diversidade e as necessidades das pessoas negras no orçamento e planejamento</a>
>> <a href="#">Relatório “Agenda Transversal — Igualdade Racial PPA 2024-2027” impulsiona ações federais de combate ao racismo e de enfrentamento de disparidades</a>
>> <a href="#">Relatório Agenda Transversal Povos Indígenas reforça papel central das pautas dos povos originários na ação do governo</a>
>> <a href="#">Ministras reafirmam compromisso com políticas públicas para reduzir a desigualdade de gênero</a>

### Avaliação do Projeto

Em 2024, o projeto “Agendas Transversais e Prioridades do PPA” consolidou avanços fundamentais na integração de temas estratégicos ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, destacando o compromisso com a transversalidade e a inclusão social no planejamento governamental. Ao longo do ano, [foram publicados relatórios sobre cada uma das agendas transversais](#): Povos Indígenas, Igualdade Racial, Ambiental, Mulheres, Crianças e Adolescentes. Esses relatórios reuniram ações de dezenas de órgãos federais, conectando iniciativas de políticas públicas a temas específicos e públicos-alvo prioritários, como quilombolas e povos indígenas, e abordando questões estruturais como a posse de terras e o enfrentamento do racismo. Adicionalmente, o projeto contemplou a [publicação de relatórios sobre as agendas prioritárias](#), como "Neoindustrialização", “Educação Básica”, “Combate à Fome e Redução das Desigualdades”, “Prioridade Saúde – Atenção Primária e Atenção Especializada” e “Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática”, que detalharam ações estratégicas voltadas para reduzir a pobreza e a desigualdade, garantir segurança alimentar, fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e promover proteção ambiental. Essas publicações reforçam a integração das políticas públicas e a promoção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Além disso, foram produzidos [relatórios](#) que analisaram a vinculação das políticas públicas aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao processo de participação social. A média de atributos marcados nos programas do PPA atingiu 70,74%, reforçando a abrangência das agendas transversais e suas conexões com as prioridades legais e gerenciais do plano. Com a conclusão desses estudos e a implementação de um modelo contínuo de análise, os relatórios futuros, denominados Boletins de Monitoramento, refletirão as metas do projeto para 2025 e utilizarão os dados do acompanhamento do PPA para mostrar o progresso na execução das políticas.



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P11

Integração do PPA com os planos regionais de desenvolvimento (PRD)

Transformar os PRD em instrumentos estratégicos e representativos da atuação do Governo Federal nestes espaços territoriais.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R12 – Integrado o PPA 2024-2027 com os Planos Regionais de Desenvolvimento, por meio da pactuação de 778 ações executadas em conjunto		

Notícias relacionadas ao Projeto

-

Avaliação do Projeto

Em 2024, o projeto “Integração do PPA com os Planos Regionais de Desenvolvimento (PRD)” avançou significativamente, consolidando etapas essenciais para o alinhamento entre o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e os Planos Regionais de Desenvolvimento da Amazônia, do Centro-Oeste e do Nordeste. No primeiro trimestre, a marcação de atributos do PPA no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) foi concluída, totalizando 1.910 entregas identificadas e alinhadas aos PRDs das três regiões, superando significativamente a meta prevista (778 ações executadas em conjunto). Essa etapa trouxe maior clareza sobre as metas e ações regionais, reforçando a integração entre planejamento nacional e regional. Em seguida, as ações focaram no fortalecimento da governança do projeto, com reuniões estratégicas entre o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) e as superintendências regionais. Está em discussão um modelo de monitoramento e divulgação de editais de políticas públicas alinhados ao PPA e aos PRDs, além do mapeamento e monitoramento das entregas previstas nos PRDs e no novo PAC. Esses esforços visaram maximizar a sinergia entre os instrumentos de planejamento, otimizando recursos e reduzindo sobreposições. No terceiro trimestre, o projeto avançou com a elaboração dos relatórios das [Agendas Territoriais](#), que destacam as prioridades regionais e sua integração ao PPA 2024-2027. As discussões sobre projetos estruturantes ganharam força, com atenção especial ao projeto “Polos de Inovação para o Desenvolvimento Regional junto a Institutos Federais de Ensino e Universidades”, promovendo um diálogo integrado entre o MIDR, MEC e MCTI e SUDENE. O projeto terá continuidade no ano de 2025, com o desafio de monitorar e dar transparência às três Agendas Transversais Territoriais.

Evolução das Etapas

Em preparaçãoEm andamentoConcluído

Evolução do Cronograma

10%0%

15%15%

15%15%

100%90%

1º Trimestre2º Trimestre3º Trimestre4º Trimestre

PrevistoRealizado

M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SOF e SEPLAN	Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria Nacional de Planejamento

P12

Elaboração de referencial metodológico das agendas transversais e multissetoriais

Desenvolver referencial metodológico que permita identificar agendas transversais e multissetoriais no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R13 - Aperfeiçoada a identificação dos gastos de 01 Agenda Transversal (ambientais e climáticos) no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Com lançamento de dois guias e um relatório, MPO fomenta debate sobre orçamentação sensível a gênero no Brasil](#)

>> [MPO identifica gastos climáticos nos Orçamentos da União](#)

>> [Equipe do MPO e BID participam de visita técnica ao Ministério da Fazenda do Chile](#)

>> [Agendas transversais conectam planejamento e orçamento, diz secretário do MPO](#)

>> [Relatório sintetiza a importância e o grau de transversalidade da agenda ambiental no PPA 2024-2027](#)

>> [Transversalidade e indicadores com metas tornam o PPA 2024-2027 revolucionário, diz Tebet](#)

>> [MPO realiza seminário sobre Transversalidades, Políticas Públicas e Instrumentos Orçamentários Federais](#)

>> [MPO e o BID promovem o Seminário de Transversalidade da Perspectiva de Gênero- Agenda Mulheres](#)

>> [MPO realizada seminário sobre Transversalidade da Perspectiva de Gênero - Agenda Mulheres](#)

Avaliação do Projeto

Em 2024, o projeto alcançou resultados significativos, consolidando avanços em diversas frentes relacionadas às agendas transversais e à classificação funcional de gastos climáticos. No primeiro trimestre, o seminário “[Transversalidades sob a Perspectiva de Gênero](#)” marcou o início dos esforços de sensibilização e capacitação de gestores públicos para a implementação das agendas transversais, destacando a importância da transversalidade no planejamento governamental. Além disso, foi elaborado o Plano de Trabalho para a classificação funcional de gastos climáticos, em parceria com a OCDE e a ONU, alinhado à Classificação das Funções de Governo (COFOG). O projeto também promoveu debates relevantes, como o seminário “[Transversalidade da Perspectiva Racial - Agenda Igualdade Racial](#)”, organizado pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) em parceria com a Seplan e o BID. Nos seminários “Transversalidades sob a Perspectiva da Criança e do Adolescente”, em parceria com o UNICEF, e “[Transversalidade da Perspectiva Ambiental](#)”, em parceria com o BID, aprofundaram-se as discussões sobre as cinco agendas transversais incluídas no PPA e nas leis orçamentárias. Em paralelo, o MPO apresentou, durante a Reunião Anual de Altos Funcionários da OCDE, os avanços no projeto de Revisão da Orçamentação Sensível a Gênero, destacando a colaboração internacional. Em continuidade, para fomentar o debate e orientar os demais ministérios quanto a orçamentação sensível a gênero, o MPO publicou: o [Relatório Gender Budgeting In Brazil](#), que é parte do projeto de assistência técnica que se iniciou com a missão técnica da OCDE à Brasília, o [Guia Transversalidade nas Políticas Públicas, no Plano e no Orçamento](#) e o [Guia Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas, no Plano e no Orçamento](#). Também houve progresso na elaboração de estudos e validação do plano de ação para a classificação de gastos climáticos. No terceiro trimestre, o projeto concentrou-se na execução da etapa de classificação funcional de gastos climáticos. Por meio do BID, o MPO recebeu uma [proposta de metodologia](#) para identificar e categorizar gastos relacionados ao clima, baseada na COFOG. Essa abordagem, amplamente utilizada em países da América Latina e Caribe, permite a compatibilidade com padrões internacionais. A proposta está sendo analisada. Com a continuidade do projeto, a perspectiva é que em 2025 esteja em vigor uma metodologia de identificação dos gastos da agenda transversal ambiental no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

25%

25%

1º Trimestre

35%

30%

2º Trimestre

45%

45%

3º Trimestre

65%

68%

4º Trimestre

Previsto

Realizado

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE07	Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P13	Plano nacional de longo prazo
Coordenar o processo de elaboração do Plano Nacional de Longo Prazo.	

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R14 - Melhorada a coordenação federativa e setorial por meio da publicação de um Plano Nacional de Longo Prazo		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Estratégia Brasil 2050 promoverá a coesão dos planos de longo prazo nacionais, diz secretária](#)  
[>> Comissão Nacional de População e Desenvolvimento debate estratégias para o futuro do Brasil em reunião ordinária](#)  
[>> Secretária de Planejamento defende integração entre planos estaduais e a Estratégia Brasil 2050 em Fórum do Conseplan](#)  
[>> Oficina de Megatendências e Incertezas Críticas discute temas como riscos, migrações, transição demográfica e mudanças climáticas](#)  
[>> Secretária Nacional de Planejamento inicia rodada de conversas com ministros para a construção da Estratégia Brasil 2050](#)  
[>> MPO apresentará até julho de 2025 o planejamento de longo prazo para o Brasil](#)  
[>> MPO e BNDES assinam acordo de cooperação técnica para a elaboração da Estratégia Brasil 2050](#)  
[>> MPO apresenta a Estratégia Brasil 2050, o planejamento de longo prazo do país, ao governo da Bahia](#)  
[>> Em seminário sobre planejamento de médio e longo prazos, MPO lança livro que conta a história do PPA 2024-2027](#)

Avaliação do Projeto

O ano de 2024 marcou avanços significativos no projeto “Plano Nacional de Longo Prazo”, com a construção das bases para a Estratégia Brasil 2050, um planejamento estratégico de longo prazo voltado a orientar o desenvolvimento nacional nas próximas décadas. Durante o primeiro trimestre, foram realizadas atividades preparatórias, como estudos e pesquisas, que fundamentaram a estruturação do projeto. A partir do segundo trimestre, o planejamento foi validado pelas principais lideranças, incluindo a definição dos instrumentos de governança, prazos e equipes responsáveis. Também foram concluídos os termos de referência que subsidiaram a elaboração dos estudos temáticos e iniciadas negociações com potenciais parceiros. No terceiro trimestre, o projeto alcançou um marco institucional com a publicação da [Portaria GM/MPO nº 244, de 7 de agosto de 2024](#), que estabeleceu os procedimentos, prazos e responsabilidades para a elaboração da Estratégia Brasil 2050. A governança do processo foi formalizada, e um Grupo de Trabalho foi criado no âmbito do Conselho Nacional de Secretários de Estado de Planejamento (Conseplan), além de uma cooperação técnica firmada com o BNDES. O período também foi marcado pela realização da Tomada Pública de Subsídios, assegurando a participação da sociedade no planejamento de longo prazo e subsidiando a construção do [Inventário de Estudos e Publicações de Longo Prazo](#). Ao longo do ano, o projeto promoveu amplos debates com representantes de governos subnacionais, sociedade civil, academia e setor produtivo. Esses encontros, realizados por meio de oficinas temáticas, abordaram temas como mudanças climáticas, transição demográfica e energética, erradicação da pobreza, inclusão social, aumento da produtividade e integração entre as estratégias nacionais e regionais. Eventos como o “Seminário Internacional de Boas Práticas de Planejamento de Médio e Longo Prazo” contribuíram para o fortalecimento da metodologia adotada, que se baseia em três questões centrais: “Que país somos hoje?”, “Que país queremos ser em 2050?” e “Como chegaremos lá?”. Em parceria com os Ministérios responsáveis por cada política pública, já foram elaborados 21 estudos temáticos para apoiar a estratégia, atualmente em avaliação pelo MPO. O projeto continua em 2025, com previsão de publicação da Estratégia Brasil 2050 em Julho/2025.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

10%0%

16%8%

26%16%

35%39%

1º Trimestre2º Trimestre3º Trimestre4º Trimestre

PrevistoRealizado



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P15

Metas físicas

Aprimorar o processo orçamentário brasileiro, com base no modelo de orçamentação por desempenho (OD), para evidenciação da produção de bens e serviços entregues à sociedade a partir da gestão ativa feita pelos atores envolvidos na elaboração dos orçamentos anuais da União, de forma a preservar a visão finalística do gasto público.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R16 - Revisados todos os produtos de ações orçamentárias na elaboração do PLOA e no processamento de pedidos de créditos		

Notícias relacionadas ao Projeto

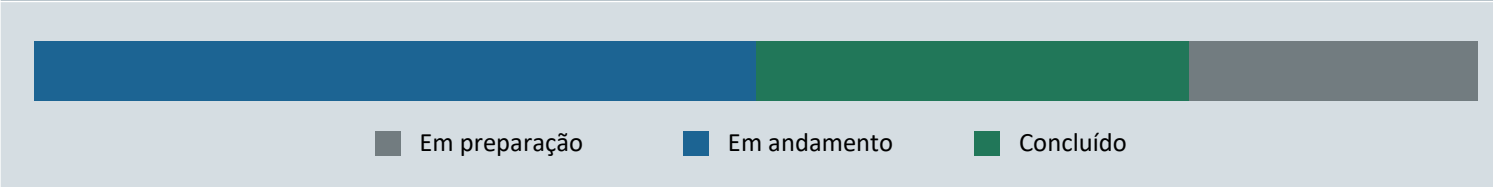
[>> Projeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2025.](#)

[>> Manual Técnico de Orçamento – MTO 2025](#)

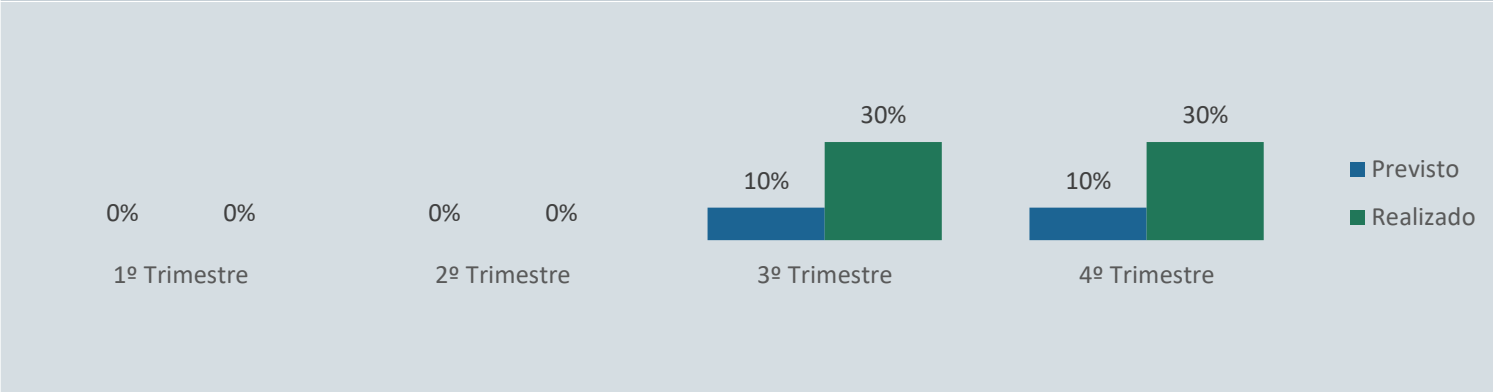
Avaliação do Projeto

O projeto “Metas Físicas” fez grandes avanços ao longo do ano, fortalecendo a conexão entre a execução física e o orçamento das políticas públicas. No primeiro trimestre, o foco foi revisar a metodologia com base em estudos de caso e boas práticas, além de atualizar a forma de elaborar o orçamento. Isso ajudou a tomar decisões melhor embasadas pelas entregas físicas planejadas. No passo seguinte, foram incluídas orientações no [Manual Técnico do Orçamento \(MTO\) 2025](#), destacando a importância do Orçamento por Desempenho (OD). Também foi criada uma seção no manual para revisar os itens e unidades de medida das ações orçamentárias, o que ajudou a melhorar a análise do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025. No terceiro trimestre, o Cadastro de Ações do PLOA foi atualizado, e a análise do orçamento mostrou de forma mais clara os bens e serviços entregues à sociedade. Ao final do ano, a estrutura programática do orçamento foi concluída, mas algumas etapas, como a divulgação dos resultados físicos, ainda estão em andamento. O projeto segue em 2025, com o desafio de aprimorar os atributos de todas as programações orçamentárias com problemas quanto à evidenciação das entregas de bens e serviços à sociedade e, ainda, fortalecer a transparência quanto às entregas de bens e serviços previstas nas programações orçamentárias.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma





M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P16

Nova lei de finanças públicas

Produzir uma nova versão do Projeto de Lei Complementar de Finanças Públicas, aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em substituição à Lei nº 4.320, de 17/03/1964, para encaminhamento pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional, preferencialmente até a data comemorativa dos 60 anos da Lei de Finanças vigente

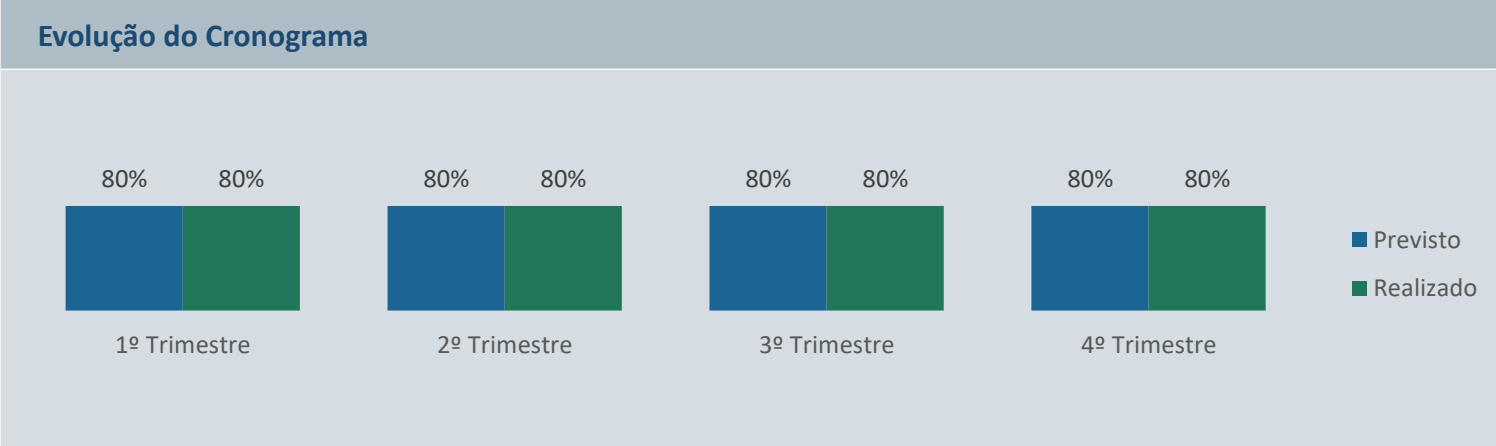
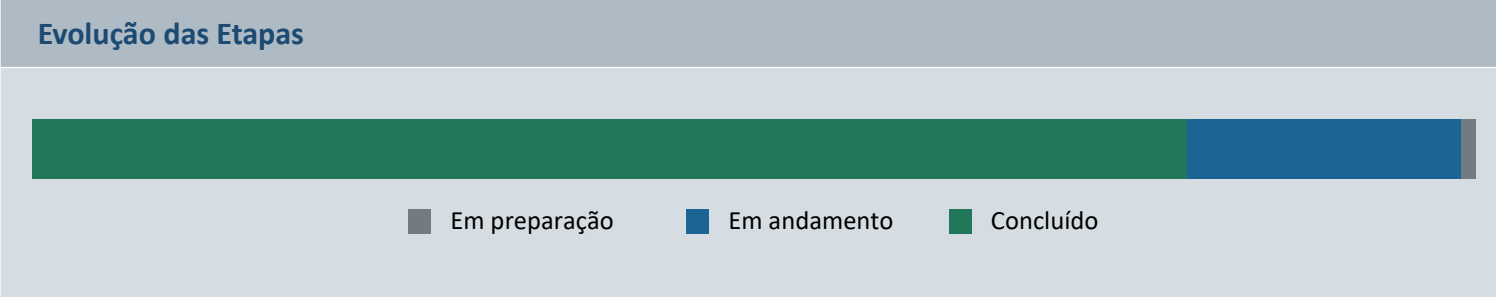
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R17 - Proposto o texto de uma Nova Lei de Finanças Públicas		

Notícias relacionadas ao Projeto

-

Avaliação do Projeto

O projeto da “Nova Lei de Finanças Públicas” avançou de maneira consistente ao longo de 2024, concluindo importantes etapas no desenvolvimento do anteprojeto de Lei Complementar. Em março, foi finalizada a primeira versão do texto, cumprindo o cronograma estabelecido. Essa versão resultou de um amplo processo participativo, com a análise de 301 propostas de emendas submetidas por meio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop). Das propostas avaliadas, 125 foram aprovadas e incorporadas integralmente ao texto, 81 foram adaptadas em outras emendas, 50 foram rejeitadas e 45 permaneceram pendentes, aguardando discussões mais aprofundadas. Nos meses seguintes, o trabalho focou na análise de um segundo conjunto de sugestões enviadas por órgãos parceiros, como a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Para isso, foram promovidas reuniões técnicas entre diferentes unidades governamentais, visando alinhar pontos críticos e fortalecer a coerência do texto. O projeto segue em andamento, com a previsão de conclusão da proposta para a Nova Lei de Finanças Públicas em 2025.



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF e SMA	Secretaria de Orçamento Federal e Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P17

Spending review

Avaliar, de forma aprofundada, os gastos públicos existentes a fim de identificar oportunidades de redução ou realocação de recursos despendidos com políticas públicas e/ou programas governamentais de baixa prioridade, ineficientes ou inefetivos.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R18 - Promovida a qualidade do gasto público por meio da publicação de no mínimo dois relatórios específicos e singulares de revisão de gastos do ano em curso		

>> [Revisão de gastos será feita com justiça social, diz Tebet no programa “Bom Dia, Ministra”](#)

>> [Alcançar o compromisso social é ter responsabilidade com o gasto público, afirma Tebet a investidores](#)

>> [Governo anuncia economia de R\\$ 25,9 bilhões em 2025 com processo de revisão de gastos](#)

>> [Em audiência na CMO, Tebet debate LDO e defende revisão para aumentar a qualidade do gasto público](#)

>> [Simone Tebet e secretária-executiva da Casa Civil ressaltam que revisão de gastos contribuiu para bloqueio menor de despesas](#)

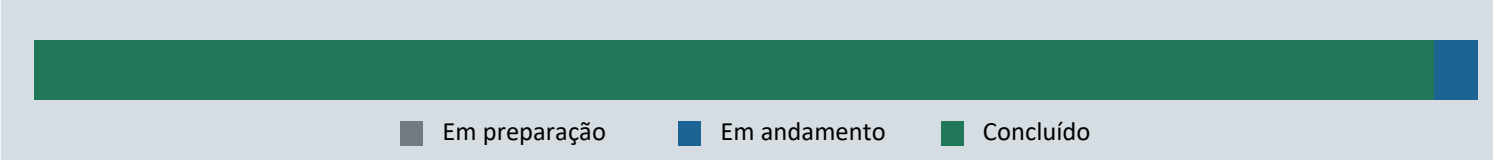
>> [Bloqueio poupa Educação, Saúde e ministérios das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos](#)

>> [Revisão de gastos já surte efeito, e governo bloqueia apenas 0,14% do limite total de despesas de 2024](#)

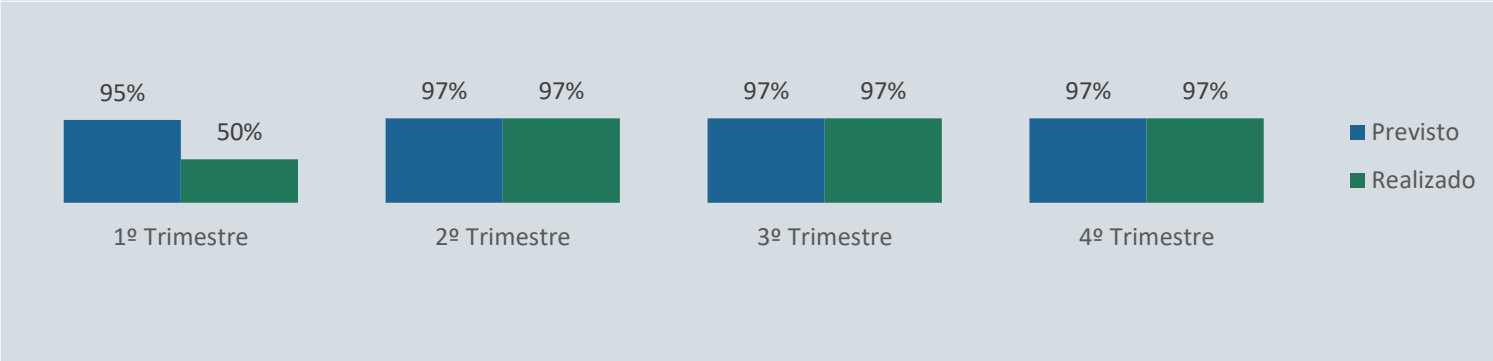
Avaliação do Projeto

O projeto “Spending Review” avançou significativamente ao longo do ano, cumprindo etapas essenciais para promover a revisão de gastos e identificar oportunidades de economia no orçamento público. No início do ano, foram concluídas as duas primeiras fases do projeto, que envolveram a revisão metodológica sobre o tema, o mapeamento de oportunidades de economia e a análise preliminar dos possíveis impactos financeiros. Esses resultados contribuíram para a inclusão de informações no Anexo de Metas Fiscais do PLDO 2025, destacando o impacto fiscal das recomendações obtidas pela avaliação de políticas públicas. No segundo trimestre, o projeto alcançou a finalização de sua terceira etapa, com a consolidação das estimativas de economia geradas pelas oportunidades identificadas. Nesse período, foi publicado o [primeiro relatório](#) detalhando os resultados iniciais da implementação das recomendações, enquanto a elaboração de um segundo relatório ainda está em preparação, com previsão de finalização em maio/2025. O projeto terá continuidade em 2025, tendo como metas a elaboração de uma proposta de normativo para incorporação da revisão de gastos públicos federais ao processo do ciclo orçamentário anual. O projeto “P03 – Avaliação e Melhoria do Gasto Público”, também foca na revisão de gastos e tem como objetivo a elaboração de dois relatórios técnicos para apoiar esse processo.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P18

Marco orçamentário de médio prazo

Elaborar a estrutura do Orçamento de Médio Prazo (OMP), desenvolver sistemas correspondentes e integrá-lo no processo de elaboração do orçamento federal.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R19 - Implementada a plurianualidade em 100% das ações orçamentárias até 2027		

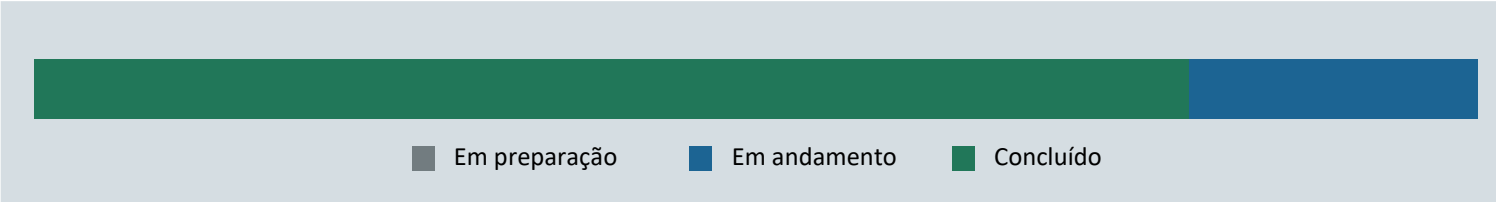
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [MPO lança painel do Marco Orçamentário de Médio Prazo](#)

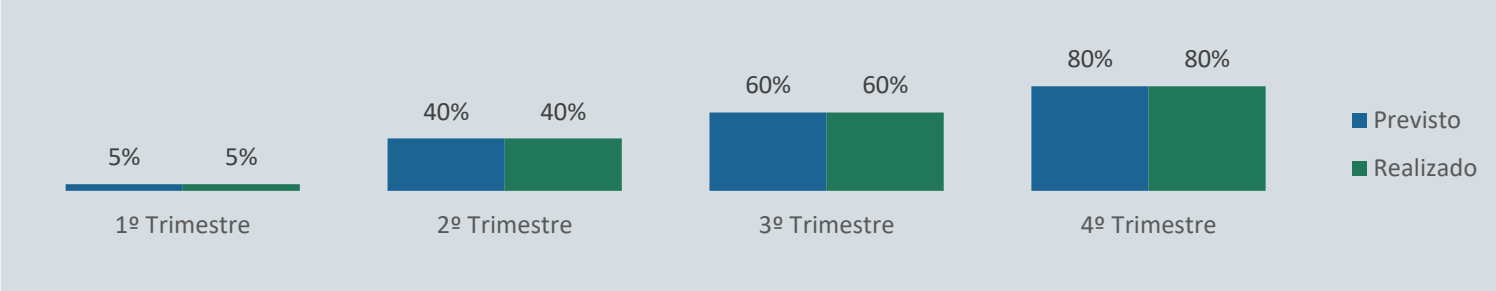
Avaliação do Projeto

No início do ano, foram realizadas as etapas de desenho geral e planejamento da implementação do MOMP, além da estruturação do módulo correspondente no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Já no segundo trimestre, o desenho e o fluxo de processos do MOMP foram finalizados, e a equipe de Tecnologia da Informação da SOF avançou na fase final de testes do novo módulo do SIOP. Ao mesmo tempo, orientações gerais sobre o projeto foram transmitidas às equipes envolvidas, preparando-as para sua utilização. O terceiro trimestre marcou um ponto de virada no projeto, com a conclusão e implementação dos módulos do SIOP, permitindo a inclusão inédita de previsões orçamentárias no nível de Ação/Plano Orçamentário para 2025. Essa inovação foi formalizada no Anexo 8 do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), encaminhado ao Congresso Nacional em agosto. Ao final do ano de 2024, 96% das ações orçamentárias relativas a despesas primárias de 2025 já contavam com projeções de médio prazo, abrangendo, neste primeiro momento, apenas um exercício à frente (2026). Nos próximos PLOAs, planeja-se ampliar o horizonte temporal do MOMP. Para fortalecer a transparência, foi desenvolvido o [Painel do Marco Orçamentário de Médio Prazo](#), que permite à sociedade acessar as previsões de despesas da União para exercícios futuros. O projeto segue em 2025, com o desafio de implementar as previsões de médio prazo nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (SOF) em 100% dos órgãos orçamentários.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma

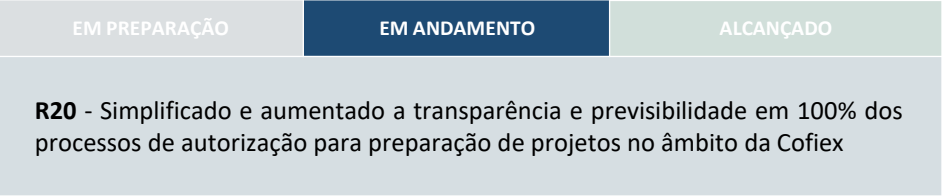


M04	Macroprocesso finalístico - Gestão do processo de submissão e avaliação de projetos do setor público, a fim de obter financiamentos externos
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P19

Portal de Financiamentos Externos (PFE)

Desenvolvimento e implementação de novos processos e exigências para a autorização, pela Cofix de programas ou projetos do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas mediante o emprego de nova plataforma eletrônica integrada de gestão desses processos e exigências.



Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Cofix aprova 19 projetos, totalizando cerca de US\\$ 3,7 bilhões em investimentos de estados e municípios e da União](#)

>> [Novo Portal de Financiamento Externo \(PFE\) entrou em operação](#)

>> [Revisão de carteira do Banco Mundial no Brasil terminou nesta sexta \(27/09\) com participação do MPO](#)

>> [Banco Interamericano e Africano de Desenvolvimento apresentam iniciativa pioneira para financiamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza](#)

>> [Secretária de Assuntos Internacionais defende nova governança para instituições internacionais no T20 Midterm](#)

>> [Cofix aprova preparação de 13 projetos subnacionais, incluindo dois referentes à mudança climática no Rio Grande do Sul](#)

>> [Cofix seleciona 8 projetos para acessar recursos do Fundo do Mercosul](#)

>> [Projeto aprovado pela Cofix levará saneamento e cidadania a indígenas da região de fronteira com recursos do Fundo do Mercosul](#)

>> [Durante as festividades de 50 anos do Fonplata, Brasil assume a presidência da Assembleia de Governadores da instituição](#)

Avaliação do Projeto

O projeto “Portal de Financiamentos Externos” (PFE) alcançou avanços significativos em 2024, consolidando importantes etapas de sua implementação e desenvolvimento. Durante o primeiro semestre, foram mapeados os processos de trabalho e realizados estudos que culminaram na publicação da [Resolução Normativa Cofix nº 1, de 22 de novembro de 2024](#), que estabelece critérios e requisitos para a análise de pleitos de financiamento externo por entes públicos. Paralelamente, foram desenvolvidos formulários para usuários externos, enquanto a revisão das informações necessárias para autorizações pela COFEX foi finalizada. No segundo semestre, o projeto se concentrou no desenvolvimento dos módulos do portal e na elaboração de normas que visam otimizar os procedimentos e instituir um sistema integrado para o recebimento e processamento de pleitos de financiamento externo. Além disso, foi finalizada a revisão dos critérios de análise e classificação de projetos pela COFEX e iniciado o desenvolvimento de um painel de informações que permitirá maior transparência e acompanhamento detalhado dos projetos financiados. O marco mais significativo do ano foi a entrega da [primeira versão do novo Portal de Financiamentos Externos \(PFE\)](#), uma plataforma digital que centraliza e moderniza a gestão de processos relacionados a financiamentos externos no Brasil. O [Portal](#), já em operação, oferece maior transparência e eficiência, permitindo que estados, municípios e órgãos federais acompanhem de forma prática as etapas de contratação e execução de projetos financiados por organismos internacionais. Com essas iniciativas, o PFE representa um avanço na gestão de recursos externos e reforça o compromisso com a eficiência e a transparência no uso desses recursos. O projeto segue em 2025, com a meta de agregar transparência ao Portal com a disponibilização de dados e estatísticas sobre financiamentos externos.

Evolução das Etapas

Em preparação	Em andamento	Concluído
10%	10%	80%

Evolução do Cronograma

Trimestre	Previsto	Realizado
1º Trimestre	10%	10%
2º Trimestre	15%	10%
3º Trimestre	15%	15%
4º Trimestre	80%	75%

M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P20

Portal de pagamentos a organismos internacionais (POPOI)

Proporcionar transparência, eficiência e facilidade de acesso às informações relativas aos pagamentos a organismos internacionais e simplificação dos processos de pagamentos.

EM PREPARAÇÃO

EM ANDAMENTO

ALCANÇADO

**R21** - Disponibilizado para a sociedade informações detalhadas e atualizadas sobre 100% dos pagamentos a organismos internacionais dos quais o Brasil faz parte.

Notícias relacionadas ao Projeto

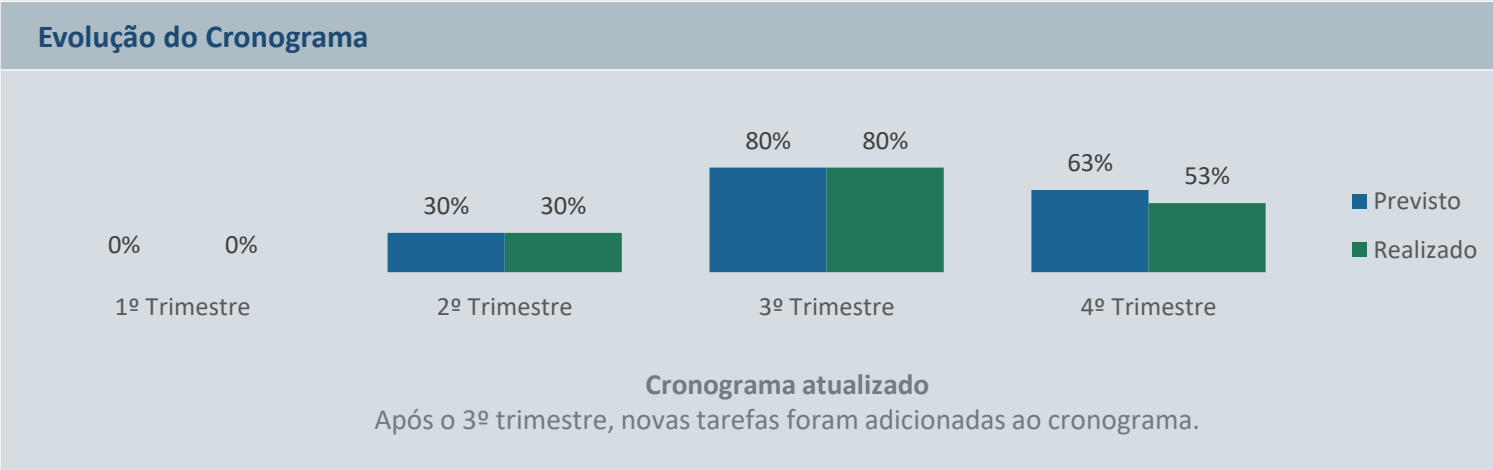
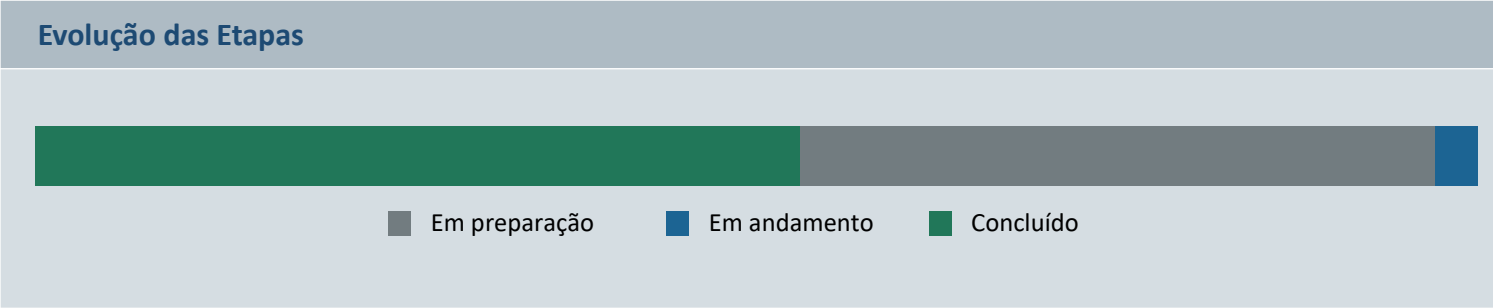
>> [Representantes do MPO realizam missão estratégica na ONU e debatem otimização de processos financeiros e orçamentários](#)

>> [NOTA À IMPRENSA CONJUNTA MPO/MRE: Quitação de contribuições do Brasil a organismos internacionais](#)

>> [MPO/MR: Quitação de contribuições do Brasil à ONU e a outros organismos internacionais](#)

Avaliação do Projeto

Em 2024, o projeto apresentou avanços significativos rumo à modernização e automação da gestão dos pagamentos internacionais realizados pelo governo brasileiro. No início do ano, as atividades se concentraram no levantamento e análise de requisitos necessários para o desenvolvimento do portal. Essa etapa foi conduzida em estreita colaboração com a área de tecnologia da informação, preparando o terreno para a criação do MVP (Produto Mínimo Viável), que sintetiza a proposta de valor da solução. No segundo trimestre, a conclusão da análise de requisitos possibilitou o início do desenvolvimento dos componentes do portal. Esse progresso marcou o avanço para as etapas mais práticas de implementação, com foco na criação de funcionalidades que atendam às demandas do governo e promovam eficiência no processo de pagamentos internacionais. O projeto está em estágio avançado, com vários módulos já desenvolvidos. O projeto segue para 2025, com a perspectiva de entrada em operação do portal no primeiro semestre de 2025.



M06	Macroprocesso finalístico - Articulação e gestão da agenda de integração e desenvolvimento sul-americano
OE10	Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano
SEAI e SEAIID	Secretaria de Articulação Institucional e Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P21

Subcomitê de integração e desenvolvimento sul-americano

Contribuir com a melhoria da governança para pactuação de ações e projetos de integração da infraestrutura regional sul-americana.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R22 - Contribuído com a institucionalização da governança da Integração e Desenvolvimento Sul-Americano		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R23 - Apoiada a construção de uma nova Carteira de Projetos prioritários de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Lula e Tebet defendem o potencial da integração sul-americana para a redução das desigualdades e geração de emprego e renda](#)

[>> Integração regional tem potencial semelhante ao da reforma tributária para o crescimento do PIB, diz Tebet em evento da Fiesp](#)

[>> Rotas de integração sul-americana contribuirão para reduzir as desigualdades regionais e sociais, afirma Tebet em audiência no Senado](#)

[>> Presidente Lula cria Comissão Interministerial para a Infraestrutura e Planejamento da Integração da América do Sul](#)

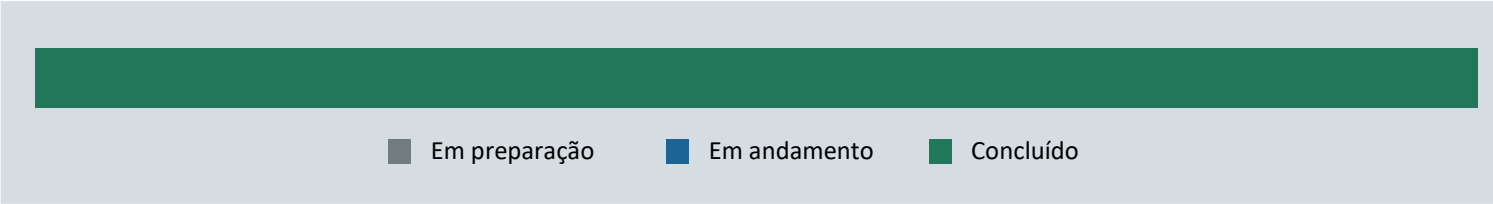
[>> Tebet apresenta Rotas de Integração na China](#)

[>> Reuniões com sete ministros da América do Sul marcam nova fase do projeto das Rotas da Integração](#)

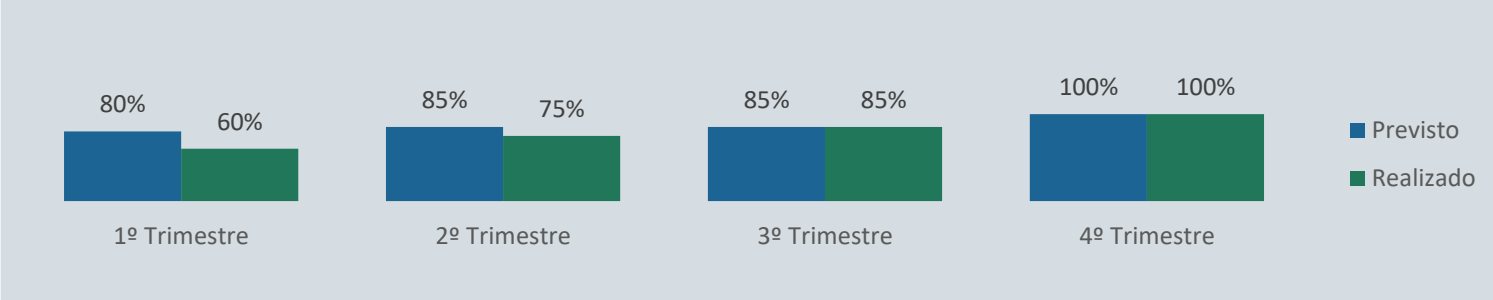
Avaliação do Projeto

O Subcomitê de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano do Ministério do Planejamento e Orçamento, vinculado ao Comitê Ministerial de Governança, encerrou suas atividades em 2024 com a entrega do seu [segundo relatório](#). Nele o Subcomitê buscou analisar de forma mais aprofundada três aspectos fundamentais para orientar a atuação do Poder Executivo federal na promoção de iniciativas relacionadas à integração de infraestrutura no âmbito da América do Sul. Um desses aspectos se referia à construção de um carteira de projetos (R23) com potencial de impactar o processo de integração regional. Essa carteira é composta de 190 iniciativas previstas no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). O mapeamento mostrou que parte dessas iniciativas já conta com financiamento do BNDES, totalizando cerca de US\$ 3 bilhões, e/ou com dotações orçamentárias da União, totalizando cerca de R\$ 4 bilhões. Para além do relatório, os trabalhos do Subcomitê envolveram uma contínua interlocução com os países vizinhos e os estados de fronteira, como documentado nos seus [boletins informativos](#), e contribuíram (R22) para a criação da Comissão Interministerial para a Infraestrutura e o Planejamento da Integração da América do Sul, instituída por meio do Decreto nº 12.034, de 28 de maio de 2024. O Subcomitê se encerrou em 2024, mas o projeto Rotas de Integração Sul-Americana continuará em 2025, com o aprofundamento da articulação intergovernamental, por meio da Comissão Interministerial, com a resolução de gargalos identificados e com a interiorização das rotas.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma





2

Desempenho da Gestão

PEI

Plano Estratégico Institucional

# Perspectiva de Capacidades Institucionais

# Capacidades Institucionais

As capacidades institucionais relacionam-se à necessidade de investir em recursos humanos, tecnologia, infraestrutura e cultura organizacional, para criar uma base sólida que apoie a execução dos processos finalísticos. São fundamentos básicos da governança, concebidos como seu sustentáculo no cumprimento da missão institucional.

OE 11	OE 12	OE 13	OE 14
Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas	Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
<ul style="list-style-type: none"><li><b>R24</b> - Elaborado um diagnóstico integrado contendo recomendações conjuntas para fortalecimento das relações institucionais.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li><b>R25</b> - Realizado um diagnóstico de qualidade de vida e bem-estar no MPO;</li><li><b>R26</b> - Alcançada a adesão de 30% dos servidores nas trilhas de capacitação; e</li><li><b>R27</b> - Lançada a 1ª Turma do mestrado aplicado ao Planejamento e Orçamento Público.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li><b>R28</b> - Publicada a Política de Transformação Digital do MPO;</li><li><b>R29</b> - Disponibilizados, pelo menos, dois produtos digitais (Intranet e Portal de Colegiados); e</li><li><b>R30</b> - Acelerada a transformação digital, por meio da pactuação de pelo menos uma parceria estratégica.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li><b>R31</b> - Publicada a metodologia de gestão de projetos;</li><li><b>R32</b> - Publicada a metodologia de gestão de processos;</li><li><b>R33</b> - Realizado 40% das ações previstas no Plano de Integridade; e</li><li><b>R34</b> - Tratados 35% dos riscos priorizados no Plano de Gestão de Riscos.</li></ul>

## Destaques

MPO COMEMORA

### Integridade Planejada

Programa de Integridade do MPO comemora 1 ano de existência

MPO É RECONHECIDO

### Plataforma Veredas

Recebe prêmio ColaboraGov 2024 - MGI – Ideias Inovadoras

MPO OFERTA

### Formação de Servidores Públicos

Mestrado Profissional em Planejamento e Orçamento Público

MPO AUTORIZA

### Gestão do desempenho

Instituição do Programa de Gestão e Desempenho

MPO UTILIZA

Dimensionamento da

### Força de Trabalho

Para definir perfis e alocar pessoas

# Capacidades Institucionais

A perspectiva de capacidades institucionais reúne um conjunto de recursos e sistemas essenciais para a formação de uma cultura organizacional que favoreça a inovação, a aprendizagem contínua, as boas práticas de governança e a adaptação às mudanças do ambiente externo. Trata-se de uma dimensão especializada que funciona como um suporte em apoio à execução dos processos finalísticos e, conseqüentemente, o alcance da estratégia institucional.

Essa perspectiva está representada no Mapa Estratégico do MPO por meio dos objetivos estratégicos 11, 12, 13 e 14, que almejam o fortalecimento das relações institucionais com as entidades vinculadas (Ipea e IBGE), o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas, a transformação digital de processos de trabalho e o aperfeiçoamento da governança institucional.

Como forma de concretizar essas metas, os cronogramas dos projetos avançaram significativamente, com o alcance de 9 resultados-chave, o que representa 82% do total. O OE 11, destinado a fortalecer a relação com as entidades vinculadas, teve o seu projeto associado (P22) ajustado e reprogramado para compor a carteira de projetos de 2025.

A perspectiva de “Capacidades Institucionais” compreende os ativos intangíveis da organização, o capital humano (habilidades, talento e conhecimento dos funcionários da organização), o capital informacional (bancos de dados, sistemas de informação, redes e infraestrutura tecnológica) e o capital organizacional (cultura, liderança, grau de alinhamento dos funcionários com a estratégia e capacidade dos funcionários de compartilhar conhecimentos).

## OE 12

### Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas

Uma das ações de maior impacto foi o lançamento da 1ª Turma do Mestrado Profissional em Planejamento e Orçamento Público, por meio do Edital SE/MPO nº 8/2024. O objetivo do projeto é difundir conhecimentos multidisciplinares sobre processos de desenvolvimento de políticas públicas, incluindo métodos e ferramentas de gestão. O curso conta com a participação de servidores do MPO e de outros órgãos públicos, como o Ministério da Fazenda (MF), o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Essa iniciativa reforça o compromisso com a formação de alto nível dos servidores.

O projeto "MPO de Corpo e Alma" trouxe importantes melhorias para a qualidade de vida no trabalho. A iniciativa começou com um diagnóstico para entender o contexto do MPO e, com base nisso, definir estratégias mais eficazes de prevenção e promoção da saúde.

O trabalho começou com a campanha de vacinação contra a Influenza Quadrivalente, que resultou na aplicação de 445 doses para servidores, terceirizados e estagiários. Outras ações de destaque incluíram a Semana da Saúde, atividades do Setembro Amarelo e iniciativas de integração, como a Leitura Compartilhada, e a ação Viva Leve, que incentiva práticas de atividade física. Essas iniciativas ajudaram a promover o bem-estar mental e físico dos servidores, alinhando-se às diretrizes de Qualidade de Vida no Trabalho.

# Capacidades Institucionais

O projeto de Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), realizado em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas do MGI (SGP/MGI), buscou adequar a força de trabalho às atribuições de cada unidade. O mapeamento das entregas, a medição do esforço dedicado a cada atividade e a definição de indicadores foram etapas-chave do processo. O próximo passo é a elaboração de um relatório<sup>1</sup> com diagnósticos e recomendações para otimizar os recursos humanos, apoiar a recomposição de pessoal e garantir o uso eficiente dos recursos organizacionais.

Outro avanço relevante foi a publicação da [Portaria GM/MPO Nº 335/2024](#), que autoriza e regulamenta o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) no MPO. O programa substitui o controle de assiduidade e pontualidade pelo acompanhamento de metas e entregas. Para ampliar a transparência, os dados do PGD, incluindo o regime de trabalho dos servidores (teletrabalho integral ou parcial, presencial ou teletrabalho no exterior), estão disponíveis publicamente por meio de um [painel de monitoramento](#).

As ações realizadas fortaleceram a capacidade do órgão de entregar resultados mais efetivos à sociedade e demonstraram que o bem-estar dos servidores é uma condição essencial para a excelência na gestão pública.

O Objetivo Estratégico 12 incluiu os projetos “MPO de Corpo e Alma”, “Trilhas para o Desenvolvimento”, e “Mestrado Aplicado ao Planejamento e Orçamento Público” em seu portfólio. Em 2024, 100% dos resultados-chave elencados para o OE foram alcançados. Em 2025, o OE segue com os projetos “Pérola” e “MPO de Corpo e Alma”.

## OE 13

### Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital

Em 2024, o objetivo estratégico “OE 13 - Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital” foi marcado por importantes avanços no desenvolvimento e entrega de soluções tecnológicas que fortalecem a gestão e a eficiência operacional do MPO.

Duas iniciativas de destaque foram o Sistema de Gestão de Colegiados (SGC) e a nova intranet do MPO. O SGC, já em funcionamento, permite o registro e o controle de membros (titulares e suplentes) dos colegiados de que o MPO participa, além de possibilitar o agendamento de reuniões e a disponibilização de um repositório de documentos. Essa ferramenta proporciona maior organização e controle dos compromissos institucionais, facilitando a gestão de colegiados.

A nova intranet, por sua vez, centraliza a comunicação interna, facilita a colaboração entre as equipes e otimiza o acesso a recursos e informações essenciais para o trabalho diário. Com a publicação, esta ferramenta promete facilitar os fluxos de informações internas do MPO.

Uma nova parceria para evolução da transformação digital no MPO foi firmada com a Secretaria de Governo Digital e a Secretaria-Executiva do MGI, por meio da pactuação do Plano de Transformação Digital. A parceria propiciará que o MPO execute ações que visem o alinhamento e o atingimento de alguns dos objetivos e iniciativa previstos na Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD).

<sup>1</sup> O relatório foi entregue no início de 2025 e trouxe subsídios para a alocação interna de pessoal, notadamente para a distribuição inicial dos servidores aprovados no último concurso de APO.



## Capacidades Institucionais

Essas iniciativas estão alinhadas ao [Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação \(PDTIC\)](#) e visam ao fortalecimento da transformação digital no âmbito do MPO. As ações focam na melhoria da eficiência dos processos, no aumento da produtividade e na oferta de informações ágeis e seguras para a tomada de decisão baseada em evidências.

Em 2024, o Objetivo Estratégico 13 contou com o projeto “MPO Digital” em seu portfólio, alcançando 67% dos resultados-chave previstos. Em 2025, o OE segue com os projetos “Contratações +Simples”, “Modernização do processo de avaliação do cumprimento de regras fiscais”, “Modernização do processo de autorizações específicas para Despesas de Pessoal e Encargos Sociais”, e “Estratégia de Dados e de uso de IA da SOF”.



### OE 14

#### Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional

Os esforços para aperfeiçoar a governança foram marcados por avanços significativos no fortalecimento dos mecanismos de liderança, estratégia e controle no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). O compromisso do MPO com a transparência, a responsividade e a eficiência na gestão dos recursos públicos se traduziu em ações concretas para promover uma governança mais madura e alinhada às necessidades da sociedade.

A gestão de processos foi uma das principais frentes de atuação. Realizou-se o mapeamento e o redesenho de processos administrativos críticos, com a definição de fluxos de trabalho e planos de evolução, acompanhados de controles e métricas de produtividade. Nos processos finalísticos, o foco esteve na geração de valor para o cidadão, por meio de iniciativas como o mapeamento dos processos de “Autoavaliação de Políticas Públicas”, “Relacionamento com Bancos Multilaterais de Desenvolvimento” e “Avaliação do Plano Plurianual”.

A governança de projetos e processos foi aprimorada com guias metodológicos e repositórios eletrônicos, que registram o trabalho desenvolvido e a capacidade de gestão (conhecimento) adquirida pelo órgão. Essas ferramentas facilitam a replicação descentralizada das práticas, promovendo um aumento sustentável da maturidade organizacional na gestão de processos e projetos.

O Plano Estratégico Institucional (PEI/MPO 2024-2027), alinhado ao Plano Plurianual (PPA) do mesmo ciclo, reflete uma abordagem moderna e integrada de planejamento estratégico, embasada nas metodologias Balanced Scorecard (BSC) e Objectives and Key Results (OKR).



## Capacidades Institucionais

Com a participação ativa de todas as unidades do Ministério, o PEI estabelece objetivos estratégicos e resultados-chave renovados anualmente, garantindo metas ajustadas ao contexto atual e às prioridades institucionais. A revisão anual do plano é mandatória, conforme o art. 5º da [Instrução Normativa SEGES/SEDGG/ME nº 24, de 18 de março 2020](#), permitindo avaliar indicadores estratégicos e redefinir metas com base nos resultados obtidos no ciclo anterior.

Na revisão mais recente, aprovada na Reunião do CMG/MPO em dezembro de 2024, o PEI incorporou um número significativo de projetos estratégicos e resultados-chave para o exercício de 2025. A carteira atualizada conta com 39 projetos estratégicos, dos quais 19 são novos, e 50 resultados-chave, sendo 42 inéditos. Esse crescimento, fruto do amadurecimento das estratégias institucionais e do alinhamento da alta administração com novas oportunidades, reflete o compromisso do MPO com a entrega de valor público relevante e adaptado às demandas da sociedade.

Os esforços para aprimorar a governança de projetos e processos renderam reconhecimento externo. A Plataforma Veredas, resultado desse trabalho, foi premiada no “Prêmio Reconhecimento Profissional ColaboraGov 2024”, concedido pelo Ministério da Gestão e Inovação (MGI). A premiação, na categoria “Ideias Inovadoras”, destacou a importância da plataforma na modernização da gestão de projetos e processos, reforçando o protagonismo e a capacidade de inovação do MPO.

A estratégia de gestão de projetos e processos do MPO também conta com um importante instrumento de transparência pública: o Relatório de Gestão Trimestral. Desenvolvido pelo próprio MPO, o relatório disponibiliza, a cada trimestre, informações sobre o desempenho dos projetos estratégicos, alcance de resultados-chave, execução orçamentária, administrativa, financeira e contábil. O objetivo é promover a transparência ativa e estimular o diálogo com a sociedade, convidando-a a acompanhar e participar do monitoramento da gestão ao longo do ano.

A disponibilização trimestral das informações que constarão no RGI demonstra o empenho do MPO em promover a transparência na gestão dos recursos públicos e a implementação estruturada do PEI. Além disso, ao permitir que a sociedade acompanhe com maior periodicidade os resultados da gestão ministerial, o MPO se coloca na vanguarda da administração pública, cada vez mais orientada por resultados e focada no cidadão. As três edições do RGT referentes ao ano de 2024 podem ser acessadas [aqui](#).

Espera-se que essa inovação seja difundida como boa prática e que isso contribua para robustecer o planejamento estratégico institucional dos órgãos e entidades, traduzindo-se na melhor coordenação e coesão com os instrumentos de planejamento governamental a cargo do MPO.

O fortalecimento da integridade institucional foi um destaque importante. O evento “[Integridade Planejada](#)”, em celebração ao primeiro ano do programa de mesmo nome, reafirmou o compromisso do MPO com a ética e a transparência, ao integrar em uma única estratégia as ações de integridade do MPO, do IBGE e do IPEA.

Durante o evento, foram destacados exemplos práticos, como a consulta popular que resultou no Plano Plurianual Participativo e a revisão de políticas públicas e gastos, o que levou à eliminação de ineficiências no Bolsa Família e à inclusão de milhões de famílias necessitadas.

Os principais resultados do [Plano Integridade Planejada](#) referentes ao primeiro semestre de 2024 foram apresentados pela Assessoria Especial de Controle Interno (AECI) para os secretários e demais gestores do MPO. Um total de 30 ações foram previstas para cumprimento no primeiro semestre de 2024, das quais 77% foram realizadas, o que equivale a 23 ações, conforme aponta o [Relatório Monitoramento do Plano de Integridade do MPO \(2024-2025\)](#).

## Capacidades Institucionais

Outro importante eixo de trabalho foi a implantação da gestão de riscos. A AECI realizou reuniões com os líderes do MPO para alinhar as expectativas e definir o cronograma de ações. O foco foi a identificação de riscos prioritários, a análise desses riscos e a elaboração de planos de tratamento, com base no [Guia Metodológico de Gestão de Riscos](#).

Apenas 2 anos após a sua recriação, o MPO alcançou a 6ª posição entre os ministérios no Índice ESG (iESGo) 2024, elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O índice é utilizado para avaliar práticas de governança e sustentabilidade e analisa aspectos ambientais, sociais e de governança nas instituições públicas, incentivando a adoção de políticas sustentáveis e transparentes. Apesar da boa colocação entre os ministérios, o MPO já iniciou a elaboração de um plano de ação para implementar iniciativas que permitam avançar ainda mais no índice.

Em síntese, os avanços alcançados em 2024 revelam uma evolução significativa na governança do MPO, com ganhos expressivos em gestão de riscos, integridade, transparência, *accountability* e gestão de processos e projetos. Essas iniciativas demonstram a maturidade organizacional do Ministério e o colocam em uma posição de destaque na busca por maior eficiência, transparência e responsabilidade pública.

Nas páginas a seguir, são apresentados mais detalhes sobre o andamento dos projetos referentes à perspectiva Capacidades Institucionais.

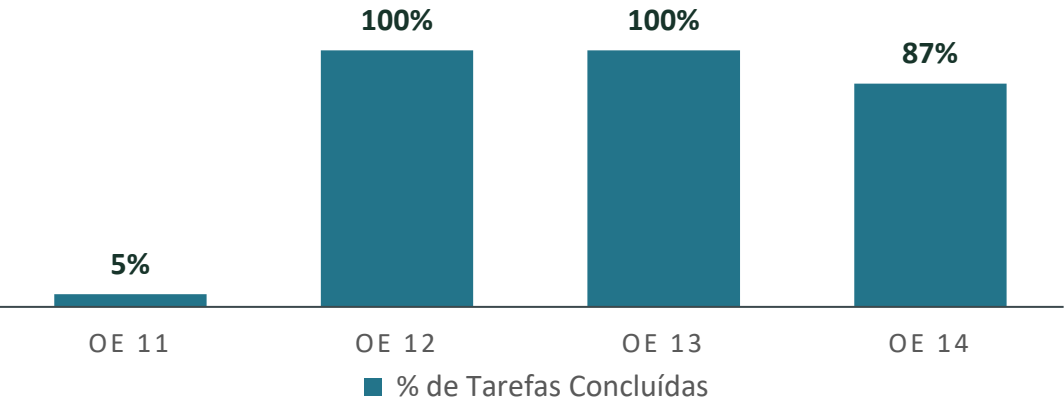
“A integridade significa ação! A omissão também é crime num país que ainda está no mapa da fome. A nossa omissão custa caro lá na ponta.” *Ministra Simone Tebet*



# Capacidades Institucionais

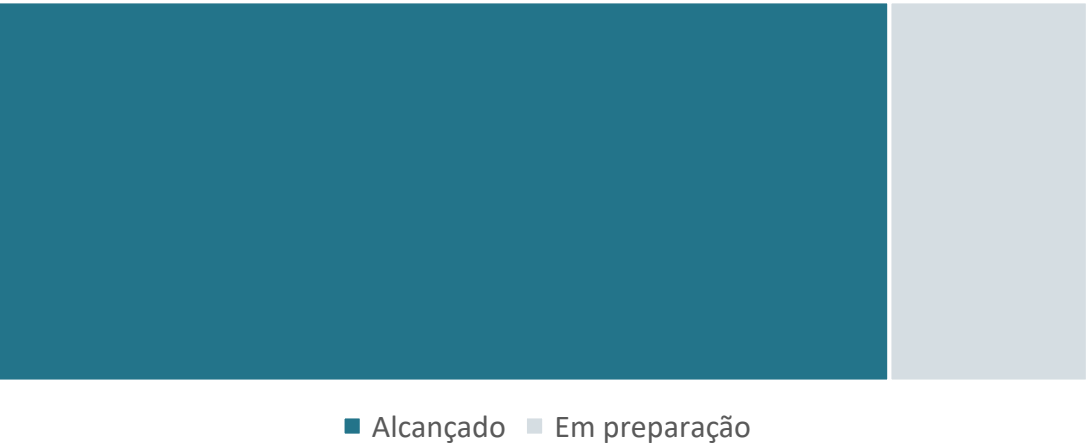
## Desempenho por Objetivo Estratégico

% de tarefas concluídas

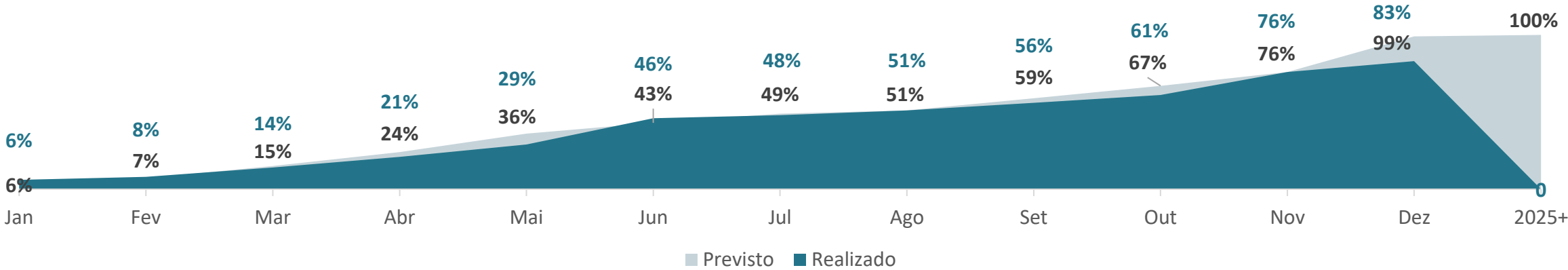


## Resultados-chave

% alcançado
















## Evolução dos Cronogramas



Capacidades Institucionais

Evolução dos Projetos  
% executado

Projeto		Evolução		Detalhes
	P22		5%	Pág. 89
	P23		100%	Pág. 90
	P24		100%	Pág. 91
	P25		100%	Pág. 92
	P26		100%	Pág. 93
	P27		100%	Pág. 94
	P28		90%	Pág. 95
	P29		70%	Pág. 96

 Projeto com continuidade para 2025

M07	Macroprocesso de governança – Gestão estratégica
M09	Macroprocesso de governança – Gestão do controle
OE11	Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P22

Desenvolvimento integrado: construindo futuros

Discutir e elencar um conjunto de alternativas para fortalecer a relação institucional entre MPO e entidades vinculadas.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R24 - Elaborado um diagnóstico integrado contendo recomendações conjuntas para fortalecimento das relações institucionais		

Notícias relacionadas ao Projeto

-

Avaliação do Projeto

Apesar de avanços na coordenação de temas específicos, como integridade, e da realização de reuniões de alinhamento quinzenais com cada uma das entidades vinculadas, o projeto não avançou na formalização do diagnóstico sobre os gargalos e potencialidades da relação do MPO com suas entidades vinculadas. Em boa parte, isso se deve ao fato de que as etapas de preparação consumiram mais tempo do que o esperado, exigindo rediscussões sobre a metodologia adequada para o desenvolvimento do projeto. Com a maturidade alcançada a partir dessas discussões, o projeto entrará em uma nova fase em 2025.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

0%

5%

1º Trimestre

5%

5%

2º Trimestre

20%

5%

3º Trimestre

100%

5%

4º Trimestre

Previsto

Realizado



M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão de Pessoas
OE12	Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P23

MPO de corpo e alma

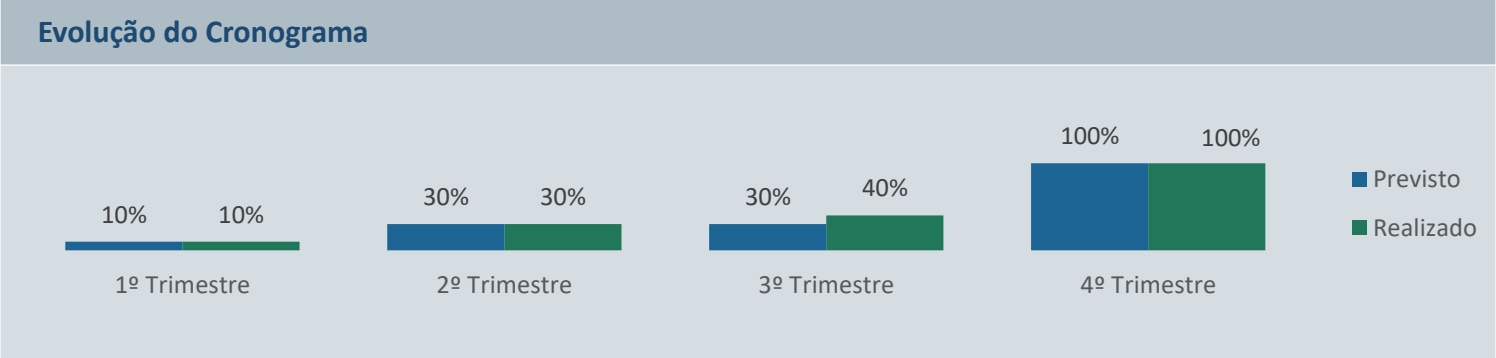
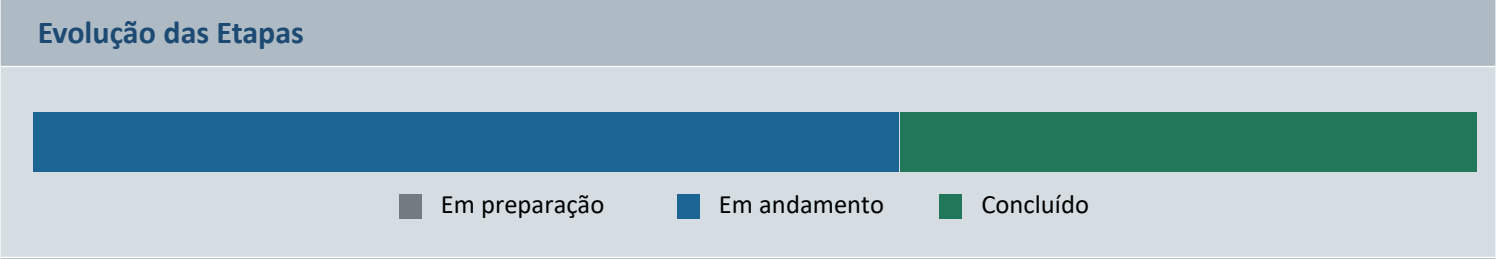
Proporcionar condições que permitam aos servidores e aos colaboradores desfrutarem de bem- estar físico e emocional enquanto realizam suas atividades profissionais.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R25 - Realizado 01 diagnóstico de qualidade de vida e bem-estar no MPO		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O projeto consolidou-se ao longo de 2024 como uma iniciativa abrangente voltada ao bem-estar e integração dos servidores e colaboradores do MPO. No primeiro trimestre, foi realizado o diagnóstico inicial com a coleta do Perfil Epidemiológico de 123 participantes, representando 25% do quadro do MPO. Esse levantamento permitiu identificar necessidades específicas e subsidiar estratégias de saúde e qualidade de vida. Além disso, atividades como o evento Mulheres MPO e o lançamento do projeto Leitura Compartilhada reforçaram a conexão entre os membros da instituição. No segundo trimestre, o projeto alcançou um marco importante com a conclusão do relatório sobre diagnóstico de qualidade de vida e bem-estar, que abordou hábitos de vida, saúde e ambiente de trabalho. A campanha de vacinação contra a Influenza Quadrivalente também foi concluída com sucesso, garantindo proteção aos servidores e colaboradores. Já no terceiro trimestre, o projeto manteve o foco em ações de integração, saúde e valorização profissional. O Setembro Amarelo promoveu a conscientização sobre saúde mental e prevenção ao suicídio, enquanto atividades como o planejamento do Outubro Rosa e do Dia das Crianças destacaram o cuidado com a comunidade do MPO. A indicação de profissionais para o Prêmio de Reconhecimento Profissional do MGI 2024 e o início da aquisição de vacinas contra a Dengue para uma nova campanha de imunização refletiram o compromisso contínuo com a valorização e saúde de todos. Assim, o projeto encerra o ano com avanços significativos e perspectiva de continuidade em 2025, com o desafio de mensurar o impacto das ações realizadas em 2024.





M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão de Pessoas
OE12	Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P24

Trilhas para o desenvolvimento

Fortalecer a capacitação contínua dos servidores do MPO por meio de trilhas de aprendizagem, elevando a participação e envolvimento no processo de desenvolvimento profissional e alinhamento com as metas institucionais.

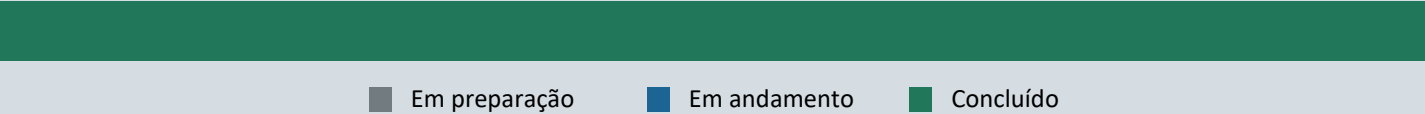
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R26 - Alcançada a adesão de 30% dos servidores nas trilhas de capacitação		

Notícias relacionadas ao Projeto
-

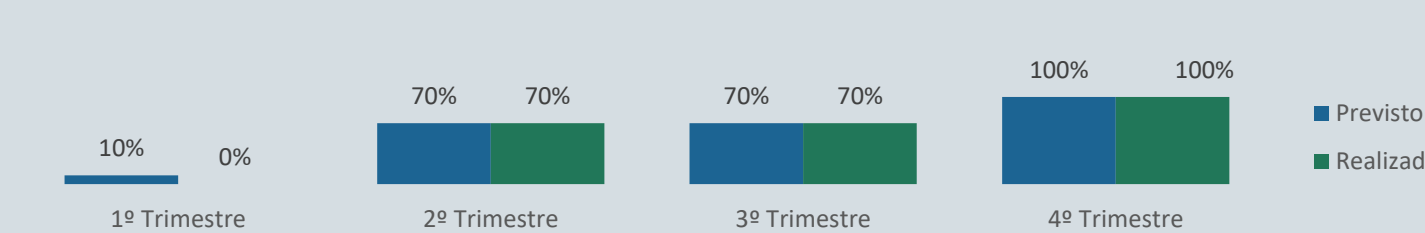
Avaliação do Projeto

Inicialmente, o foco do projeto foi o planejamento e a articulação junto às unidades organizacionais do ministério, com reuniões de alinhamento para identificar necessidades, definir as trilhas de capacitação e selecionar parceiros estratégicos para viabilizar as ações propostas. Em seguida, as atividades evoluíram com o detalhamento do plano de atuação e a conclusão de etapas importantes, como o levantamento das trilhas prioritárias. Paralelamente, servidores começaram a ter acesso às primeiras capacitações, que abordaram temas relevantes para o desempenho das funções institucionais. Com a conclusão das etapas de levantamento e planejamento, iniciou-se a oferta de trilhas de capacitação em áreas como comunicação assertiva, desenvolvimento de líderes, gestão pública, inteligência artificial e tecnologia da informação. Essa etapa contou com o apoio de Escolas de Governo parceiras, reforçando o compromisso com a qualificação contínua do corpo técnico do MPO. Ao final, o projeto alcançou a marca de 687 participações de servidores nas iniciativas de capacitados do MPO. As ações de capacitação dos servidores do MPO continuam em 2025, por meio do projeto “P31 – Pérola”, que possui como meta conseguir a adesão de 45% dos servidores do MPO nas ações de desenvolvimento e capacitação.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão de Pessoas
OE12	Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P25

Mestrado aplicado ao planejamento e orçamento público [MAPO]

Fortalecer a capacitação avançada em planejamento e orçamento por meio da expansão de programas de mestrado/doutorado, visando atender tanto à comunidade acadêmica ampla quanto às necessidades específicas das unidades.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R27 - Lançada a 1ª Turma do mestrado aplicado ao Planejamento e Orçamento Público		

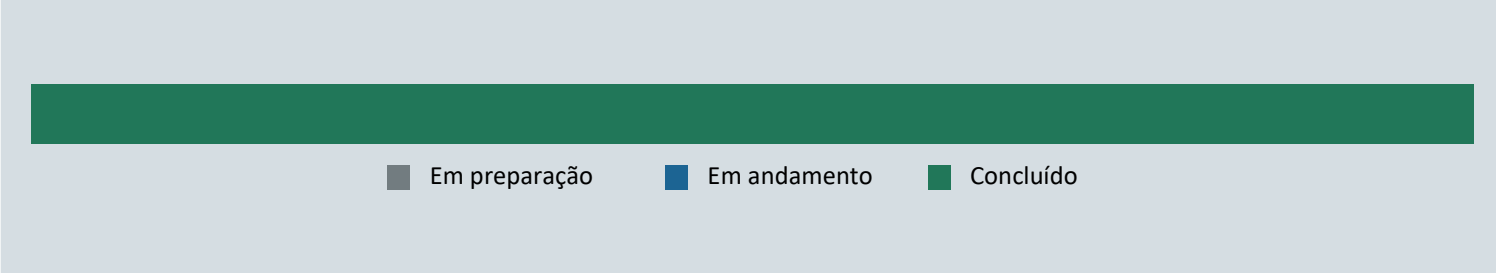
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Avaliação dos serviços públicos é o tema da aula magna do mestrado profissional do MPO](#)

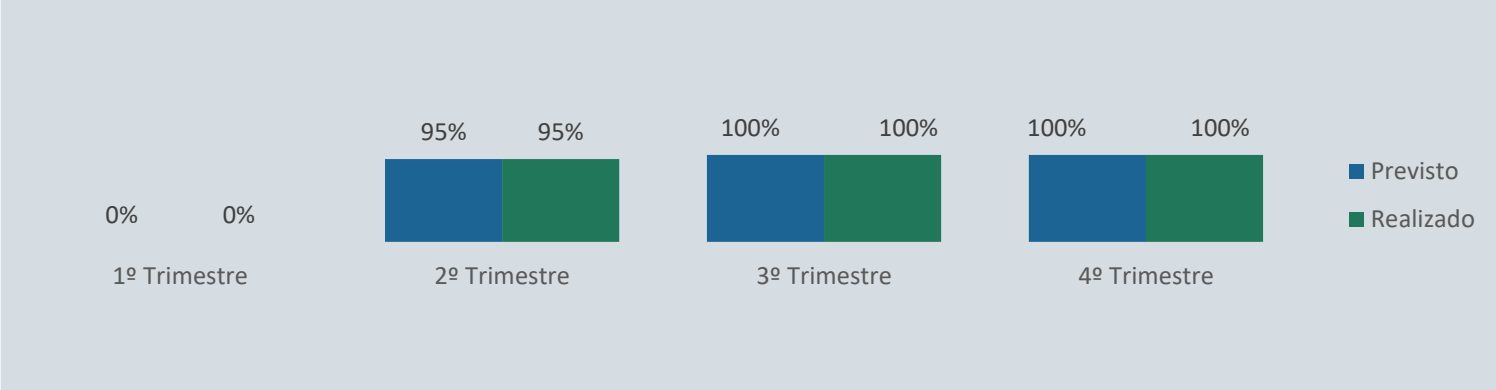
Avaliação do Projeto

Os primeiros esforços para a constituição do projeto estiveram na formalização do Termo de Parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e no desenvolvimento do formulário eletrônico para inscrições, preparando o terreno para o lançamento do programa. Em seguida, houve a seleção dos participantes, resultando na escolha de 24 servidores de diferentes ministérios para compor a primeira turma. No terceiro trimestre ocorreu a celebração do início oficial do mestrado, com uma [aula magna](#) que destacou a importância da iniciativa. Este é o primeiro programa de mestrado exclusivo do IPEA para um ministério, projetado para capacitar servidores em temas estratégicos de políticas públicas e planejamento. Com previsão de conclusão para 2026, o projeto cumpriu todas as metas planejadas em 2024, garantindo sua implementação e estabelecendo as bases para o aprimoramento contínuo da gestão pública.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M12	Macroprocesso de Suporte – Gestão de TIC e segurança da informação
OE13	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P26	MPO Digital
Acelerar e ampliar a capacidade de transformação digital no MPO.	

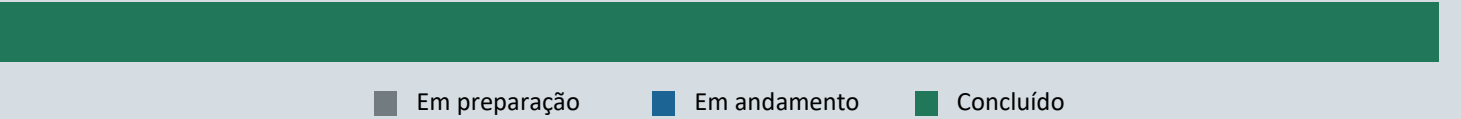
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R28 - Publicada a Política de Transformação Digital do MPO		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R29 - Disponibilizados, pelo menos, 02 produtos digitais (Intranet e Portal de Colegiados)		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R30 - Acelerada a transformação digital, por meio da pactuação de pelo menos 01 parceria estratégica		

Notícias relacionadas ao Projeto
-

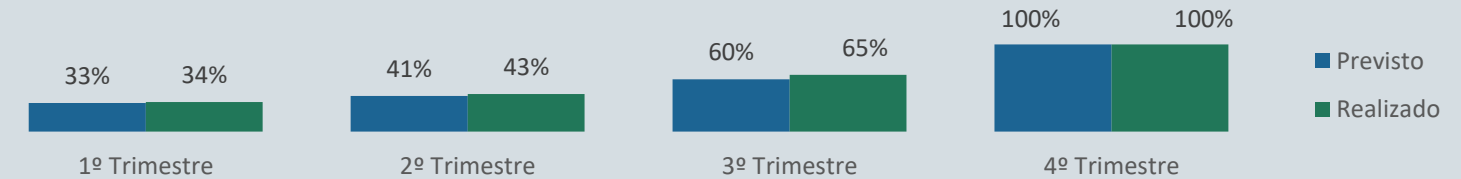
### Avaliação do Projeto

O projeto “MPO Digital” constituiu-se como um importante instrumento estratégico para modernizar processos e promover maior eficiência operacional. Entre as realizações de destaque, o Sistema de Gestão de Colegiados (SGC) foi lançado, trazendo organização e agilidade ao gerenciamento de membros e reuniões dos colegiados, além de centralizar documentos essenciais. A implementação da nova intranet do MPO centralizou a comunicação interna, facilitou a colaboração entre equipes e otimizou o acesso a informações críticas para as atividades diárias. Além disso, o Ministério firmou parceria com uma empresa especializada em automação de processos, possibilitando a continuidade do processo de simplificação e modernização das operações. Também foi firmado um Plano de Transformação Digital com a Secretaria de Governo Digital e a Secretaria-Executiva do MGI, que estipula um conjunto de ações a serem executadas em parceria. Todas essas iniciativas, integradas ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), consolidaram um ano de progresso significativo, reafirmando o compromisso do MPO com a inovação tecnológica e a melhoria da gestão pública.

### Evolução das Etapas



### Evolução do Cronograma



M07	Macroprocesso de governança – Gestão estratégica
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P27

Escritório de projetos e processos inteligentes

Estruturar um conjunto de produtos e serviços que propiciem a criação de soluções no campo do planejamento e orçamento público.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R31 - Publicada a metodologia de gestão de projetos		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R32 - Publicada a metodologia de gestão de processos		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [MPO fala sobre transformação organizacional no BPM Day 2024, maior evento global sobre Gestão de Processos de Negócio](#)

>> [Plataforma Veredas recebe o Prêmio Reconhecimento Profissional 2024](#)

>> [MPO participa de capacitação em gestão de processos](#)

>> [Comitê de Governança aprova o Planejamento Estratégico Institucional do MPO, alinhado ao Plano Plurianual](#)

Avaliação do Projeto

Desde março, o monitoramento dos projetos estratégicos do Plano Estratégico Institucional (PEI 2024-2027) foi iniciado por meio da Plataforma Veredas, que, além de ser uma plataforma de gestão, destacou-se nacionalmente ao ser agraciada no Prêmio ColaboraGov 2024 na categoria “Ideias Inovadoras”. Todo o processo de gestão do Plano Estratégico está registrado no Guia Metodológico de Gestão de Projetos, que registra e compartilha o conhecimento acumulado. As ações de mapeamento e redesenho de processos administrativos e finalísticos resultaram em diagnósticos aprofundados, fluxos otimizados e planos de melhoria, com foco em elevar a eficiência interna e o impacto externo. Entre os avanços no campo da gestão de processos, destaca-se a elaboração do Guia Metodológico de Gestão de Processos, a publicação do Plano de Evolução de Processos (PEP), que define diretrizes para a gestão de processos no MPO, e a implementação de um repositório digital para armazenar e disseminar o conhecimento adquirido. Os avanços de 2024 fortaleceram a gestão de projetos e processos do MPO de modo significativo, preparando o caminho para uma gestão organizacional ainda mais inovadora nos próximos anos.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

10%

25%

1º Trimestre

35%

50%

2º Trimestre

75%

80%

3º Trimestre

100%

100%

4º Trimestre

Previsto

Realizado

M09	Macroprocesso de governança – Gestão do controle
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
AECI	Assessoria Especial de Controle Interno

P28	Plano de integridade MPO
Aperfeiçoar continuamente a integridade institucional.	

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R33 - Realizado 40% das ações previstas no Plano de Integridade		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Quarta edição do evento “Liderança Íntegra” é marcada por palestra sobre governança e integridade na gestão pública.](#)

[>> Comissão de Ética do MPO realiza sua primeira reunião, em que elege presidente e discute regimento](#)

[>> Assessoria Especial de Controle Interno apresenta resultados do primeiro semestre do Plano de Integridade para Secretariais do MPO](#)

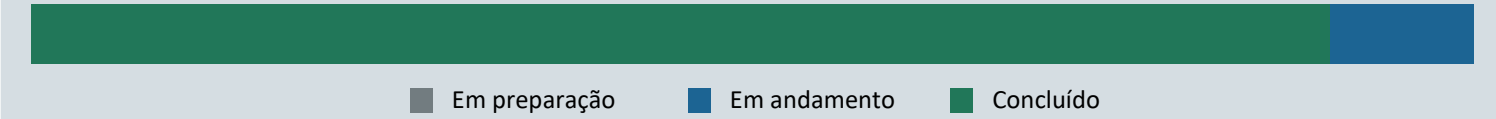
[>> Subcomitê do MPO aprova resoluções com diretrizes para implementação da gestão de riscos e cria Fórum de Instâncias com Funções de Integridade](#)

[>> Assessoria Especial de Controle Interno publica Manual de Tratamento das Demandas de Órgãos de Controle](#)

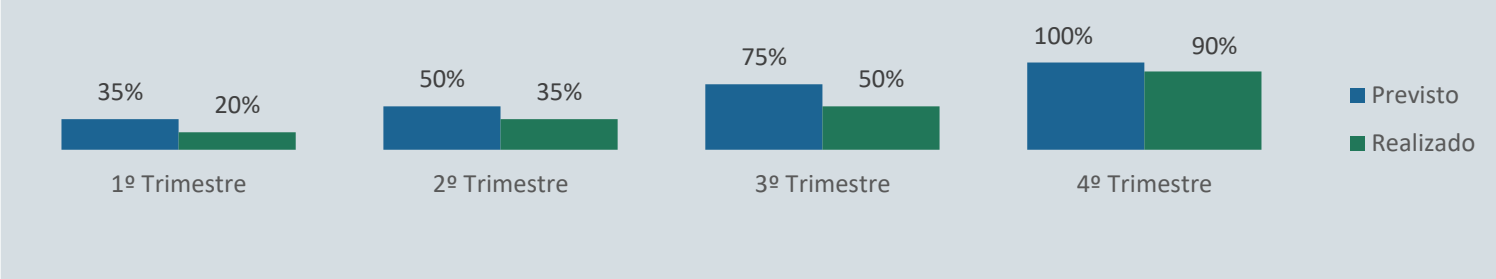
### Avaliação do Projeto

O [Plano de Integridade do MPO](#) consolidou-se em 2024 como um instrumento estratégico para promover a ética, a transparência e a eficiência na administração pública, impactando positivamente a cultura organizacional e o relacionamento com a sociedade. Dividido em seis eixos — prevenção e detecção; responsabilizações e sanções; transparência e acesso à informação; promoção da democracia e diversidade; parcerias externas; e monitoramento e avaliação —, o plano prevê 62 ações, das quais 43 (70%) foram implementadas ao longo do ano, superando a meta estabelecida (40%). Outra ação de destaque foi a elaboração do [Manual de Tratamento das Demandas de Órgãos de Controle](#), que estabeleceu fluxos claros para as Secretarias do MPO interagirem de forma eficiente com os órgãos fiscalizadores. O evento “Integridade Planejada”, em comemoração a 1 ano de existência do Programa de mesmo nome, destacou o alinhamento das ações de integridade entre o MPO, IBGE e IPEA. O projeto terá continuidade em 2025, com novas metas e resultados previstos. Adicionalmente, a série de eventos "Liderança Íntegra", tem desempenhado um papel fundamental no fortalecimento da cultura de integridade e governança no MPO. Ao longo de suas edições, o programa tem proporcionado diálogos valiosos entre lideranças, destacando a importância de decisões responsáveis e embasadas para o fortalecimento das instituições públicas. O projeto terá continuidade em 2025, com o desafio de executar 70% das ações previstas no Plano de Integridade do MPO.

### Evolução das Etapas



### Evolução do Cronograma



M09	Macroprocesso de governança – Gestão do controle
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
AeCI	Assessoria Especial de Controle Interno

P29

Plano de Gestão de Riscos

Garantir, orientar e registrar as etapas do processo de gerenciamento de riscos do MPO.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R34 - Tratados 35% dos riscos prioritizados no Plano de Gestão de Riscos		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Subcomitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade \(SRTCI\) realiza última reunião de 2024 reforçando a governança do MPO](#)

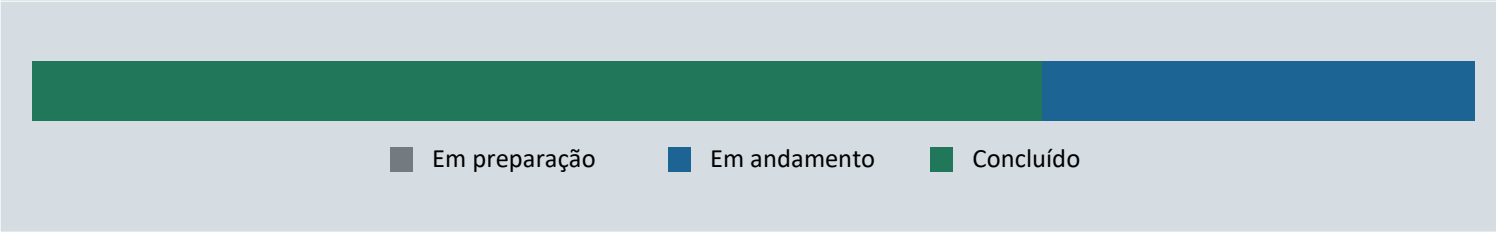
[>> Subcomitê do MPO aprova resolução com diretrizes para implementação da gestão de riscos](#)

[>> Assessoria Especial de Controle Interno promove alinhamentos técnicos com Secretarias do MPO sobre gestão de riscos](#)

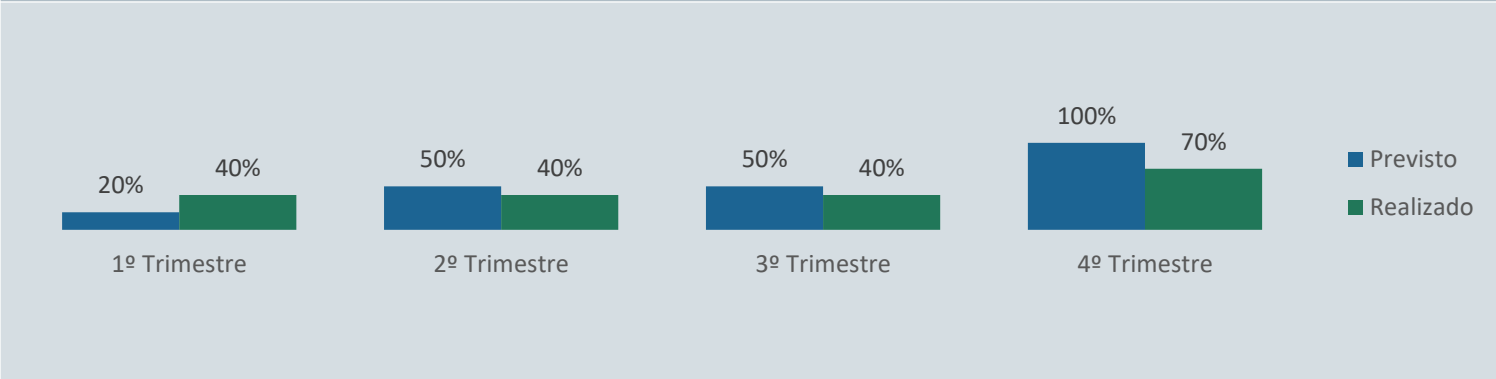
Avaliação do Projeto

A publicação da [Política de Gestão de Riscos](#) e do [Guia Metodológico](#) foi um marco fundamental para implementação de práticas modernas de governança e controle no MPO. Esses instrumentos ofereceram diretrizes claras para que as unidades do MPO identificassem seus objetos prioritários — processos ou projetos mais críticos — e iniciassem a aplicação da metodologia de gestão de riscos. Ao longo do ano, as unidades do MPO indicaram seus processos prioritários, seguindo os prazos e orientações estabelecidos. Posteriormente, em um esforço coordenado liderado pela Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), foram realizadas reuniões estratégicas com secretários e pontos focais das unidades. Essas reuniões tiveram como objetivo alinhar expectativas, discutir os riscos identificados, analisar cenários e definir planos de tratamento para mitigar os riscos mais relevantes. A adoção da gestão de riscos não apenas fortaleceu a governança interna, mas também promoveu uma maior integração entre as lideranças do MPO, consolidando uma abordagem proativa na mitigação de riscos e no fortalecimento da entrega de valor público. O projeto terá continuidade em 2025, com foco na implementação dos planos de tratamento definidos em 2024.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma





2

Desempenho da Gestão

PPA

Plano  
Plurianual

---

## PPA 2024-2027

O PPA 2024-2027 do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) surge em um momento de reconstrução. A fusão anterior de múltiplas funções ministeriais sob uma única estrutura gerou desafios como a centralização excessiva, a perda de eficiência no planejamento de políticas públicas e a redução da participação social. Esses fatores comprometeram a transparência, o controle social e a capacidade do Estado de atuar de forma coordenada e estratégica.

Diante desse contexto, a recriação do MPO marca o início de um novo ciclo, focado no fortalecimento dos instrumentos de planejamento e na modernização dos processos orçamentários. Esse modelo busca consolidar um ambiente institucional mais equilibrado, no qual a especialização e a descentralização contribuam para decisões mais qualificadas e alinhadas às necessidades da sociedade.

As entidades vinculadas ao MPO, como o IPEA e o IBGE, desempenham um papel essencial nesse processo. No PPA 2024-2027, elas assumem metas e objetivos estratégicos, contribuindo de forma fundamental para a elaboração e disseminação de dados e informações que subsidiam a formulação do planejamento, a avaliação de políticas públicas e a gestão orçamentária de maneira mais inclusiva e sustentável.

A modernização da gestão financeira também avançou, com melhorias no pagamento a organismos internacionais e no financiamento externo. A implementação do [Portal de Financiamento Externo](#) e a adoção de uma nova metodologia para análise de projetos representam passos importantes para aprimorar a governança e a transparência no financiamento externo de projetos. Além disso, novas diretrizes foram estabelecidas para a regulamentação de pagamentos a organismos internacionais, conferindo maior previsibilidade ao processo.

O fortalecimento da transversalidade no planejamento governamental foi outro destaque. A marcação de atributos no SIOP e a publicação dos [Relatórios das Agendas Transversais](#) demonstram o compromisso com a inclusão e a articulação de políticas para diferentes públicos. O alinhamento entre os Planos Regionais de Desenvolvimento e o PPA 2024-2027 também reforça a estratégia de redução de desigualdades regionais, garantindo maior integração entre políticas setoriais e prioridades territoriais.

Por fim, a modernização orçamentária avançou com a implementação de projetos estratégicos, como a Revisão de Gastos e o Marco Orçamentário de Médio Prazo. A vinculação de ações orçamentárias às Agendas Transversais superou as metas estabelecidas, proporcionando maior clareza sobre a destinação de recursos. Com essas iniciativas, o MPO fortalece seu papel no planejamento de políticas públicas, promovendo eficiência, transparência e impacto social.

[Nas páginas a seguir, são apresentados mais detalhes sobre o progresso dos objetivos específicos e das metas associadas ao Programa “Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo”.](#)

EIXO 3	Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania
Programa	Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo
Objetivo	Retratar a realidade do país com informações estatísticas e geoespaciais relevantes, tempestivas e de fácil acesso

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
------	-------------------------------------------------

Indicador
-----------

Taxa de crescimento anual de seguidores e partes interessadas
---------------------------------------------------------------

Meta
------

2024: 10%
2025: 11%
2026: 12,1%
2027: 13,2%

Indicador das Entregas
------------------------

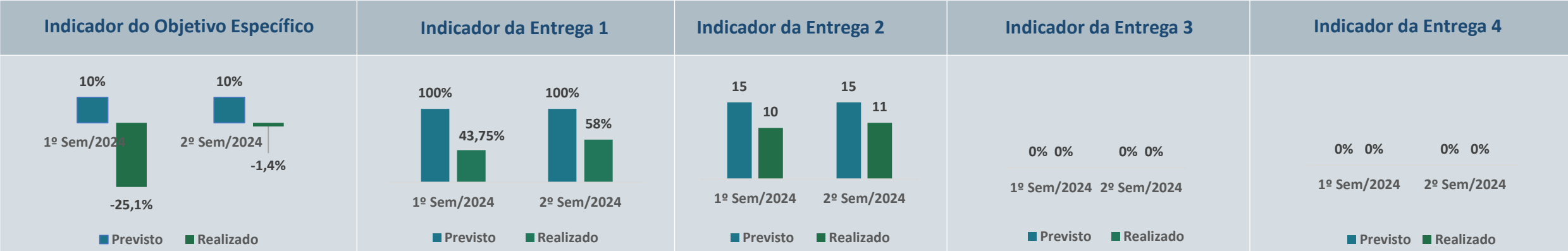
1.	Percentual de realização da divulgação dos resultados do censo demográfico
2.	Número de publicações estatísticas e geoespaciais divulgadas com recortes por temas transversais
3.	Percentual de realização da divulgação do censo agropecuário
4.	Percentual de avanço do estudo experimental

## Descrição do Objetivo Específico

Fornecer uma representação da situação atual do país, por meio da produção de informações estatísticas e geoespaciais. Isso inclui coletar, processar, analisar e disponibilizar dados de forma tempestiva e facilmente acessíveis ao público. Por meio deste objetivo, pretende-se aumentar a compreensão do público e dos tomadores de decisão sobre a realidade do país, permitindo análises mais fundamentadas e a formulação e implementação de políticas públicas eficazes e bem-sucedidas.

## Análise situacional do Objetivo Específico

O IBGE manteve esforços significativos para retratar a realidade do país, mesmo diante de restrições orçamentárias, financeiras e de escassez de recursos humanos. No primeiro semestre de 2024, o Instituto divulgou 135 resultados em informações estatísticas e geocientíficas, e, ao longo do ano, alcançou a marca de 290 divulgações. Os desafios impactaram a produtividade, tempestividade e qualidade dos produtos, o que gerou dificuldades na execução da programação de divulgação, comprometendo o alcance dos resultados planejados para 2024.



EIXO 3	Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania
Programa	Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo
Objetivo	Assessorar o Estado, produzir e disseminar conhecimento de modo acessível, em apoio às políticas públicas, inclusive àquelas que reduzam as desigualdades, especialmente de gênero e raça

Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
------	------------------------------------------

Indicador
Número de visualizações dos sites do Ipea

Meta
2024: 5.075.000
2025: 5.150.000
2026: 5.225.000
2027: 5.300.000

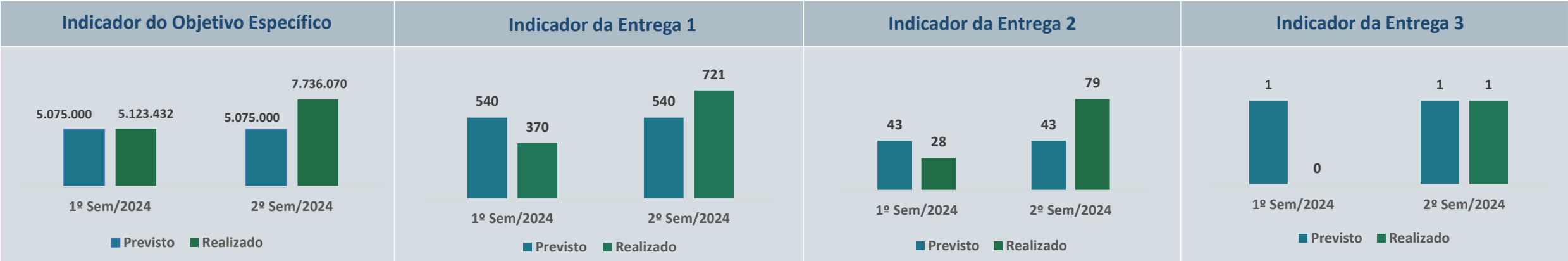
Indicador das Entregas
1. Número de publicações baseadas em diagnósticos, estudos e pesquisas
2. Número de documentos externos (revistos) e internos (produzidos) entregues a parceiros da União
3. Nova versão do Portal retrato das desigualdades de gênero e raça

## Descrição do Objetivo Específico

O objetivo em questão se refere a uma série de funções importantes que o Ipea pode desempenhar em prol do Estado e da sociedade. Isso envolve pesquisa, assessoria e disseminação de conhecimento em prol do aprimoramento de políticas públicas essenciais a um desenvolvimento inclusivo, sustentável e democraticamente construído.

## Análise situacional do Objetivo Específico

Em 2024, os sites do Ipea registraram mais de 7,7 milhões de visualizações, superando expressivamente a meta estabelecida de 5.075.000 acessos. No portal principal do Ipea, foram contabilizados mais de 2,9 milhões de acessos, em comparação aos 2,3 milhões de 2023. Destacam-se os acessos à Carta de Conjuntura (680.466 visualizações), ao Ipea Data (541.951), à Revista Desafios do Desenvolvimento (502.183) e o ingresso de novos servidores, que ampliaram a visibilidade das atividades do Instituto. Os acessos a quatro importantes portais — Atlas da Violência (574.445 acessos), Bolsas Ipea (136.977), Catálogo de Políticas Públicas (250.220) e Mapa das OSC (1.541.237) foram contabilizados somente até 30/09/2024. Após essa data, o acesso aos dados desses portais foi interrompido, o que deverá ser considerado na avaliação futura do indicador.



EIXO 3	Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania
Programa	Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo
Objetivo	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais

SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento
-------	---------------------------------------------------------

Indicador
Número de ações de melhoria da governança implementadas

Meta
2024: 22
2025: 22
2026: 22
2027: 22

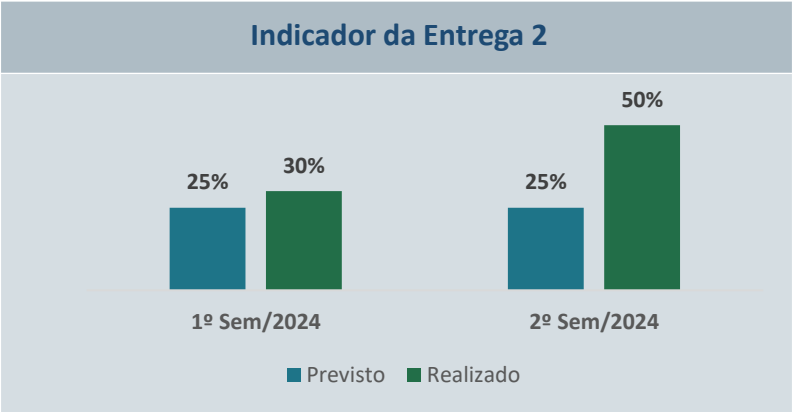
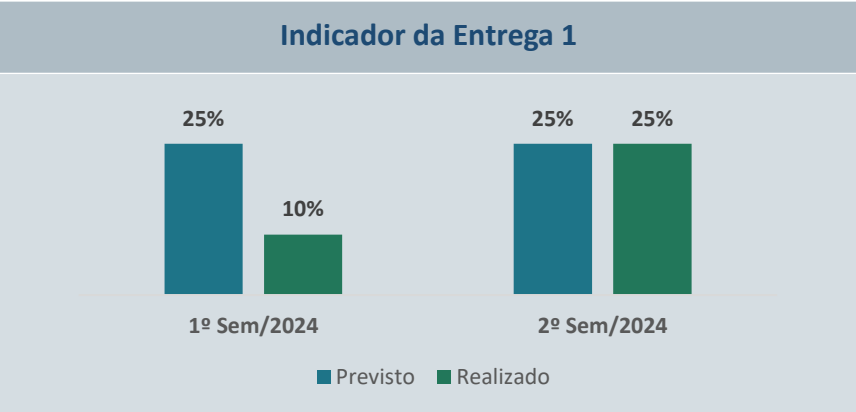
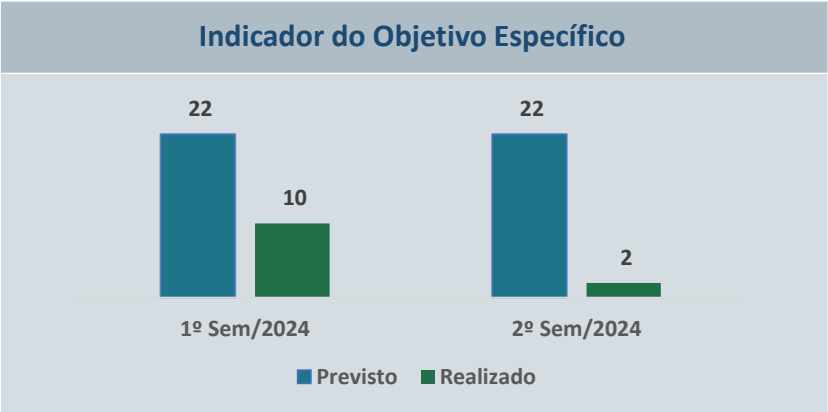
Indicador das Entregas
1. Desenvolvimento e implantação do Portal único de financiamentos externos
2. Desenvolvimento e implantação do Portal de pagamentos a organismos internacionais

Descrição do Objetivo Específico
----------------------------------

Aprimorar a gestão e a eficácia dos processos que regem os fundos internacionais recebidos para o financiamento de projetos públicos. Isso envolve a garantia de transparência, responsabilidade e eficiência na alocação e utilização desses fundos, bem como a otimização dos pagamentos internacionais e contribuições. O objetivo é assegurar que esses recursos sejam utilizados de forma a maximizar o seu impacto na realização dos objetivos do setor público, ao mesmo tempo em que se cumprem as obrigações internacionais e se promove uma gestão financeira sólida e sustentável.
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Análise situacional do Objetivo Específico
--------------------------------------------

Com as ações implementadas para a melhoria da gestão e eficácia dos processos de financiamento externo e de pagamentos a organismos internacionais, observa-se avanços consistentes na aplicação dos recursos disponíveis, principalmente no cumprimento das obrigações junto a organismos internacionais e integralizações junto aos bancos regionais de desenvolvimento, bem como na priorização de projetos e programas para acesso a crédito externo, com destaque para as temáticas de clima e meio ambiente. O Portal de Financiamento Externo, junto à Resolução Normativa Cofix n. 1, marca uma transformação digital nos processos de financiamentos externos. A partir de 2025, as análises da Cofix para aprovação de programas e projetos públicos financiados externamente seguirão uma nova metodologia alinhada ao PPA e suportada por uma plataforma eletrônica moderna. Além disso, avança a regulamentação dos pagamentos de contribuições e integralizações a organismos internacionais. Uma portaria, elaborada pela SEAID e pela SOF, está em fase de publicação e estabelece procedimentos claros para análise e execução desses pagamentos, garantindo mais clareza e previsibilidade às unidades do Poder Executivo.
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



EIXO 3	Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania
Programa	Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo
Objetivo	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio de avaliações <i>ex ante</i> e <i>ex post</i> de políticas públicas

SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos
-----	-------------------------------------------------------------------------------------

Indicador
Relação percentual entre recomendações implementadas e expedidas nas avaliações ( <i>ex-ante</i> e <i>ex-post</i> )

Meta
2024: 5 2025: 10 2026: 15 2027: 20

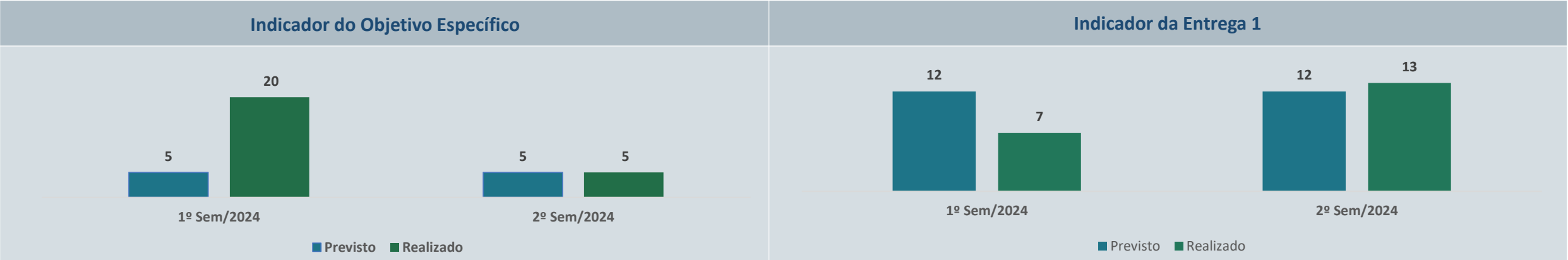
Indicador da Entrega
Número de avaliações <i>ex-ante</i> e <i>ex-post</i>

### Descrição do Objetivo Específico

O objetivo envolve o compromisso de realizar avaliações e análises constantes das políticas públicas existentes, com a intenção de identificar áreas de melhoria e oportunidades para otimizar a eficácia e eficiência dessas políticas. A contribuição para o aperfeiçoamento contínuo pode envolver a pesquisa de melhores práticas, a implementação de estratégias inovadoras, a colaboração com partes interessadas para obter feedback e insights, bem como a utilização de dados e tecnologia para monitorar o progresso e avaliar os resultados. Esta ação estratégica visa garantir que as políticas públicas atendam às necessidades dos cidadãos de maneira eficaz, promovendo assim uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

### Análise situacional do Objetivo Específico

A Controladoria-Geral da União (CGU) está conduzindo o levantamento das 212 recomendações emitidas pelo CMAP desde 2019. Informações preliminares apontam que 65 recomendações já foram concluídas. As recomendações complementares permanecem em acompanhamento, enquanto parte delas será reavaliada para determinar se perderam relevância ou ainda necessitam de implementação. Esse trabalho é fundamental para monitorar o progresso das recomendações e garantir sua eficácia no aprimoramento das políticas públicas.





EIXO 3	Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania
Programa	Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo
Objetivo	Promover a transversalidade das políticas públicas no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027

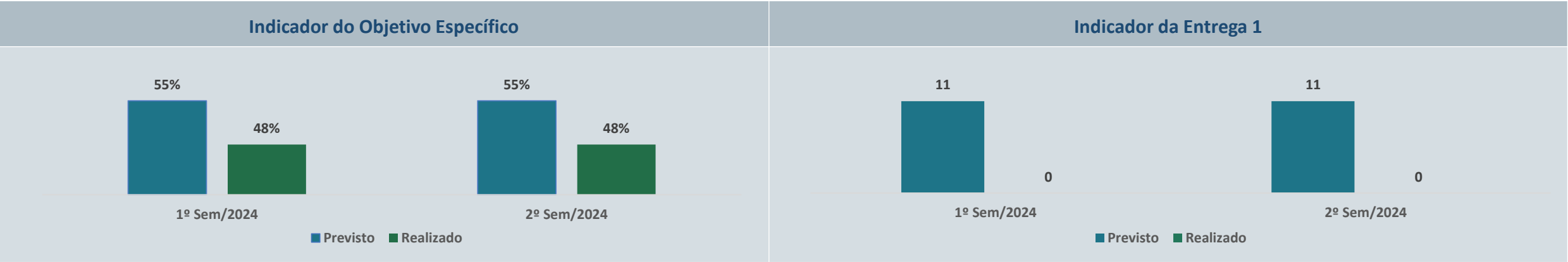
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento
Indicador	
Média dos percentuais de atributos marcados no PPA	
Meta	
2024: 55%	
2025: 60%	
2026: 65%	
2027: 65%	
Indicador da Entrega	
Número de relatórios	

Descrição do Objetivo Específico

Este objetivo propõe a integração e harmonização de diferentes políticas públicas no PPA 2024-2027, visando garantir que as ações e iniciativas em diferentes setores e áreas sejam complementares e reforcem umas às outras. Esta abordagem transversal facilita o alcance de metas comuns, fortalece a eficiência do plano e promove um impacto mais amplo e sustentável.

Análise situacional do Objetivo Específico

Em 2024, foram marcados 1.416 atributos em Agendas Transversais, de um total de 4.054 atributos do PPA, representando 35%. A meta é alcançar 55% até o final de 2025, com a inclusão de três novas agendas: pessoas idosas, pessoas com deficiência e juventude. A transversalidade no PPA 2024-2027 foi promovida desde a capacitação dos servidores que participaram da elaboração dos programas. Nas oficinas de PPA, a SEPLAN e os órgãos responsáveis por temas transversais incentivaram a articulação para a criação de atributos relacionados a temas como meio ambiente, igualdade racial, mulheres, crianças e adolescentes e povos indígenas. Essas discussões envolveram desagregação de metas e inclusão de atributos específicos em programas de diversos ministérios. A etapa de marcação dos atributos no SIOP foi conduzida pela SEPLAN com apoio dos ministérios responsáveis, analisando palavras-chave e a relação com os públicos atendidos pelas políticas. Esses atributos foram marcados no sistema para compor as Agendas Transversais. Como etapa final, os Relatórios das Agendas Transversais foram elaborados, publicados e lançados para informar a sociedade e outras instituições de forma acessível. Essa iniciativa reforça a importância da transversalidade e o atendimento a públicos com necessidades específicas. Os [relatórios estão disponíveis no site do Ministério do Planejamento e Orçamento](#).



EIXO 3	Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania
Programa	Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo
Objetivo	Contribuir para a melhoria da capacidade de planejamento em toda federação, visando a redução das desigualdades regionais

SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento
--------	-------------------------------------

Indicador
Número de entregas do PPA 2024-2027 pactuadas com os Planos Regionais de Desenvolvimento

Meta
2024: 778
2025: 1.107
2026: 1.237
2027: 1.237

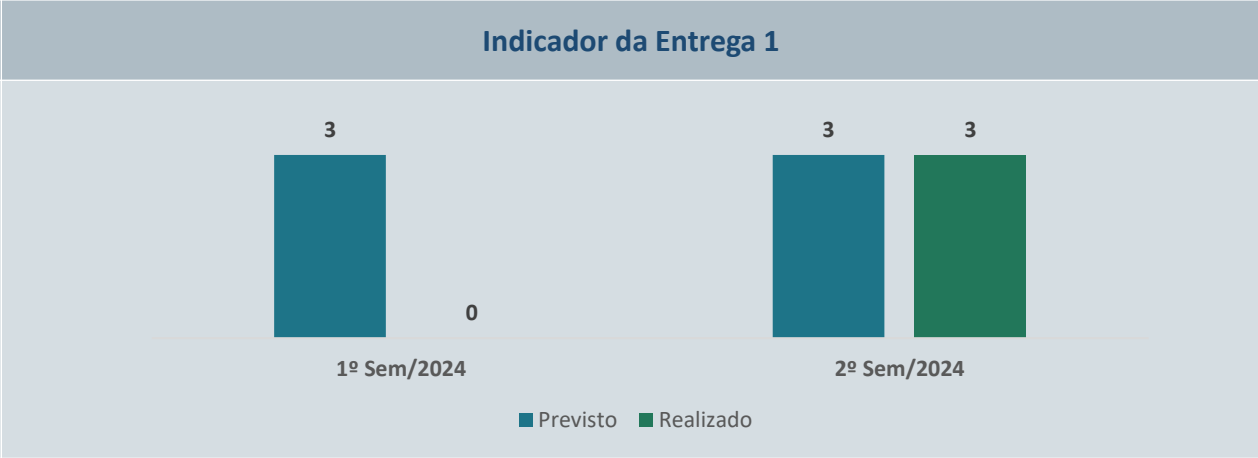
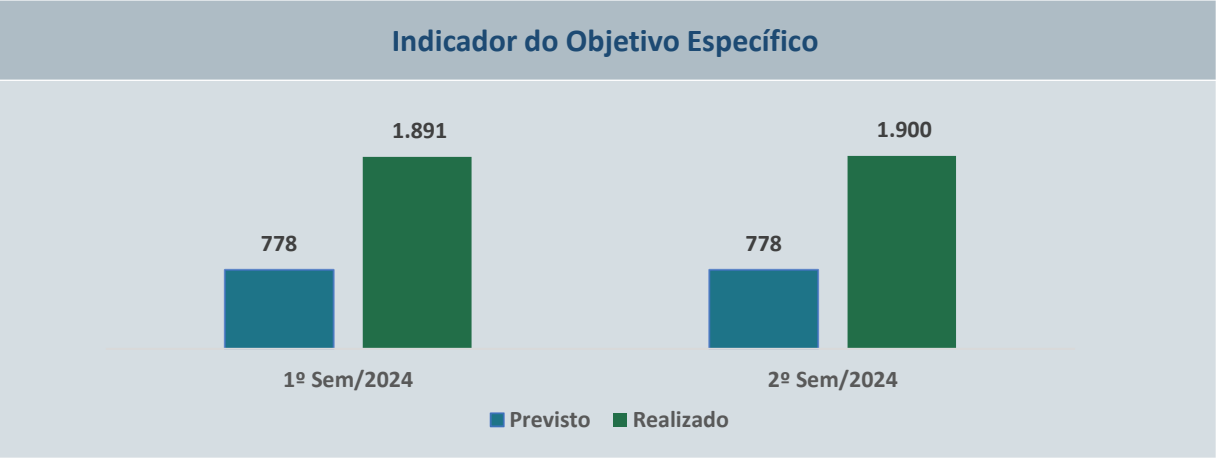
Indicador da Entrega
Número de relatórios elaborados

Descrição do Objetivo Específico
----------------------------------

Este objetivo enfatiza a importância de um contínuo engajamento e colaboração com as unidades federativas em todas as fases do planejamento. Visa promover uma cooperação efetiva, compartilhamento e alinhamento de esforços para alcançar metas comuns, fortalecendo assim a gestão e execução do planejamento em nível federal.
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Análise situacional do Objetivo Específico
--------------------------------------------

A articulação dos Planos Regionais de Desenvolvimento (PRDs) com o PPA 2024-2027 foi definida como estratégia para reduzir desigualdades regionais em três áreas prioritárias: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Essa integração ocorreu por meio da pactuação de entregas pelos Ministérios Setoriais que desenvolvem políticas públicas voltadas às áreas de atuação da Sudene, Sudam e Sudeco. O processo seguiu com a criação de instrumentos para monitorar as entregas pactuadas. O primeiro passo foi a inclusão das Agendas Transversais Territoriais no SIOP, abrangendo os três PRDs: Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) e Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO).Com essas informações, foram gerados os Espelhos das Agendas, detalhando os atributos pactuados pelos 68 programas do PPA 2024-2027, incluindo: Programa, Objetivo, Objetivo Específico, Entrega, Meta e Indicador. Esses dados foram compartilhados com as Superintendências e Ministérios parceiros por meio da publicação das Agendas Regionais Territoriais, <a href="#">disponíveis no site do PPA</a> .
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



EIXO 3	Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania
Programa	Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo
Objetivo	Melhorar a eficiência do processo alocativo com sustentabilidade e previsibilidade do orçamento

SOF	Secretaria de Orçamento Federal
-----	---------------------------------

Indicador

Percentual de orçamento de despesas primárias com previsão alocativa no médio prazo

Meta

2024: 20%  
2025: 60%  
2026: 80%  
2027: 100%

Indicador da Entrega

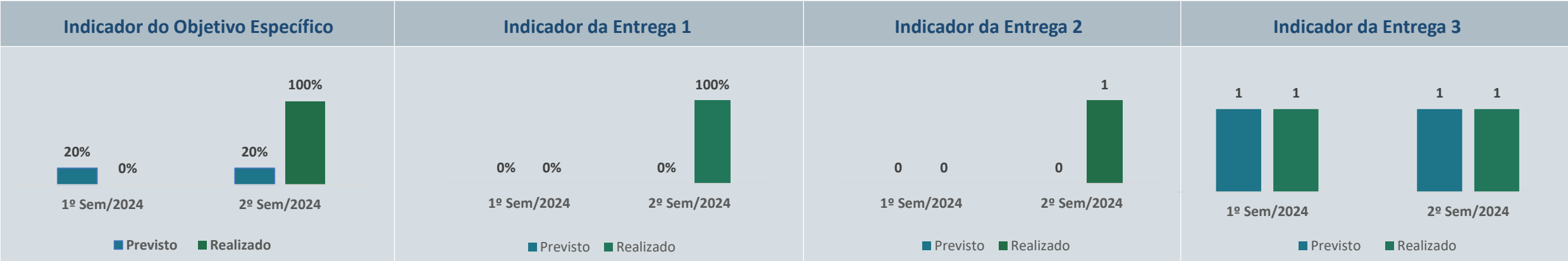
1. Percentual de implementação da plurianualidade a nível de ação orçamentária
2. Painel de transparência do marco orçamentário de médio prazo
3. Número de relatórios de revisão de gastos para avaliação da instância política

Descrição do Objetivo Específico

Otimizar a forma como os recursos financeiros são distribuídos e utilizados. Isso implica na adoção de práticas que assegurem que a alocação de recursos seja feita de maneira eficiente e eficaz, maximizando o valor gerado por cada unidade de recurso investido. Além disso, este objetivo também enfatiza a importância da sustentabilidade, ou seja, garantir que as decisões orçamentárias de hoje não comprometam a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades. Finalmente, este objetivo também aponta para a necessidade de previsibilidade orçamentária, de forma que haja uma visão clara e confiável do fluxo futuro de receitas e despesas, facilitando o planejamento e a tomada de decisões.

Análise situacional do Objetivo Específico

Os projetos de Revisão de Gastos e do Marco Orçamentário de Médio Prazo, parte da Agenda de Modernização Orçamentária da Secretaria de Orçamento Federal e da carteira estratégica do Ministério do Planejamento e Orçamento, foram direcionados para alcançar o objetivo específico proposto. Em 2024, as ações foram realizadas conforme o planejamento, garantindo o cumprimento da meta estabelecida.



EIXO 3	Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania
Programa	Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo
Objetivo	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais Seleccionadas nos orçamentos da União

SOF	Secretaria de Orçamento Federal
-----	---------------------------------

Indicador
Percentual de programações orçamentárias transversais e multissetoriais

Meta
2024: 20%
2025: 21%
2026: 22%
2027: 23%

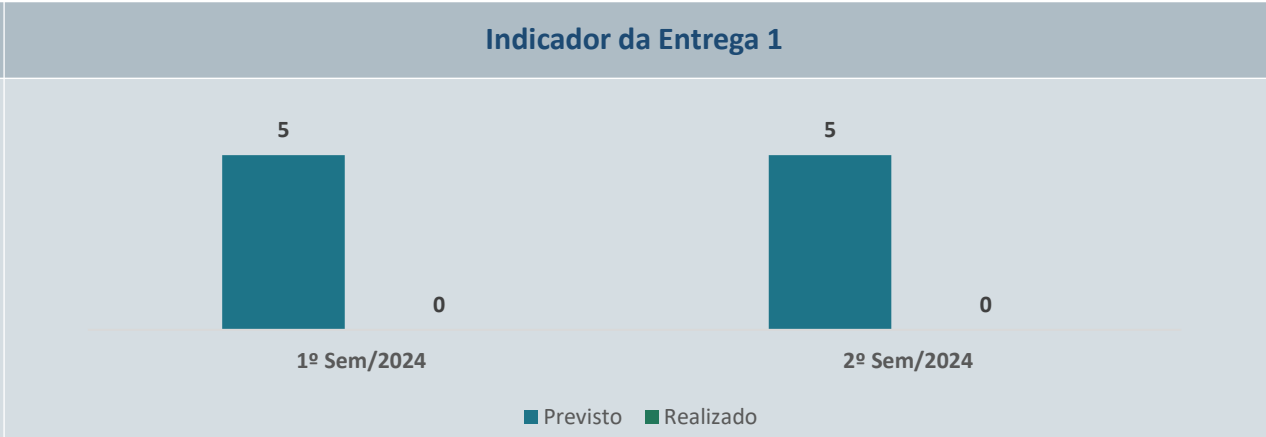
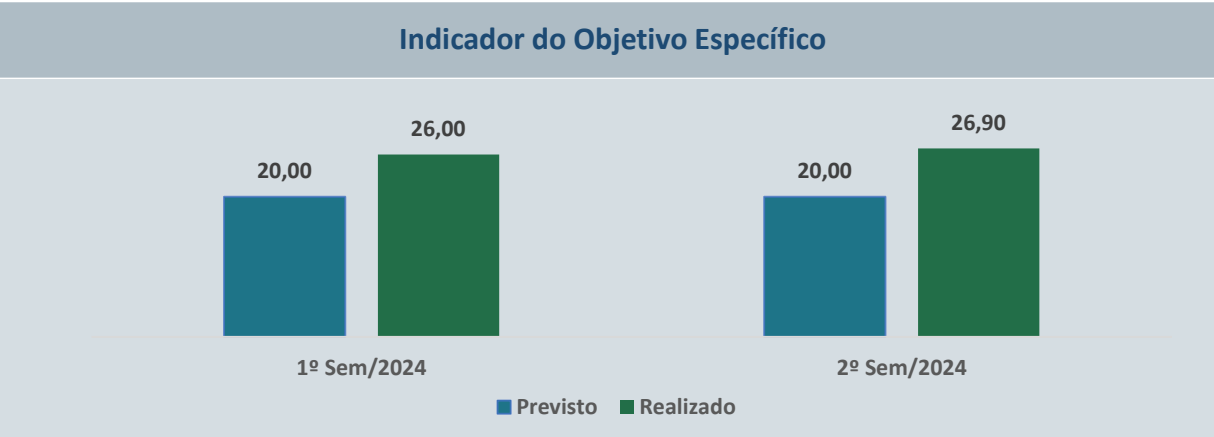
Indicador da Entrega
1. Número de relatórios anuais das Agendas Transversais e Multissetoriais Seleccionadas publicados

### Descrição do Objetivo Específico

Este objetivo busca aprimorar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais Seleccionadas no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. As Agendas Transversais e Multissetoriais Seleccionadas organizam as programações orçamentárias voltadas ao encaminhamento de problemas complexos, os quais necessitam de uma abordagem multidimensional e integrada por parte do Estado para serem eficaz e efetivamente encaminhados, tais como: as desigualdades de gênero e de raça/etnia e as mudanças climáticas.

### Análise situacional do Objetivo Específico

Destaque na evolução do projeto, no primeiro semestre, foi o alcance do índice de 26,3% das ações orçamentárias etiquetadas e vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais (superior ao resultado-chave previsto de 20%). Essa entrega propicia uma visão ainda mais precisa, transparente e global a respeito do orçamento destinado a cada agenda transversal. Em 2024 as ações orçamentárias que financiam as cinco Agendas Transversais do PPA 2024-2027 foram marcadas na base de dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), permitindo a elaboração do Resumo e Demonstrativo das Agendas Transversais encaminhado ao Congresso Nacional como parte das informações complementares do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2025. Os relatórios anuais das Agendas Transversais e Multissetoriais (entrega 1) está em preparação, com previsão de publicação em maio de 2025.



## Publicações do MPO

As publicações digitais do MPO, em 2024, se dedicaram profusamente ao planejamento nacional, às políticas públicas prioritárias de governo e ao caráter inclusivo do orçamento federal. Dentre os lançamentos, são contemplados relatórios, anuários, manuais e estudos técnicos que refletem a atuação do Ministério na promoção de políticas públicas alinhadas aos desafios contemporâneos e às prioridades nacionais.

Os textos são fruto do desempenho das competências normativas atribuídas ao Ministério pelo art. 2º do Decreto nº 11.353, de 2023. Os temas refletem, em linhas mestras, a avaliação dos impactos socioeconômicos das políticas e dos programas do governo federal, a elaboração de estudos especiais para a reformulação de políticas, o acompanhamento e avaliação do PPA e do orçamento federal e a formulação de diretrizes para financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais.

As Prioridades e Agendas Transversais são compostas por programas, objetivos específicos e entregas respectivas, com temas selecionados dentre os 88 programas do PPA 2024-2027 em virtude do impacto direto e indireto que exercem sobre a sociedade e pela sinergia entre os temas, para a realização da agenda ou da prioridade.

Construídas a partir das necessidades do País e das demandas da sociedade, as Prioridades estabelecidas para o PPA 2024-2027 visam garantir o direcionamento de ações concretas, de políticas e de programas para lidar com as questões mais críticas, a fim de construir o futuro desejado e promover o bem-estar da nação. A série Prioridade se dedica aos temas de combate à fome e às desigualdades, desmatamento e emergência climática, educação básica e saúde.

Os cadernos da Série Planejamento Nacional – Agenda Transversal são relatórios de abordagem estratégica em relação às políticas públicas transversais, que prestam contas sobre o que o governo efetivamente está realizando, no âmbito de cada temática, e como pretende avançar na integração das políticas nos próximos anos. As publicações já apresentadas contemplam a pauta ambiental, crianças e adolescentes, igualdade racial, mulheres e povos indígenas.

Os textos guardam alinhamento temático, por observarem as diretrizes governamentais e o planejamento nacional de médio prazo. Enquanto o Anuário 2023 - Financiamentos Externos, Organismos Internacionais e Integração Econômica traz um panorama detalhado das relações internacionais e dos recursos captados para projetos estratégicos, o Relatório Rotas de Integração Sul-Americana 2024 aborda, ao mesmo tempo, os esforços empreendidos pelo governo para a integração regional nas áreas de fronteira, em prol do desenvolvimento econômico e social.

Outro exemplo é o alinhamento entre o Relatório A Mulher no Orçamento 2024 e a Série Planejamento Nacional – Agenda Transversal Mulheres PPA 2024-2027, que evidenciam o compromisso do País com os direitos das mulheres, sua autonomia econômica, a igualdade de decisão e de poder entre os gêneros, o combate à violência, dentre outros tópicos relevantes e presentes nas políticas públicas e orçamentárias.

Há destaque, ainda, para o Manual Técnico de Orçamento 2025, essencial para a gestão orçamentária, e o Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas Ciclo 2023-2024, que avalia a eficácia das políticas implementadas.

Em conjunto, as publicações do MPO contribuem para as diferentes formas de monitoramento, avaliação e melhoria dos serviços prestados, com possibilidades de aprimoramento organizacional e abertura ao engajamento da sociedade, no acesso a essas leituras.

O MPO convida toda a administração pública e os cidadãos a explorar seu catálogo de produções técnicas, que são ferramentas valiosas para gestores públicos, pesquisadores, estudantes e interessados em compreender as prioridades e os desafios do planejamento e orçamento no Brasil. O acesso à informação qualificada é fundamental para a construção de um País mais justo, desenvolvido e sustentável.

Aproveite as leituras e contribua para o debate sobre o futuro do Brasil!

2

Desempenho da Gestão

MPO

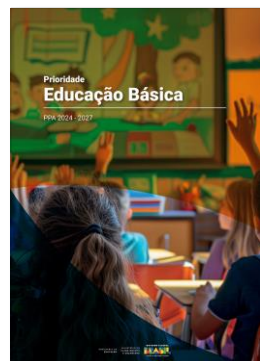
Publicações



## Publicações do MPO



[PRIORIDADE  
SEPLAN](#)



[PRIORIDADE  
SEPLAN](#)



[AGENDA  
TRANSVERSAL  
MPO](#)



[AGENDA  
TRANSVERSAL  
MPO](#)



[AGENDA  
TRANSVERSAL  
SEPLAN](#)



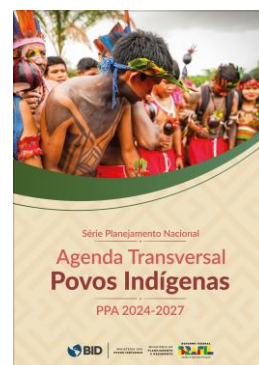
[AVALIAÇÃO DE  
POLÍTICAS  
SMA](#)



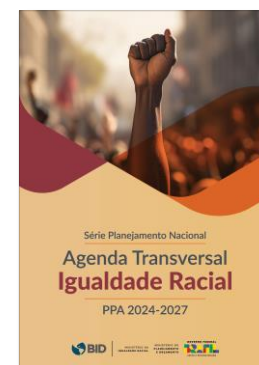
[PRIORIDADE  
SEPLAN](#)



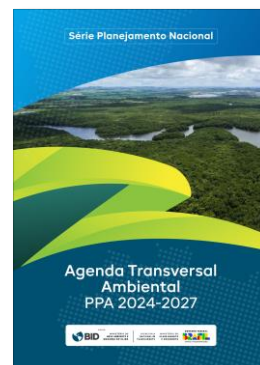
[AGENDA 2030  
SEPLAN](#)



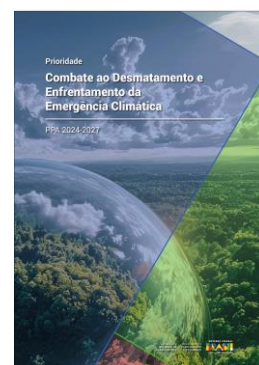
[AGENDA  
TRANSVERSAL  
SEPLAN](#)



[AGENDA  
TRANSVERSAL  
SEPLAN](#)



[AGENDA  
TRANSVERSAL  
SEPLAN](#)



[PRIORIDADE  
SEPLAN](#)

## Publicações do MPO



[ANUÁRIO 2023](#)  
SEAD



[A MULHER NO  
ORÇAMENTO](#)  
SOF



[PRECATÓRIOS 2025](#)  
SOF



[MANUAL TÉCNICO](#)  
SOF



[RELATÓRIO DE  
PESQUISA](#)  
SEPLAN



[RECONSTRUÇÃO DO  
PLANEJAMENTO  
NACIONAL](#)  
SEPLAN



[RELATÓRIO 2024](#)  
MPO



[TRANSVERSALIDADE](#)  
MPO



[TRANSVERSALIDADE  
DE GÊNERO](#)  
MPO



[GENDER  
BUDGETING IN  
BRAZIL](#)  
MPO



[PLANEJAMENTO  
ORIENTADO](#)  
MPO

3

CONFORMIDADE E  
EFICIÊNCIA DA  
**Gestão**

---

## Declaração da Subsecretária de Administração e Gestão Estratégica

Em 2024, vislumbramos grandes avanços na gestão administrativa e no fortalecimento dos pilares de governança interna. A valorização do capital humano e o desenvolvimento de ativos informacionais continuaram a nortear a atuação da Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica (SAGE), fundamentando cada iniciativa implementada.

A qualidade de vida dos servidores foi reconhecida como condição essencial para a excelência na gestão pública. Nesse âmbito, promovemos uma campanha de promoção à saúde, com estratégias de conscientização sobre cuidados com o corpo e a mente, além da administração de vacinas.

Um marco importante foi a abertura de uma turma de [Mestrado Profissional em Planejamento e Orçamento Público](#), em parceria com o Ipea, por meio do Edital SE/MPO nº 8/2024. Outro destaque foi a regulamentação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) no MPO, pela [Portaria GM/MPO Nº 335/2024](#).

Na área de tecnologia da informação e comunicações, avançamos significativamente com o lançamento do Sistema de Gestão de Colegiados (SGC), da primeira versão do Portal de Financiamento Externo (PFE) e da nova *intranet* do MPO. Essas iniciativas reforçam nosso compromisso com a modernização das rotinas administrativas, promovendo maior celeridade e eficácia na prestação de serviços públicos.

No planejamento de contratações, elaboramos o [Plano de Contratações Anual – PCA](#), disponível para consulta no [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](#). Na base de dados, estão incluídas as contratações promovidas no âmbito do ColaboraGov, celebradas pelo MGI.

O aperfeiçoamento da governança estabeleceu importantes marcos, na condução do primeiro ano de monitoramento automatizado de projetos do PEI 2024-2027.

No início de 2024, constituímos as equipes de gestão estratégica e desenvolvemos internamente a Plataforma Veredas, reconhecida por sua inovação ao vencer o [Prêmio de Reconhecimento Profissional ColaboraGov 2024](#), na categoria Ideias Inovadoras.

Com a adesão da alta administração e a participação ativa dos gestores de todas as Secretarias, o Ministério intensificou a divulgação de dados sobre o seu desempenho, na forma de prestação de contas ao cidadão. O Relatório de Gestão Trimestral (RGT) é editado nos meses de maio, agosto e novembro, como prévias do Relatório de Gestão Integrado (RGI), compilado anualmente e divulgado até 31 de março na página oficial do MPO, na seção [Transparência e Prestação de Contas](#).

As metas gerenciais da SAGE em 2024, propostas no PEI 2024-2027, foram distribuídas em seis projetos estratégicos, materializados em nove resultados-chave, ligados a quatro objetivos principais. Todos os projetos estratégicos de gestão interna e governança da unidade foram cumpridos em sua integralidade, segundo os dados de monitoramento da Plataforma Veredas, à exceção exclusiva do P22, cuja proposta fora revista e ampliada, para início em 2025.

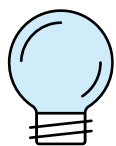
Outra realização marcante foi o primeiro processo de revisão do PEI 2024-2027. Nos meses de setembro a novembro, os projetos estratégicos foram revistos e atualizados para a carteira de 2025. A SAGE, nesse contexto, assumiu cinco novos projetos, com foco em fortalecer as relações com o Ipea e o IBGE, promover o bem-estar, fomentar a capacitação de pessoas, simplificar processos de contratação e medir o impacto das entregas de valor na transformação da sociedade.

Os esforços empreendidos em 2024 resultaram em avanços significativos quanto a transparência e eficiência organizacional. Em 2025, nosso objetivo é consolidar as bases lançadas e promover resultados ainda mais relevantes, na expansão das capacidades institucionais.



## Conformidade e Eficiência da Gestão

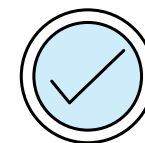
### Em detalhes



Plano Estratégico  
Institucional



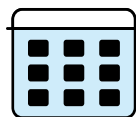
Gestão Orçamentária  
e Financeira



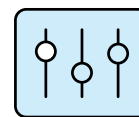
Instâncias  
de Governança



Gestão de  
Pessoas



Gestão de Serviços,  
Logística e Contratações



Relatórios de  
Gestão Trimestral



Transparência e  
Prestação de Contas



Relatório de Gestão  
Integrado



Tecnologia da  
Informação e Comunicação



Supervisão, Controle  
e Correição

# 4

INFORMAÇÕES

## Orçamentárias, financeiras e contábeis

---



## Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

As [demonstrações contábeis do MPO e o certificado de auditoria](#), bem como as demais informações exigidas pelo art. 8º da Instrução Normativa-TCU 84, de 22 de abril de 2020, estão disponíveis em nosso Portal, na [seção Transparência e Prestação de Contas](#), conforme requerido pelo § 1º do art. 9º da referida Instrução Normativa.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

A seguir, os canais institucionais para manifestações e envio de denúncias:



[ouvidoria.mpo@economia.gov.br](mailto:ouvidoria.mpo@economia.gov.br)



(61) 2020-5113



[Plataforma Fala.br](#)

